



Oi S.A.
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2014, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Oi S.A. ("Companhia") vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2014:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos. Os

mencionados documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas – DFP – e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, encontram-se disponíveis no site da Companhia e no site da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

(ii) Aprovar o Orçamento de Capital para o exercício de 2014

A administração da Companhia propõe que seja apreciada a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2014.

(iii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2013, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

(iv) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

A administração da Companhia propõe o valor de Remuneração para a Administração e Conselho Fiscal da seguinte forma: verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 7.865.771,00; (ii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 47.627.217,00; e (iii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 571.918,32 (quinhentos e setenta e um mil, novecentos e dezoito reais e trinta e dois centavos).

(v) Eleger os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato de 2 anos, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016, os seguintes membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes, cujos currículos constam do item 12.8 do Formulário de Referência da Companhia anexo a esta proposta:

EFETIVOS	SUPLENTES
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	José Augusto da Gama Figueira
Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Sergio Franklin Quintella	Bruno Gonçalves Siqueira
Renato Torres de Faria	Carlos Fernando Horta Bretas
Rafael Cardoso Cordeiro	André Sant`Anna Valladares de Andrade

Alexandre Jereissati Legey	Carlos Francisco Ribeiro Jereissati
Carlos Jereissati	Cristina Anne Betts
Fernando Magalhães Portella	Sérgio Bernstein
Cristiano Yazbek Pereira	Erika Jereissati Zullo
Shakhaf Wine	Abilio Cesário Lopes Martins
Luis Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	João Manuel de Mello Franco
Fernando Marques dos Santos	Laura Bedeschi Rego de Mattos
José Valdir Ribeiro dos Reis	Luciana Freitas Rodrigues
Marcelo Almeida de Souza	Ricardo Berretta Pavie
Carlos Augusto Borges	Emerson Tetsuo Miyazaki

(vi) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos os seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2015, cujos currículos constam do item 12.8 do Formulário de Referência da Companhia anexo a esta proposta:

EFETIVOS	SUPLENTES
Allan Kardec de Melo Ferreira	Newton Brandão Ferraz Ramos
Aparecido Carlos Correia Galdino	Sidnei Nunes
Umberto Conti	Carmela Carloni Gaspar

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014.

Conselho de Administração

ANEXO I (Aviso previsto no art. 133 da Lei nº 6.404/76)

Aviso previsto no art. 133 da Lei nº 6.404/76	7
---	---

ANEXO II (Edital de Convocação)

Edital de Convocação.....	8
---------------------------	---

ANEXO III (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais	10
Resultado operacional e financeiro	100
Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	109
Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases	112
Políticas contábeis críticas	127
Controles Internos.....	131
Destinação de Recursos de ofertas públicas	133
Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.....	135
Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	136
Plano de negócios	137
Outros Fatores Relevantes	149

ANEXO IV(PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014)

Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2014	156
---	-----

ANEXO V (PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Proposta para Destinação do Lucro Líquido, nos Termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	157
---	-----

ANEXO VI (Item 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência)

Política e prática de remuneração	165
Remuneração total por órgão	176
Remuneração variável	181
Plano de remuneração baseado em ações	184
Participações detidas, por órgão	191
Remuneração baseada em ações	192
Opções em aberto	193
Opções exercidas e ações entregues	194
Precificação das ações/opções	195
Plano de Previdência	196
Remuneração máxima, mínima e média	197
Mecanismos remuneração/indenização (Remuneração com base em contratos)	198
Percentual partes relacionadas na remuneração	199
Remuneração – outras funções	200
Remuneração reconhecida – controlador	201
Outras informações Relevantes	202

ANEXO VII (ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal.....	203
Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	213
Currículos dos indicados pelo Acionista Controlador para eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia	213
Relação Familiar	224
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.....	228

ANEXO I
Aviso previsto no art. 133 da Lei nº 6.404/76

OI S.A.

CNPJ/MF N.º 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

COMPANHIA ABERTA

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se acham à disposição, na sede da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, os documentos da Administração relativos ao exercício findo em 31.12.2013, de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014.

Bayard De Paoli Gontijo

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Oi S.A.

ANEXO II
Edital de Convocação

Oi S.A.
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **Oi S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2014, às 11h30m, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio, 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do Dia:

- 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Aprovar o Orçamento de Capital para o exercício de 2014;
- 3) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
- 4) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- 5) Eleger os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes; e
- 6) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação relativa às matérias da Ordem do Dia está à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09, para exame pelos senhores Acionistas.
2. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 165 de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM nº 282, de 26.06.1998, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48h de antecedência da realização da Assembleia para tal requisição.
3. Solicita-se ao acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia.
4. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO III
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

10. Comentários dos diretores

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais, assim como cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia acredita que seu atual capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era de 11.524 milhões em 31 de dezembro de 2013; 11.109 milhões em 31 de dezembro de 2012; e 10.589 milhões em 31 de dezembro de 2011.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$7.471,2 milhões, representado por 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2013, (ii) R\$7.308,8 milhões, representado por 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2012, e (iii) R\$3.731,1 milhões, representado por 203.423.176 ações ordinárias e 399.597.370 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2011.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2013, 16% de capital próprio e 84% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2012, 16% de capital próprio e 84% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2011, 33% de capital próprio e 67% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

NAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS EM 27 DE FEVEREIRO E 10 DE AGOSTO DE 2012 FOI APROVADA A EMISSÃO, PARA FINS DE BONIFICAÇÃO, DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS CLASSES "B" E "C", POSSUINDO ESTAS OS MESMOS DIREITOS PREVISTOS NO ESTATUTO SOCIAL PARA TODAS AS CLASSES DE AÇÕES PREFERENCIAIS, SENDO QUE AS AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "B" As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

i) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011.

ii) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo a mais relevante as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

GlobeNet

Os diretores esclarecem que, conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Companhia celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS"),, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo "GlobeNet", representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica, bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Companhia e suas controladas.

A referida transação estava sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Conforme divulgado no comunicado ao mercado de 23 de dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação, segundo o qual, a Companhia transferiu a totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação, no valor de R\$ 1.776 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O resultado da venda do investimento registrado em outras receitas operacionais foi de R\$1.497 milhões.

Reorganização Societária

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Companhia) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passou a concentrar todas as participações acionárias da época nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Companhia;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Companhia; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Companhia e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Companhia, separadamente.

Para descrição mais detalhada da reorganização societária, vide item "6.5" deste Formulário de Referência.

Além disso, é importante destacar que a Companhia vem passando por um processo de união da suas atividades com as atividades da Portugal Telecom, conforme descrito de forma pormenorizada no item "8.4" deste Formulário de Referência. Para maiores informações do impacto financeiro decorrente desta união, ver item "10.11" deste Formulário de Referência

ii) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, que tivessem causado impacto ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

As ações da Companhia possuíam também direito de voto e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, enquanto as ações preferenciais classe "C" conferiam aos seus titulares prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 3% do patrimônio líquido por ação da Companhia, sem direito de voto. Tais ações preferenciais classes "B" e "C" foram imediatamente resgatadas pelo valor de R\$ 2,543282 por ação na assembleia geral de 27/02/2012 e de 0,300168346064 por ação na assembleia geral de 10/08/2012, sendo que, em ambos os atos societários, dispensou-se alterar o Estatuto Social da Companhia para refletir a criação de tais ações em função dos imediatos resgates ocorridos em cada assembleia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia emite valores mobiliários no mercado local e internacional para refinaranciar a sua dívida de curto prazo, em condições de normalidade com seus negócios.

As principais necessidades de caixa da Companhia são de:

- capital de giro;
- pagamento das dívidas da Companhia;

- investimentos de capital com investimentos em operações, expansão das redes da Companhia e melhoria das habilidades e capacidade técnica das redes da Companhia;
- dividendos de nossas ações, inclusive na forma de juros sobre capital próprio.

As operações da Companhia dos segmentos residencial, mobilidade pessoal e empresarial/corporativo representam uma fonte de grande geração de caixa para a Companhia, permitindo a gestão confortável de seus compromissos financeiros. Ainda, a Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. Além disso, caso entenda ser necessário contrair empréstimos para honrar seus compromissos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Adicionalmente, a Companhia contratou linhas de crédito rotativas (Revolving Credit Facility) nos montantes de US\$1,0 bilhão e R\$1,5 bilhão, junto a sindicatos compostos por bancos globais, contratadas em novembro de 2011 e dezembro de 2012, respectivamente. Estas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Portanto, considerando a sua capacidade e histórico de geração de caixa e captação de recursos, sua posição de liquidez e o seu perfil de endividamento, a Companhia acredita que não terá dificuldade em honrar os seus compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes primárias de liquidez da Companhia tem sido tradicionalmente as seguintes:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e

- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais e pelas atividades operacionais de suas subsidiárias. O fluxo de caixa gerado pelas referidas atividades operacionais foi de R\$7.035 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, R\$3.910 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.839 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente, a Companhia geralmente busca financiar seus investimentos em propriedades, plantas e equipamentos por meio da utilização de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, que possibilitem um fluxo de investimentos que garanta seu crescimento de longo prazo e uma maior geração de valor para seus acionistas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os diretores informam que o endividamento consolidado da Companhia foi influenciado pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") em subsidiária integral da Companhia. Como resultado da reorganização societária, R\$21.102 milhões foram assumidos pela Companhia no endividamento consolidado.

A Companhia se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$3.435 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$3.568 milhões e R\$2.231 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$7.067 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$4.980 milhões e R\$2.382 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$4.587 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$1.096 milhões e R\$497 milhões, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012, e 2011 a dívida consolidada da Companhia era de R\$34.347 milhões, R\$32.871 milhões, e R\$8.124 milhões, respectivamente. O nível do endividamento da Companhia eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. Despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.650 milhões, das quais R\$2.452 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.491 milhões, das quais R\$2.066 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, as despesas financeiras totais da Companhia eram de R\$1.478 milhões, dos quais R\$448 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2013 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2014, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R\$58.571 milhões (R\$58.041 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$21.075 milhões em 31 de dezembro de 2011) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido) era de 5,08 (5,22 em 31 de dezembro de 2012 e 1,99 em 31 de dezembro de 2011).

As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos.

A Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer downgrade no rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós.

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por Natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de			TIR % (31 de dezembro de 2013)	Vencimentos
	2013	2012	2011		
BNDDES	5.916	6.367	2.229		
	5.916			10,93	
Moeda nacional		6.367	2.229		Dez/2013 a Jul/2021
Debêntures públicas	9.414	8.221	4.131	11,26	Dez/2013 a Jul/2021
Instituições financeiras	21.053	19.365	1.789		
Moeda nacional	6.105	6.088	1.788		

CCB	3.192	3.186	-	11,50	Dez/2013 a Jan/2028
CRI	1.428	1.361	545	6,85	Dez/2013 a Ago/2022
"Senior Notes"	1.137	1.137	1.136	11,89	Dez/2013 a Set/2016
Outros	348	404	108	10,81	Dez/2013 a Dez/2033
Moeda estrangeira	14.948	13.277	-		
Linhas de crédito de ECA	4.355	4.124	-	8,36	Dez/2013 a Mai/2022
"Senior Notes"	10.594	9.153	-	11,40	Dez/2013 a Fev/2022
Subtotal	36.383	33.953	8.150		
Custo de captação incorrido	(530)	(607)	(45)		
Total	35.854	33.346	8.105		

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Reais	21.287	20.497	8.104
Dólar Norte-Americano	12.159	10.844	1
EURO	2.408	2.005	-
Total	35.854	33.346	8.105

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Taxa pré-fixada	13.078	11.431	1.271

CDI	10.233	9.139	4.109
TJLP	5.139	5.538	2.123
IPCA	3.576	3.377	535
Libor	3.743	3.794	1
Outros	84	67	67
Total	35.854	33.346	8.105

Cronograma de vencimento

As dívidas possuem o seguinte cronograma de vencimento:

Exercício Social	Em 31 de dezembro de 2013 (em milhões de reais)
2014	4.255,8
2015	3.424,1
2016	4.882,6
2017	6.991,4
2018	3.161,1
2019 e exercícios seguintes	13.668,2
Total	36.383,2

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contrataram em uma variedade de financiamentos de crédito com o BNDES. Os rendimentos dessas financiamentos de crédito têm sido usados para diversas finalidades, incluindo financiamento de nossos planos de investimento e financiamento da expansão da nossa planta de telecomunicações (voz, dados e vídeo), de modo a proporcionar melhorias operacionais para alcançar as metas estabelecidas no Plano Geral no Serviço Universal e do Plano Geral de Metas de Qualidade em vigor na época desses empréstimos.

Em dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.418 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final de 31 de dezembro de 2012 foram desembolsados R\$ 2.000 milhões (sendo R\$ 566 milhões para a Oi, R\$ 888 milhões para a TMAR, R\$ 412 milhões para a TNL PCS e R\$ 133 milhões para a Oi Móvel). Em outubro de 2013, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 613,5 milhões (sendo R\$ 150,5 milhões para a Oi, R\$ 306,6 milhões para a TMAR, R\$ 138,7 milhões para a TNL PCS e R\$ 17,6 milhões para a Oi Móvel). Em dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 260,0 milhões (sendo R\$ 65,2 milhões para a Oi, R\$ 127,0 milhões para a TMAR, R\$ 60,1 milhões para a TNL PCS e R\$ 7,6 milhões para a Oi Móvel).

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2013:

<u>Empréstimo</u>	Saldo (Em milhões de reais)	Juros	Amortização	Vencimento
Oi 2006 linha de crédito Empréstimo A	108	TJLP + 4,30%	Mensal	Maio, 2014
TNL PCS 2006 linha crédito ⁽¹⁾ : Empréstimo A	172	TJLP + 4,30%	Mensal	Maio, 2014

	268	TJLP + 4,50%	Mensal	Junho, 2014
Empréstimo B	4	TJLP + 2,30%	Mensal	Maio, 2014
	12	TJLP + 2,50%	Mensal	Junho, 2014
TNL PCS 2009 linha crédito ⁽¹⁾ :				
	459	TJLP + 3,95%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Empréstimo	22	4,50%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Oi Móvel 2009 linha de crédito:				
Empréstimo A	359	TJLP + 3,95%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Empréstimo B	9	4,50%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Telemar 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	610	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
Empréstimo B	129	2,50%	Mensal ⁽⁴⁾	Janeiro, 2021
Empréstimo D	150	TJLP + 2,18%	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
TNL PCS 2012 credit facility:				
Empréstimo A	312	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
Empréstimo B	80	2,50%	Mensal ⁽⁴⁾	Janeiro, 2021
Empréstimo C	20	2,50%	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
Oi 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	339	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
B loans	58	2,50%	Mensal ⁽⁴⁾	Janeiro, 2021
C loans	169	2,50%	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
Oi Móvel 2012 linhas de crédito:				

Empréstimo A 90 TJLP + 4,08% Mensal⁽³⁾ Julho, 2021

- (1) Em 30 de setembro de 2013, as obrigações da Telemar assumidas nas linhas de créditos tomadas em 2006 e 2009, bem como as obrigações de Oi assumidas nas linhas de crédito de 2009 foram assumidas pela TNL PCS, com o devido consentimento do BNDES. Como resultado da incorporação da TL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS sob estas facilidades de crédito.
- (2) A amortização desse crédito iniciou-se em janeiro de 2012.
- (3) A amortização desse crédito terá início em agosto de 2015.
- (4) A amortização desse crédito terá início em fevereiro de 2015.

Linhas de crédito celebradas com o BNB

Em fevereiro de 2009, a TNL PCS celebrou uma linha de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou BNB, pelo qual o BNB concordou em desembolsar empréstimos no valor total de até R\$ 369 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para investimentos em infraestrutura em telecomunicações de telefonia móvel da Telemar para a região nordeste do Brasil. Em 2009, foi desembolsado um valor de R\$370 milhões. Este empréstimo faz jus uma remuneração equivalente a 10,0% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos pagamentos de juros. Os juros são pagos trimestralmente, de maio de 2009 a fevereiro de 2011 e, posteriormente, mensal até o vencimento em fevereiro de 2019. O valor principal em aberto deve ser pago em 96 parcelas mensais iguais a partir de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R \$250 milhões. Como resultado da incorporação da TL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS sob esta facilidade de crédito.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamento vigentes, já reembolsados, com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte para amparar seus projetos de investimento, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010, cujo saldo total de principal e juros em 31 de dezembro de 2013 é no montante de 3,1 bilhões. Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais juros atualizados, no montante de R\$1.789 milhões.

CCB

Em maio de 2008, a TMAR entrou em uma linha de crédito com uma instituição financeira brasileira, no montante de R\$ 4.300 milhões. Os empréstimos sob a referida linha de crédito, originalmente, foram atrelados ao pagamento da variação da taxa de CDI acrescida de 1,30% ao ano, por meio de pagamentos semestrais nos meses de maio e novembro de cada ano. Em maio a Companhia renegociou essa modalidade de empréstimo, de modo que: (a) entre período de maio de 2011 a maio de 2014 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,00% ao ano; e (b) entre período de maio 2014 a maio de 2018 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,83% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$ 3.071 milhões.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A controlada TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$ 9,8 milhões (R\$ 21,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em junho de 2013, foram desembolsados US\$ 5,6 milhões (R\$ 12,5 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$ 95,7 milhões (R\$ 190,3 milhões). de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Export Development Canada” em julho de 2012, e US\$ 21 milhões (R\$ 41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011 e de R\$ 93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “Finnish Export Credit”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Nordic Investment Bank” em julho de 2008.

Export Credit Facility celebrado com o Export Development Canada (“EDC”)

Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. O desembolso no valor de US\$96 milhões foi realizado à TMAR em fevereiro de 2013. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O valor de principal será amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de principal em aberto era de US\$96 milhões. Este empréstimo vence em maio de 2022.

Linha de crédito com EKN

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um contrato de crédito de exportação com a EKN (Swedish Export Corporation, ou SEK) e o Deutsche Bank no valor montante de principal de até R\$ 103 milhões. Foram realizados desembolsos de US\$5 milhões, US\$36 milhões, US\$39 milhões, US\$14 milhões, US\$21 milhões, US\$6 milhões e US\$10 milhões relativos a esse contrato em Julho de 2011, Novembro de 2011, Julho de 2012, Outubro de 2012, Fevereiro de 2013, Junho de 2013 e Outubro de 2013, respectivamente. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infra-estrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi pré-fixada em 2,21% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 88 milhões.

Linha de crédito com a FINNVERA

Em junho de 2008, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA no montante de principal de até US\$ 300 milhões. Os desembolsos de US\$ 192 milhões e US\$ 108 milhões dessa linha de crédito de exportação foram recebidas em 2008 e 2009, respectivamente. Os recursos dessa linha de crédito à exportação têm sido utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em sua infra-estrutura de telefonia fixa e de telefonia móvel. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2018. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 176 milhões.

Em agosto de 2009, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 500 milhões. Ocorreram desembolsos no montante de: (i) US\$ 208 milhões em fevereiro de 2010; (ii) US\$ 27 milhões em maio de 2010; (iii) US\$ 74 milhões em fevereiro de 2011; (iv) US\$ 97 milhões em junho de 2011; e (v) US\$ 92 milhões em janeiro de 2012, para crédito de exportação. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infra-estrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2019. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 353 milhões.

Em dezembro de 2011, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 200 milhões.

Houve um desembolso no montante de US\$ 188 milhões em dezembro de 2012, relativo aos créditos de exportação. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infra-estrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,90% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 176 milhões.

Credit Facility celebrado com o Nordic Investment Bank

Em julho de 2008, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Nordic Investment Bank pelo o qual o Nordic Investment Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito o valor total de US\$250 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX.

No âmbito desta linha de crédito, foram desembolsados pela Companhia o valor principal de US\$100 milhões (“Empréstimo A”) e US\$150 milhões (“Empréstimo B”) foram desembolsados. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente à variação da taxa de LIBOR acrescida um spread de 1,18% ao ano, no caso do Empréstimo A e de 0,80 % ao ano, no caso do Empréstimo B, pagos semestralmente. O valor de principal do Empréstimo A será amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010; e o valor de principal do Empréstimo B será amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto era US\$113 milhões.

Credit Facility celebrado com o China Development Bank

Em fevereiro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation (“China Development Bank”), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$300 milhões. Os desembolsos nos valores de US\$227 milhões e US\$52 milhões dessa linha de crédito foram realizados em em 2009 e 2010, respectivamente. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de fevereiro de 2016. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em abril de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto era US\$136 milhões. Este empréstimo vence em fevereiro de 2016.

Em outubro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. Os desembolsos nos valores de US\$94 milhões e US\$98 milhões dessa linha de crédito foram realizados em 2010 e 2011, respectivamente. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de outubro de

2016. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em abril de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto era US\$123 milhões. Este empréstimo vence em outubro de 2016.

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um Stand-by Credit Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. O desembolso US\$380 milhões foi realizado em julho de 2011. Os recursos dessa linha de crédito stand-by têm sido e serão utilizados para reperfilamento de dívida. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread 2,30% ao ano, pagos semestralmente. O valor de principal será amortizado em cinco parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto era US\$380 milhões. Este empréstimo vence em junho de 2016.

Credit Facility celebrado com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank ("Crédit Agricole")

Em abril de 2010, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Crédit Agricole, pelo qual o Crédit Agricole comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$220 milhões, em duas tranches de \$110 milhões cada. Os desembolsos nos montantes US\$46 milhões e US\$31 milhões, em relação à primeira tranche, foram realizados em julho de 2010 e fevereiro de 2011, respectivamente. Os desembolsos nos montantes de US\$55 milhões e US\$ 89 milhões, em relação à segunda tranche, foram realizados em maio de 2011 e fevereiro de 2012, respectivamente. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa média de Libor acrescida de um spread 1,40% ao ano, com pagamentos semestrais. O valor do principal será amortizado em 17 parcelas semestrais, com início em agosto de 2011 para a primeira tranche e em agosto de 2012 para a segunda tranche. A TMAR celebrou com o Escritório Nacional de Du DuCroire, a agência de crédito à exportação belga, uma apólice de seguro em conexão com este empréstimo. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto foi de US\$172 milhões. Este empréstimo vence (i) em agosto de 2019, em relação a primeira tranche; e (ii) em agosto de 2020, em relação a segunda tranche.

Export Credit Facility celebrado com Cisco Systems Capital

Em março de 2011, a TMAR celebrou um Export Credit Facility Agreement com a Cisco Systems Capital ("Cisco"), pelo qual a Cisco comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$100 milhões. O desembolso de US\$46 milhões foi realizado em maio de 2011. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a uma taxa de 3,5% ao ano, pagos semestralmente. O valor de principal será amortizado em 13 parcelas semestrais, com início em maio 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do principal em aberto era US\$34 milhões. Este empréstimo vence em maio de 2018.

Senior Notes

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu Senior Notes no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma "indenture" suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de Senior Notes em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora. Para mais informações acerca das emissões de Senior Notes pela Companhia e/ou pela TMAR vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

O objetivo dessas captações, que totalizam em 31 de dezembro de 2013 R\$10.593 milhões no consolidado, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Debêntures Públicas

Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2013, além das relações de longo prazo com instituições financeiras se encontram relatadas no item (i) acima, temos as seguintes transações:

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a TMAR transferiu 162 imóveis para a nossa subsidiária integral Copart 4 Participações S.A., ou Copart 4, e a Oi transferiu 101 imóveis para a Copart 5 Participações S.A., ou Copart 5, nossa subsidiária integral. A TMAR celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para o uso contínuo de todas as propriedades transferidas para a Copart 4 e a Oi celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para a continuação do uso de todas as propriedades e propriedades transferidas para Copart 5.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis, que representam todos os pagamentos sob estas locações para a BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os certificados de Recebíveis Imobiliários, ou CRI's, apoiados por estes recebíveis. Os CRI's foram comprados por instituições financeiras brasileiras.

Recebemos uma receita líquida referente à cessão dos créditos de locação no montante total agregado de R\$1.585.000,00 em uma base consolidada e confirmaram as nossas obrigações de fazer os pagamentos cedidos como dívida de curto e longo prazo nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. A taxa de juros efetiva líquida e agregada sobre esta transação é 102% da taxa do CDI. Os rendimentos gerados nessa transação foram usados para pagar dívida de curto prazo. Em junho de 2012, cada um dos Copart 4 e Copart 5 amortizaram parcialmente os CRI's que eles emitiram para um montante total de R\$393.000.000,00. A partir de 31 de dezembro de 2013, a responsabilidade agregada sob estas locações foi R\$922.000.000,00.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita a certas obrigações financeiras que limitam sua capacidade de incorrer em dívidas adicionais. O nível de endividamento e as exigências e limitações impostas por alguns dos instrumentos de dívida contraídos pela Companhia podem afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em especial, os termos de alguns destes instrumentos de dívida restringem sua capacidade e a de suas controladas, para:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- realizar liquidação ou dissolução;

Ademais, alguns desses instrumentos financeiros incluem cláusulas que exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros específicos, sendo os mais restritivos listados a seguir:

- Dívida consolidada dividida pelo EBITDA consolidado para os 12 meses anteriores, menor que ou igual a 4 ou 4,5, ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento;
- EBITDA consolidado dos 12 meses anteriores dividido pela despesa financeira consolidada dos 12 meses anteriores, maior que ou igual a 1,75 ao final de cada trimestre até o vencimento;
- Dívida consolidada dividida pela dívida consolidada mais patrimônio líquido menor que ou igual a 0,95 ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia cumpriu os seus compromissos financeiros e acredita ter capacidade de cumprir estes compromissos financeiros em 2014. Além disso, a Companhia acredita que o cumprimento destes compromissos financeiros não afetará negativamente sua capacidade de implementar seus planos de financiamento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

Em relação aos financiamentos em moeda nacional descritos no item "10.1 f (i)" acima, a Companhia possui os seguintes limites contratados e utilizados:

- Contrato da Companhia e suas controladas, celebrado com BNDES, em 2012, no montante de R\$5.418 milhões: a Companhia possui limite contratado de até R\$1.484 milhões, tendo havido saques até 31 de dezembro de 2013 no valor total de R\$782 milhões, correspondentes a 53% do total do limite contratado e disponibilidade ainda no valor de R\$702 milhões para utilização, conforme os investimentos forem acontecendo, correspondentes a 47% do total da linha contratada. A Telemar Norte Leste contratou limite de R\$2.431 milhões, tendo sacado até dezembro de 2013, o valor total de R\$1.322 milhões, correspondentes a 54% do total do limite contratado, restando limite disponível para saque no montante total de R\$ 1.109 milhões, correspondentes a 46% do total do limite contratado. A TNL PCS contratou limite de R\$1.143 milhões e efetuou saques no montante total de R\$611 milhões até dezembro de 2013, correspondentes a 53% do total do limite contratado havendo limite remanescente de R\$533 milhões, correspondentes a 47% do total do limite contratado. A Oi Móvel contratou limite de

até R\$359 milhões até dezembro de 2013. O valor total sacado foi de R\$159 milhões, correspondentes a 44% do total do limite contratado, restando limite disponível de R\$200 milhões, correspondentes a 56% do total contratado.

- Linha de Crédito da Telemar Norte Leste com a EKN - Exportkreditnämnden (Swedish Export Credits): a Telemar Norte Leste celebrou em julho de 2011 um contrato no montante total de US\$103 milhões, tendo havido saques de US\$5 milhões em julho de 2011, US\$9 milhões em novembro de 2011, US\$39 milhões em Julho de 2012, US\$14 milhões em novembro de 2012, US\$21 milhões em fevereiro de 2013, US\$6 milhões em junho de 2013 e US\$10 milhões em outubro de 2013, totalizando 100% do total do limite contratado.

- Linha de Crédito da Telemar Norte Leste com a EKN - Exportkreditnämnden (Swedish Export Credits): a Telemar Norte Leste celebrou em julho de 2011 um contrato no montante total de US\$103,4 milhões, tendo havido saques de US\$5,1 milhões em julho de 2011, US\$8,5 milhões em novembro de 2011, US\$39,1 milhões em Julho de 2012, US\$14,1 milhões em novembro de 2012, US\$21,1 milhões em fevereiro de 2013, US\$5,7 milhões em junho de 2013 e US\$9,8 milhões em outubro de 2013, totalizando 100% do total do limite contratado.

Em relação aos demais financiamentos em moeda nacional, 100% dos limites contratados já foram desembolsados.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto à Office National Du Ducreire/Nationale Delcrederedienst- ONDD no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até a data deste Formulário de Referência.

Em dezembro de 2012 a Companhia, contratou uma linha de crédito rotativo ("Revolving Credit Facility"), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander. Não houve desembolso dessa linha até a data deste Formulário de Referência.

Em novembro de 2011, a Companhia e suas controladas contrataram uma linha de crédito rotativa (Revolving Credit Facility) no valor de US\$ 1 bilhão para um prazo de cinco anos, junto a um sindicato de bancos internacionais. Não houve desembolso dessa linha até a data deste Formulário de Referência.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Consolidado).

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A discussão dos resultados dos segmentos de negócios da Companhia baseia-se em informações financeiras apresentadas para cada um dos seus segmentos de negócios e devem ser lidas em conjunto com as informações por segmento apresentadas na nota 26 de nossas demonstrações financeiras.

A comparação do resultado operacional de 2013 com o resultado operacional de 2012 foi influenciado de forma significativa pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da TMAR em subsidiária integral da Companhia. Desta forma, os resultados apresentados de 2012 compreendem os resultados consolidados das referidas empresas a partir de 27 de fevereiro de 2012, equivalente a um período de dez meses no ano de 2012 e doze meses no ano de 2013. Os detalhes desta reestruturação societária estão divulgados no item 6.5 deste formulário de referência

Os quadros abaixo especificam os resultados operacionais de cada um dos nossos segmentos e a reconciliação desses resultados com a demonstração do resultado consolidada. Essas informações por segmento foram preparadas com base nas mesmas informações utilizadas pela alta administração da Companhia para alocar recursos entre os segmentos e avaliar seu desempenho. O desempenho desses segmentos é avaliado e gerenciado com base em informações preparadas de acordo com o IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Serviços de telefonia fixa e comunicação de dados	Serviços de telefonia móvel	Outros	Eliminações	Consolidado
	(em milhões de reais)				
Receita operacional líquida	R\$20.401	R\$12.187	R\$1.702	R\$(5.868)	R\$28.422
Custo dos bens e/ou serviços vendidos.....	(12.371)	(7.253)	(923)	5.287	(15.259)
Resultado bruto.....	8.030	4.934	779	(581)	13.163
Despesas com vendas	(3.511)	(2.411)	(374)	743	(5.554)
Despesas gerais e administrativas	(2.387)	(899)	(243)	10	(3.519)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.643	(248)	(51)	(147)	1.196
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos.....	R\$3.775	R\$1.376	R\$111	R\$25	R\$5.287

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Serviços de telefonia fixa e comunicação de dados	Serviços de telefonia móvel	Outros	Eliminações	Consolidado
--	--	------------------------------------	---------------	--------------------	--------------------

(em milhões de reais)

Receita operacional líquida	R\$18.098	R\$10.983	R\$1.066	R\$(4.987)	R\$25.161
Custo dos bens e/ou serviços vendidos.....	(11.282)	(5.628)	(467)	4.707	(12.670)
Resultado bruto.....	6.816	5.355	599	(279)	12.491
Despesas com vendas	(2.948)	(2.078)	(443)	629	(4.841)
Despesas gerais e administrativas	(2.174)	(666)	(162)	9	(2.993)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	176	(108)	123	(88)	103
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos.....	R\$1.870	R\$2.503	R\$116	R\$270	R\$4.760

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

O quadro abaixo apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, bem como a variação percentual em relação ao mesmo período do exercício anterior, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013	Análise Vertical %	2012	Análise Vertical %	Variação % 2013/2012
(em milhões de Reais, exceto porcentagens)					
Receita operacional líquida.....	R\$28.422	100,0%	R\$25.161	100,0%	13,0%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos.....	(15.259)	(53,7)%	(12.670)	(50,4)%	20,4%

Lucro bruto	13.163	46,3%	12.491	49,6%	5,4%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(5.554)	(19,5)%	(4.841)	(19,2)%	14,7%
Despesas gerais e administrativas.....	(3.519)	(12,4)%	(2.993)	(11,9)%	17,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	<u>1.196</u>	4,2%	<u>103</u>	0,4%	1.061,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	5,286	18,6%	4.760	18,9%	11,1%
Receitas financeiras.....	1,375	4,8%	2.275	9,0%	(39,6)%
Despesas financeiras	<u>(4.650)</u>	(16,4)%	<u>(4.491)</u>	(17,8)%	3,5%
Despesas financeiras, líquidas	<u>(3.274)</u>	(11,5)%	<u>(2.216)</u>	(8,8)%	47,7%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro.....	2.012	7,1%	2,544	10,1%	(20,9)%
Imposto de renda e contribuição social.....	<u>(519)</u>	(1,8)%	<u>(759)</u>	(3,0)%	31,6%
Lucro líquido	<u>R\$1.493</u>	5,3%	<u>R\$1.785</u>	7,1%	16,4%

Receita Operacional

A receita operacional líquida aumentou 13,0% em 2013, principalmente devido a um aumento de 12,7% na receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, um aumento de 11,0% na receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia móvel, e um aumento de 59,6% na receita operacional líquida do nosso segmento outros. A receita operacional líquida proveniente das vendas entre segmentos, que são eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras, aumentou 17,7% em 2013.

Receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

O quadro abaixo apresenta os componentes da receita operacional líquida do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, bem como a variação percentual a partir do mesmo período no exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
2013	2012	Variação %
(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Serviços de telefonia fixa local	8.360	7.645 9,4%
Serviços longa distância fixo	2.947	3.013 (2,2%)
Remuneração pelo uso de rede fixa	1.299	1.181 10,0%
Serviço de comunicação de dados.....	7.088	5.611 26,3%
Outros serviços de telefonia fixa	708	648 9,4%
Receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e de dados	20.401	18.098 12,7%

A receita operacional líquida de nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 12,7% em 2013, principalmente devido a (1) um aumento de 26,3% na receita operacional líquida de serviços de comunicação de dados, (2) um aumento de 9,4% na exploração de receitas provenientes de serviços de telefonia fixa locais e (3) um aumento de 10,0% da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa.

Receita operacional líquida dos serviços de telefonia fixa local

A receita operacional líquida dos serviços de telefonia fixa local aumentou 9,4% em 2013, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou a receita operacional líquida dos serviços de telefonia fixa local em R\$5.453 milhões em 2013 em relação a R\$4.650 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 2,9% na receita operacional líquida de serviços de telefonia fixa local gerado por nossas operações para R\$2.907 milhões em 2013, em relação a R\$2.995 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de uma queda

de 2,3% no número médio de linhas em serviço para 6,6 milhões em 2013, em relação a 6,8 milhões em 2012, como resultado da tendência geral no setor de telecomunicações brasileiro de substituição dos serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel.

Receita operacional líquida dos serviços de telefonia fixa de longa distância

A receita operacional líquida de serviços de longa distância de telefonia fixa diminuiu 2,2% em 2013, principalmente devido à queda de 10,6% na receita operacional líquida dos serviços de longa distância gerado por nossas operações para R\$1.006 milhões em 2013 em relação a R\$1.126 milhões em 2012, principalmente como resultado de um declínio de 9,2% no número total de minutos de longa distância. Tal resultado se deve principalmente aos seguintes fatores(1) campanhas de descontos agressivos realizados por nossos concorrentes, (2) os efeitos da queda de 2,3 % no número de clientes de telefonia fixa, que apresentam maior probabilidade de escolher nossos serviços de telefonia fixa de longa distância do que os clientes de outras provedoras de serviços de telefonia fixa, e (3) aumento na proporção de nossos clientes de telefonia fixa que assinam planos alternativos que incluem minutos de longa distância de telefonia fixa, como parte da tarifa de assinatura mensal, resultando em uma diminuição na quantidade de minutos que registramos como serviços de telefonia fixa de longa distância. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pelos efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de serviços de longa distância no valor de R\$1.940 milhões em 2013, comparado a R\$1.887 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012. (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas).

Receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa

A receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa aumentou 10,0% em 2013, devido à consolidação pela Oi dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou a receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa para R\$849 milhões durante 2013, em relação a R\$732 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas).

Da nossa receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa, 42,1% em 2013 e 38,8% em 2012 representaram tarifas de interconexão incorridas por nossas subsidiárias de telefonia móvel para o uso de nossa rede de telefonia fixa para completar ligações móvel/fixo e foram eliminados na consolidação de nossas demonstrações financeiras.

Receita operacional líquida de serviços de comunicação de dados

A receita operacional líquida de serviços de comunicação de dados aumentou 26,3% em 2013, principalmente devido a (1) um aumento de 24,7% da receita operacional líquida de assinaturas de ADSL, (2) um aumento de 47,2% da receita operacional líquida de serviços de transmissão de dados comerciais, e (3) um aumento de 17,7% da receita operacional líquida de serviços de comunicação de dados.

A receita operacional líquida de assinaturas de ADSL aumentou 24,7% para R\$2.694 milhões durante 2013, em relação a R\$2.161 milhões em 2012, principalmente devido a (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de assinaturas de ADSL de R\$1.613 milhões em 2013 em relação a R\$1.172 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento de 9,4% na receita operacional líquida de assinaturas de ADSL gerada por nossas operações para R\$1.081 milhões durante 2013 em relação a R\$989 milhões em 2012, principalmente devido a um aumento de 8,5% no número médio de assinaturas de ADSL para aproximadamente 2,3 milhões durante 2013 em relação a 2,1 milhões em 2012, e um aumento de 0,8% na receita operacional líquida média por assinante. Em 31 de dezembro de 2013, nossa base de clientes ADSL representava 33,9% do total de linhas fixas em serviço, em comparação com 30,4% em 31 de dezembro de 2012.

A receita operacional líquida de nossos serviços de transmissão de dados comerciais aumentou 47,2%, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de serviços de transmissão de dados comerciais de R\$1.102 milhões em 2013, em relação a R\$542 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), principalmente como resultado do aumento da demanda por esses serviços, incluindo os pedidos de aumento de capacidade por nossos clientes, especialmente de entidades públicas e instituições financeiras. De nossa receita operacional líquida dos serviços de transmissão de dados comerciais, 23,2% em 2013 e 17,0% em 2012 representaram tarifas pagas por nossas subsidiárias de serviços móveis e foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

A receita operacional líquida de nossos serviços de dados aumentaram 17,7%, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de serviços de dados de R\$1.239 milhões em 2013, em relação a R\$966 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da Telemar e de suas

controladas), e (2) um aumento de 8,9% da receita líquida de serviços de nossas operações de comunicação de dados para R\$1.276 milhões em 2013, em relação a R\$1.172 milhões em 2012 principalmente como resultado do aumento da demanda por esses serviços, especialmente de entidades públicas, instituições financeiras e empresas de meio de pagamento.

Receita operacional líquida

Como resultado do acima exposto, a receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e transmissão de dados aumentou 12,7%, para R\$ 20.401 milhões em 2013 em relação a R\$18.098 milhões em 2012.

Receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel

O quadro abaixo apresenta os componentes da receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel, bem como a variação percentual a partir do mesmo período no exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Variação %
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Serviços de telefonia móvel	6.113	4.931	24,0%
Remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel	5.491	5.516	(0,4%)
Venda de aparelhos e acessórios	582	537	8,3%
Receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel	12.187	10.983	11,0%

A receita operacional líquida do nosso segmento de serviços de telefonia móvel aumentou 11,0% em 2013, principalmente devido a um aumento de 24,0% na receita operacional líquida de serviços móveis.

Receita operacional líquida dos serviços de telefonia móvel

A receita operacional líquida de serviços de telefonia móvel aumentou 24,0% em 2013, principalmente devido a (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de serviços móveis no valor de R\$4.911 milhões em 2013 em relação a R\$3.910 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da Telemar e de suas controladas), (2) um aumento de 17,8% na receita operacional líquida de serviços móveis de nossas operações para R\$ 1.202 milhões em 2013, em relação a R\$1.021 milhões em 2012, principalmente como resultado de um aumento de 18,6% na receita operacional líquida gerada pelo pré-pago para R\$560 milhões em 2013 em relação a R\$ 472 milhões em 2012, um aumento na receita operacional líquida gerada por nossas operações de roaming para R\$68 milhões em 2013 em relação a R\$13 milhões em 2012, e um aumento de 7,7% da receita operacional líquida gerada pelos planos pós-pagos que incluem os planos "Oi Controle", para R\$576 milhões em 2013 em relação a R\$535 milhões em 2012.

O número médio de clientes de telefonia móvel pós-pago que incluem os planos "Oi Controle", aumentou 36,7% para cerca de 8,4 milhões em 2013 em relação a 6,1 milhões em 2012, principalmente em decorrência de (1) a inclusão em nossa base de clientes de 4,7 milhões de clientes pós-pagos da TMAR e suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, e (2) o sucesso das iniciativas comerciais e operacionais com foco no aumento das vendas de nossos serviços de alto valor, tais como, serviços de dados e de valor adicionado, que estão disponíveis para os assinantes dos nossos planos.

O número médio de clientes de telefonia móvel pré-pagos aumentou 17,3% para cerca de 41,5 milhões em 2013, em relação à cerca de 35,3 milhões durante 2012, principalmente como resultado de (1) a inclusão na base de clientes de 32,5 milhões de clientes pré-pagos da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, e (2) o lançamento de novas promoções que incluem bônus em minutos para chamadas de longa distância, pacotes de serviços de dados e créditos para utilização por nossos serviços de mensagens de texto.

Nossa receita líquida mensal média por usuário (calculada com base na receita média mensal para cada período de doze meses dividida pela base de clientes média mensal para o mesmo período) diminuiu 7,7%, para R\$ 20,4 em 2013 em relação a R\$ 22,1 em 2012.

Receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel

A receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel diminuiu 0,4% durante 2013. Da receita operacional líquida da remuneração pelo uso da rede móvel, 58,4% em 2013 e 59,4% em 2012 representaram tarifas de interconexão incorridas pela Oi e nossas subsidiárias de telefonia fixa para o uso da rede de nossas subsidiárias móveis para completar chamadas fixo-móvel e foi eliminado na consolidação de nossas demonstrações financeiras.

Receita de venda de aparelhos e acessórios

A receita operacional líquida da venda de aparelhos celulares e acessórios aumentou 8,3% em 2013, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma receita operacional líquida de vendas de aparelhos e acessórios de R\$574 milhões em 2013 em relação a R\$525 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012, principalmente como resultado de nossa estratégia de venda de aparelhos de alto valor, tais como smart phones, com desconto, como parte de nossos esforços para captar clientes de alto valor e manter os clientes já existentes.

Receita operacional líquida

Como resultado do acima exposto, a receita operacional líquida do nosso segmento de serviços de telefonia móvel aumentou 11,0%, para R\$12.187 milhões em 2013 em relação a R\$10.983 milhões em 2012.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

Custo das vendas e serviços aumentou 20,4% em 2013, principalmente devido a um aumento de 28,9% no custo dos produtos vendidos e serviços prestados do segmento de serviços de telefonia móvel, um aumento de 9,6% no custo de vendas e serviços do nosso segmento de serviços de telefonia fixa e transmissão de dados, e um aumento de 97,5% no custo de vendas e serviços do nosso segmento outros.

Do custo das vendas e dos serviços prestados do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, 27,1% em 2013 e 26,5% em 2012 representaram tarifas de interconexão incorridas pela Oi para o uso da rede móvel da TNL, PCS e Oi Móvel para completar chamadas fixo-para-móvel. Estas tarifas foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

Do custo de vendas e serviços do segmento de serviços de telefonia móvel, 16,4% em 2013 e 16,9% em 2012 representaram (1) tarifas de interconexão incorridas pela TNL, PCS e Oi móvel pelo uso da nossa rede de telefonia fixa para concluir ligações de móvel-fixo, e (2) as tarifas incorridas pela TNL, PCS e Oi móvel para serviços EILD. Essas tarifas foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nosso custo de vendas e serviços, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Variação %
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Interconexão	3.966	3.915	1,3%
Depreciações e amortizações	3.661	2.639	38,7%
Manutenção da rede	2.372	2.029	16,9%
Aluguéis e seguros	1.632	1.294	26,1%
Pessoal.....	1.090	576	89,1%
Custo de aparelhos e acessórios	515	507	1,6%
Taxa de renovação de contratos de concessão.....	94	121	(22,8)%
Outros custos dos bens e/ou serviços vendidos.....	1.930	1.590	21,4%
Total dos custos dos bens e/ou serviços vendidos	15.259	12.670	20,4%

Custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmento de telefonia fixa

O custo dos bens e/ou serviços do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 9,6% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 26,3% na depreciação e amortização, para R\$1.828 milhões em 2013 em relação a R\$ 1.447 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou uma depreciação e amortização de R\$ 1.439 milhões em 2013 em relação a R\$ 861 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas);
- um aumento de 17,5% nos custos de manutenção de rede, para R\$ 2.147 milhões em 2013 em relação a R\$1.827 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou um custo de manutenção de rede de R\$1.455 milhões durante 2013 em comparação com R\$ 1.168 milhões no período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012, e (2) as negociações com os fornecedores de manutenção de rede com foco na melhoria da qualidade da nossa rede de banda larga como forma de melhorar os serviços que prestamos aos nossos clientes; e
- um aumento de 20,4% no custo de aluguéis e seguros para R\$1.569 milhões em 2013 em relação a R\$1.303 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que gerou um custo de aluguéis e seguros de R\$ 1.079 milhões em 2013 em relação a R\$ 778 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento no custo de aluguéis de imóveis e custos de locação de rede de infraestrutura de nossas operações como resultado de nossas vendas de ativos não estratégicos que passamos a alugar ou arrendar.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma queda de 3,2% nos custos de interconexão de R\$ 5.395 milhões em 2013, em relação a R\$5.575 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que reduziu os custos de interconexão de R\$3.841 milhões em 2013, comparado a R\$ 3.925 milhões no período de dez meses findo em 31 de dezembro de

2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) os efeitos da diminuição das tarifas de interconexão VU-M a partir de fevereiro de 2013, o que reduziu os custos das chamadas fixo-móvel, e (2) uma queda de 2,3% no número médio de linhas em serviço.

O lucro bruto do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 17,8%, atingindo R\$ 8.030 milhões em 2013, em relação a R\$ 6.816 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro bruto aumentou para 39,4% em 2013 em relação a 37,7% em 2012.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmento de telefonia móvel

Os custos das vendas e serviços do segmento de serviços de telefonia móvel aumentaram 28,9% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 54,2% na depreciação e amortização para R\$ 1.816 milhões em 2013, em relação a R\$ 1.179 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou os custos de depreciação e amortização de R\$1.553 milhões em 2013, comparado a R\$ 965 milhões, durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) o início dos serviços de 4G por nossa operação que está relacionado ao crescimento desta rede, aumentando os custos de licenças amortizáveis e depreciação sobre os ativos fixos relacionados;
- um aumento de 84,9% no custo de aluguéis e seguros de R\$ 1.142 milhões em 2013 em relação a R\$ 618 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou os custos de aluguéis e seguros de R\$ 791 milhões em 2013 em relação a R\$ 292 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento no custo de alugueis de imóveis e custos de aluguel de infraestrutura de rede de nossas operações sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, como resultado de nossas vendas de ativos não estratégicos para o qual, atualmente, passamos a alugar de terceiros; e
- um aumento de 12,1% nos custos de interconexão para R\$2.515 milhões em 2013 em relação a R\$2.444 milhões durante 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou os custos de

interconexão de R\$ 1.966 milhões em 2013, relação a R\$ 1.683 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento no número total de minutos utilizados pelos clientes de telefonia móvel de nossas operações para fazer chamadas para clientes de outras operadoras para o qual pagamos tarifas de interconexão VU-M, como resultado de um aumento de 8,2% no número médio de assinantes de telefonia móvel de nossas operações cujos efeitos foram parcialmente compensados pela redução nas tarifas de VU-M cobradas de operadoras móveis a partir de fevereiro de 2013.

O lucro bruto do nosso segmento de serviços de telefonia móvel diminuiu 7,9%, para R\$4.934 milhões em 2013, em relação a R\$ 5.355 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro bruto caiu para 40,5% em 2013 em relação a 48,8% em 2012.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmentos outros

O custo das vendas e serviços de nosso segmento outros aumentou 97,5% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 96,9% nos custos de serviços de terceiros para R\$ 488 milhões em 2013 em relação a R\$ 248 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) um aumento no custo de aquisição de conteúdo de TV por assinatura de R\$ 251 milhões, como resultado da nossa expansão destes serviços, e
- um aumento de 105,2% nos custos com pessoal para R\$ 322 milhões em 2013 em relação a R\$ 157 milhões em 2012, principalmente como resultado de um aumento no número de funcionários de nosso call center e aumentos na remuneração de alguns de nossos funcionários como resultado da renegociação de alguns dos nossos acordos coletivos de trabalho no final de 2012.

O lucro bruto do nosso outro segmento aumentou 30,1%, para R\$ 779 milhões em 2013 em relação a R\$ 599 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro bruto caiu para 45,8% em 2013 em comparação a 56,2% em 2012.

Resultado bruto

Como resultado do acima exposto, o lucro bruto consolidado aumentou 5,4%, para R\$13.163 milhões em 2013, de R\$ 12.491 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro bruto caiu para 46,3% em 2013 de 49,6% em 2012.

Despesas operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 14,7% em 2013, principalmente devido a (1) um aumento de 19,1% nas despesas com vendas do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, e (2) um aumento de 16,0% nas despesas com vendas do segmento de telefonia móvel.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

As despesas de vendas do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentaram 19,1% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 31,5% nas despesas de call center para R\$ 1.078 milhões em 2013 em relação a R\$ 820 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de call center de R\$ 552 milhões em 2013 em relação a R\$ 417 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) renegociação de alguns contratos coletivos de trabalho por nosso contact center e despesas relacionadas com campanhas de qualidade de serviço realizado para apoiar nosso serviço de banda larga, e
- um aumento de 86,1% na provisão para créditos de liquidação duvidosa para R\$ 412 milhões em 2013 em relação a R\$ 222 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou a provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 214 milhões em 2013 em comparação com R\$ 123 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) o aumento do percentual de contas a receber das operações que nós registramos como provisão com base no aumento na taxa de inadimplência dos nossos clientes de telefonia fixa.

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas com vendas aumentaram para 17,2% em 2013 em relação a 16,3%, em 2012.

Segmento de telefonia móvel

As despesas de vendas do nosso segmento de serviços de telefonia móvel aumentou 16,0% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 60,1% na provisão para créditos de liquidação duvidosa para R\$ 425 milhões em 2013 em relação a R\$ 266 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$330 milhões em 2013 em relação a R\$ 194 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) o aumento do percentual de contas a receber das nossas operações que registramos como uma provisão com base no aumento na taxa de inadimplência, principalmente como resultado do crescimento da base de clientes móveis; e
- um aumento de 40,4% nas despesas com publicidade e propaganda de R\$ 461 milhões em 2013 em relação a R\$ 328 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de publicidade e propaganda de R\$ 360 milhões em 2013 em relação a R\$ 245 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento nos gastos com campanhas de publicidade para lançar e promover a campanha dos planos Oi Galera e despesas em campanhas publicitárias para promover a Oi no Rock in Rio.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por uma queda de 12,0% nas despesas com comissão de vendas de R\$ 808 milhões em 2013 em relação a R\$ 918 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de comissão de vendas de R\$ 627 milhões em 2013 em comparação com R\$ 637 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012(período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da Telemar e de suas controladas) e (2) nossos esforços para melhorar a nossa política de comissão de vendas que resultou em a reestruturação no pagamento das comissões de vendas com base na eficiência e qualidade de vendas, o que reduziu o número total de franqueados.

Em termos de percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas com vendas aumentaram para 19,8% em 2013 em relação a 18,9% em 2012.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 17,3% em 2013, principalmente devido a um aumento de 34,9% nas despesas gerais e administrativas do segmento de telefonia móvel, um aumento de 9,9% nas despesas gerais e administrativas de nosso segmento de telefonia fixa e um aumento de 50,1% em despesas gerais e administrativas do segmento outros.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

Despesas gerais e administrativas do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentaram 9,9% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 16,8% nas despesas de serviços de terceiros, para R\$ 1.392 milhões em 2013 em relação a R\$ 1.192 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de serviços de terceiros de R\$ 826 milhões em 2013 em relação a R\$ 635 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas);
- um aumento de 30,8% despesas de depreciação e amortização para R\$ 476 milhões em 2013 em relação a R\$ 364 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de depreciação e amortização de R\$ 263 milhões em 2013 em relação a R\$ 186 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas), e
- um aumento de 38,2% nas despesas de aluguéis e seguros para R\$ 128 milhões em 2013 em relação a R\$ 93 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de aluguéis e

seguros de R\$ 106 milhões em 2013 em relação a R\$ 66 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Oi consolidou os resultados da TMAR e de suas controladas).

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas gerais e administrativas caíram para 11,7% em 2013 em relação a 12,0% em 2012.

Segmento de telefonia móvel

As despesas gerais e administrativas do segmento de serviços de telefonia móvel aumentaram 34,9% em 2013, principalmente devido a:

- um aumento de 52,2% nas despesas com aluguéis e seguros para R\$ 258 milhões em 2013 em relação a R\$ 170 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas com aluguéis e seguros de R\$ 211 milhões em 2013 em relação a R\$ 168 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Companhia passou a consolidar os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento nas despesas de aluguéis e seguros de nossas operações para R\$ 47 milhões em 2013 em relação a R\$ 1 milhão em 2012, devido principalmente a um aumento nas despesas de aluguéis de imóveis e despesas com arrendamento de infraestruturas administrativas, como resultado de nossas vendas de ativos não estratégicos;
- um aumento de 27,6% nas despesas com serviços de terceiros para R\$ 387 milhões em 2013 em relação a R\$ 304 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de serviços de terceiros de R\$ 321 milhões em 2013 em relação a R\$ 249 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Companhia passou a consolidar os resultados da TMAR; e
- um aumento de 76,2% nas despesas com pessoal para R\$ 184 milhões em 2013 em relação a R\$ 105 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas com pessoal de R\$ 142 milhões em 2013 em relação a R\$ 85 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012 no qual a Oi consolidou os resultados da Telemar e de suas controladas), e (2) um aumento de 120,0% nas despesas de pessoal de nossas operações para R\$ 43 milhões em 2013 em relação a R\$ 19 milhões em 2012, devido principalmente ao aumento no número de funcionários de nossas operações

administrativas e aumento na remuneração de alguns de nossos funcionários como resultado da renegociação de alguns dos nossos acordos coletivos de trabalho no final de 2012.

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas gerais e administrativas aumentaram para 7,4% em 2013 contra 6,1% em 2012.

Segmento Outros

As despesas gerais e administrativas do segmento outros aumentaram 50,1% em 2013, principalmente devido a um aumento de 115,4% nas despesas com pessoal para R\$ 144 milhões em 2013 em relação a R\$ 67 milhões em 2012, principalmente como resultado de um aumento de 150,4% nas despesas com pessoal de nossas operações para R\$ 120 milhões em 2013 em relação a R\$ 48 milhões em 2012, devido principalmente a um aumento no número de empregados de nossa central de atendimento e aumento na remuneração de alguns de nossos funcionários como resultado da renegociação de alguns dos nossos acordos coletivos de trabalho, no final de 2012.

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas gerais e administrativas caíram para 14,3% em 2013 de 15,2% em 2012

Outras receitas e despesas operacionais líquidas

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais aumentaram 56,7%, para R\$ 3.128 milhões em 2013 em relação a R\$ 1.996 milhões em 2012, principalmente como resultado da venda de nossos investimentos nas controladas do grupo Globenet no montante de R\$ 1.497 milhões em 2013. Os efeitos desse aumento foram parcialmente compensados por uma queda de 45,1% em receita na alienação de bens para R\$ 214 milhões em 2013 em relação a R\$ 390 milhões em 2012.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 1,7%, para R\$ 1.913 milhões em 2013 em relação a R\$ 1.880 milhões em 2012, principalmente como resultado de uma reversão na provisão para participação nos lucros de empregados e administradores de R\$116 milhões em 2013, em comparação a um acréscimo de R\$ 387 milhões em 2012, principalmente como resultado do declínio no desempenho dos indicadores utilizados para estimar a provisão. Os efeitos dessa variação foram parcialmente compensados por:

- um aumento de 31,1% nas despesas de impostos (exceto imposto de renda) para R\$ 1.171 milhões em 2013 em relação a R\$ 893 milhões em 2012, principalmente como resultado de (1) a consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas de impostos (exceto imposto de renda) de R\$ 818 milhões em 2013 em relação a R\$ 578 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Companhia passou a consolidar os resultados da TMAR e de suas controladas), e (2) um aumento de ICMS, PIS e COFINS, devido ao aumento em outras receitas; e
- um aumento de 547,2% nas despesas com multas de R\$ 123 milhões em 2013 em relação a R\$ 19 milhões em 2012, principalmente como resultado da (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, o que aumentou as despesas com multas de R\$ 102 milhões em 2013 em relação a R\$3 milhões durante o período de dez meses findo em 31 de dezembro de 2012 (período de 2012, no qual a Companhia passou a consolidar os resultados da TMAR e de suas controladas).

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos tributos

Como resultado do acima exposto, nosso lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro e dos impostos aumentou 11,1%, para R\$ 5.286 milhões em 2013 em relação a R\$ 4.760 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos aumentou para 18,6% em 2013 em relação a 18,9% em 2012.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e impostos do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 101,9%, para R\$ 3.775 milhões em 2013, em relação a R\$ 1.870 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos aumentou para 18,5% em 2013 em relação a 10,3% em 2012.

Segmento de telefonia móvel

O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos do nosso segmento de telefonia móvel diminuiu 45,4%, para R\$ 1.376 milhões em 2013 em relação a R\$ 2.503 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e impostos caiu para 11,2% em 2013 em relação a 22,8% em 2012.

Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras

A receita financeira diminuiu 39,6% para R\$1.375 milhões em 2013 em relação a R\$2.275 milhões em 2012, principalmente devido a:

- uma diminuição de 89,3% em ganhos cambiais sobre investimentos em moeda estrangeira para R\$ 70 milhões em 2013 em relação a R\$ 650 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de uma diminuição de nossas aplicações em moeda estrangeira e à depreciação de 14,6% do Real frente o Dólar durante 2013, em comparação com a depreciação de 8,9% do Real em relação ao Dólar ao longo de 2012, e
- uma diminuição de 45,9% na receita de investimentos de curto prazo de R\$ 279 milhões em 2013 em relação a R\$ 515 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de uma diminuição no volume médio de nossos investimentos de curto prazo.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 3,5%, para R\$4.650 milhões em 2013 em relação a R\$4.491 milhões em 2012, principalmente devido a:

- um aumento de 18,7% em juros sobre empréstimos a pagar a terceiros e juros sobre debêntures para R\$2.452 milhões em 2013 em relação a R\$ 2.066 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de um aumento no saldo médio de nossos empréstimos a pagar a terceiros e debenturistas, principalmente como resultado da consolidação do endividamento da TMAR e suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012; e
- um aumento de 26,2 % de juros e ajustes de inflação em outras obrigações para R\$616 milhões durante 2013 de R\$488 milhões de euros durante 2012, principalmente como resultado de (1) um aumento nos juros e ajustes de inflação das nossas operações principalmente devido a um aumento na quantidade média de nossas outras obrigações e (2) a consolidação dos resultados da Telemar e suas subsidiárias a partir de 27 de fevereiro de 2012, que registrou juros e ajustes de inflação de R\$285 milhões durante 2013 comparados com R\$242 milhões durante o período de dez meses encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por um aumento de 23,0% nos ganhos em transações com derivativos para R\$ 1.159 milhões em 2013 em relação a R\$ 942 milhões em 2012, principalmente como resultado da depreciação de 14,6% do Real em relação ao Dólar e a depreciação 19,7% do Real em relação ao Euro em 2013, em comparação com a depreciação de 8,9% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 10,7% do Real em relação ao Euro durante 2012.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 31,6%, de R\$519 milhões em 2013 em relação a R\$759 milhões em 2012. A alíquota efetiva foi de 25,3% em 2013 e de 29,9% em 2012. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro	
de	
2013	2012

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro	
	de	
	2013	2012
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social.....	34,0%	34,0%
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	0,3	0,2
Efeitos tributários sobre juros sobre o capital próprio		0,2
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(7,1)	0,5
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	(1,5)	(6,1)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(1,3)	-
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos	4,6	1,6
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos	-	(0,3)
Efeitos tributário do imposto de renda de exercícios anteriores	(3,6)	-
Alíquota efetiva	25,3%	29,9%

Nossa taxa efetiva de imposto foi 25,3% em 2013, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos da exclusão permanente (adições) de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, que diminuíram a taxa de imposto efetiva por 7.1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 1.5%, (3) os efeitos fiscais de imposto de renda de exercícios anteriores, o qual reduziu nossa taxa de imposto por 3.6% e (4) o efeito fiscal de nossa utilização de prejuízos fiscais, que reduziu nosso a taxa efetiva de imposto por 1,3%. Os efeitos destes fatores foram parcialmente compensados pelo efeito fiscal de ativo por impostos diferidos não reconhecidos em relação a pessoas jurídicas que não são elegíveis para reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, o que aumentou a taxa de imposto efetiva em 4.6%.

A alíquota efetiva foi de 29,9% em 2012, principalmente como resultado do incentivo fiscal referente ao lucro na exploração reconhecido no resultado da controlada TNL PCS, no âmbito de obtenção do Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, como resultado da redução na base de cálculo dos lucros auferidos nas

regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva em 6,1%. Esse efeito foi parcialmente compensado por: (1) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 1,6%, e (2) efeitos fiscais de adições (exclusões) permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições (exclusões) permanentes de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 0,5%.

Lucro líquido

Nosso lucro líquido consolidado diminuiu 16,4%, para R\$1.493 milhões em 2013, em relação a R\$1.785 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido caiu para 5,3% em 2013 em relação a 7,1% em 2012.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (Consolidado).

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A discussão dos resultados dos segmentos de negócios da Companhia baseia-se em informações financeiras apresentadas para cada um dos seus segmentos de negócios e devem ser lidas em conjunto com as informações por segmento apresentadas na nota 26 de nossas demonstrações financeiras.

O resultado operacional da Companhia foi influenciado de forma significativa pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da TMAR em subsidiária integral da Companhia. Desta forma, os resultados apresentados de 2012 compreendem os resultados consolidados das referidas empresas a partir de 27 de fevereiro de 2012 e os resultados apresentados de 2011 compreendem os resultados da antiga BrT.

Os quadros abaixo especificam os resultados operacionais de cada um dos nossos segmentos e a reconciliação desses resultados com a demonstração do resultado consolidada. Essas informações por segmento foram preparadas com base nas mesmas informações utilizadas pela alta administração da Companhia para alocar recursos entre os segmentos e avaliar seu desempenho. O desempenho desses segmentos é avaliado e gerenciado com base em informações preparadas de acordo com o IFRS e as práticas adotadas no Brasil, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Serviços de telefonia fixa e	Serviços de telefonia		Eliminações	Consolidado
	comunicação de dados	móvel	Outros		
	(em milhões de reais)				
Receita operacional líquida	R\$18.098	R\$10.983	R\$1.066	R\$(4.986)	
Custo dos bens e/ou serviços vendidos.....	(11.281)	(5.628)	(467)	4.707	
Resultado bruto.....	6.816	5.355	599	(279)	
Despesas com vendas	(2.948)	(2.078)	(443)	629	
Despesas gerais e administrativas	(2.175)	(666)	(162)	10	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	188	(108)	122	(88)	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos	R\$1.871	R\$2.503	R\$116	R\$270	

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Serviços de	Serviços de			Consolidado
	telefonia fixa e	telefonia	Outros	Eliminações	
	comunicação de	móvel	Outros	Eliminações	Consolidado
	dados	móvel	Outros	Eliminações	Consolidado
	(em milhões de reais)				
Receita operacional líquida	R\$8.048	R\$2.006	R\$607	R\$(1.415)	R\$9.246
Custo dos bens e/ou serviços vendidos.....	(4.087)	(1.309)	(351)	1.161	(4.587)
Resultado bruto.....	3.960	697	256	(254)	4.659
Despesas com vendas	(992)	(436)	(135)	402	(1.161)
Despesas gerais e administrativas	(1.193)	(169)	(101)	19	(1.445)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(256)	(44)	(20)	(166)	(486)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Serviços de telefonia fixa e comunicação de dados		Serviços de telefonia móvel		Outros	Eliminações	Consolidado
	(em milhões de reais)						
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos	R\$1.519		R\$48		-	-	R\$1.567

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

O quadro abaixo apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, bem como a variação percentual em relação ao mesmo período do exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)				Variação
	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2012	%	2011	%	
Receita operacional líquida	R\$ 25.161	100,0%	R\$ 9.245	100,0%	172,2%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(12.670)	-50,4%	(4.587)	-49,6%	176,3%
Lucro bruto	12.491	49,6%	4.659	50,4%	168,2%
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	(13)	-	-	-	n.a
Despesas com vendas	(4.841)	-19,3%	(1.161)	-12,6%	316,9%
Despesas gerais e administrativas	(2.993)	-11,9%	(1.445)	-15,6%	107,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	116	0,4%	(486)	-5,3%	n.a.

Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	4.760	18,9%	1.567	16,9%	203,7%
Receitas financeiras	2.275	9,0%	1.406	15,2%	61,8%
Despesas financeiras	(4.491)	-17,8%	(1.478)	-16,0%	203,9%
Despesas financeiras, líquidas	(2.216)	-8,8%	(72)	-0,8%	2.981,2%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.544	10,1%	1.495	16,2%	70,2%
Imposto de renda e contribuição social	(759)	-3,0%	(490)	-5,3%	55,0%
Lucro líquido	R\$ 1.785	7,1%	R\$ 1.006	10,9%	77,5%

Receita operacional

A receita operacional bruta aumentou 143,2% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta em R\$23.293 milhões, (2) um aumento de 15,7% na receita operacional bruta do nosso segmento de telefonia móvel gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 2,3% na receita operacional bruta do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

A receita operacional líquida aumentou 172,2% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional líquida em R\$16.204 milhões, e (2) um aumento de 16,2% na receita operacional líquida do nosso segmento telefonia móvel gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 5,8% na receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas. A receita operacional líquida proveniente das vendas entre segmentos, que são eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras, aumentou 253,2% em 2012.

Receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

O quadro abaixo apresenta os componentes da receita operacional bruta e da receita operacional líquida do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, bem como a variação percentual a partir do mesmo período no exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação %
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Serviços de telefonia fixa local	R\$9.586	R\$4.310	122,4%
Serviço ligações fixo móvel (VC-1)	2.750	1.373	100,3%
Serviços longa distância fixo	2.883	1.392	114,8%
Longa distância fixo móvel (VC-2 e VC-3)	739	344	114,9%
Remuneração pelo uso de rede fixa	1.228	484	153,7%
Serviço de comunicação de dados	9.595	5.681	69,2%
Telefones de uso público	132	156	(15,46)%
Outros serviços de telefonia fixa	1.299	638	103,8%
Total da receita operacional bruta	28.213	14.377	96,4%
ICMS e outros impostos indiretos	(6.313)	(2.877)	119,5%
Descontos e devoluções	(3.801)	(3.452)	10,1%
Receita operacional líquida do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados	R\$18.098	R\$8.048	124,9%

A receita operacional bruta do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 92,6% em 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou receita operacional bruta deste

segmento em R\$14.190 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela queda de 2,3% na receita operacional bruta gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

Receita operacional bruta dos serviços de telefonia fixa local

A receita operacional bruta dos serviços de telefonia fixa local aumentou 122,4% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta dos serviços de telefonia fixa local em R\$5.205 milhões, e (2) um aumento de 1,6% na receita operacional bruta dos serviços de telefonia fixa local gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

A receita operacional bruta de assinatura gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, aumentou 7,0%, principalmente como resultado do aumento no percentual de nossos clientes de telefonia fixa que assinam planos alternativos que incluem minutos locais e de longa distância de telefonia fixa, como parte da assinatura mensal, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 3,4% no número médio de linhas em serviço para 6,8 milhões em 2012 em relação a 7,0 milhões em 2011, que ocorreu basicamente devido à tendência geral do setor brasileiro de telecomunicações de substituição dos serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel.

A receita operacional bruta de serviços medidos gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, diminuiu 44,9%, principalmente devido à queda de 45,5% no total de minutos faturados, que são a quantidade de minutos em ligações locais que ultrapassa a franquia mensal do plano de serviços, principalmente como resultado de (1) redução do número médio de linhas em serviço, (2) migração dos nossos clientes de telefonia fixa dos nossos planos de serviços básicos para planos alternativos que oferecem franquias mensais com mais minutos, e (3) migração do tráfego de dados de origem local para telefonia móvel.

Receita operacional bruta das ligações locais fixo/móvel

A receita operacional bruta de chamadas fixo-móvel local, que são cobrados pela tarifa de VC-1, aumentaram 100,3% em 2012, devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta das

chamadas fixo-móvel local em R\$1.567 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 13,8% na receita operacional bruta de chamadas fixo-móvel local, gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente como resultado de uma redução de 12,8% na quantidade total de minutos de ligações locais de fixo para móvel em 2012, como resultado de (1) redução de 3,4% no número de clientes de telefonia fixa, (2) migração do tráfego de dados de origem local para dispositivos de telefonia móvel, e (3) o aumento na proporção de nossos clientes de telefonia fixa que assinam planos alternativos que incluem minutos fixo-móvel como parte da assinatura mensal, resultando em uma redução do número de minutos de chamadas fixo-móvel local.

Receita operacional bruta dos serviços de telefonia fixa de longa distância

A Companhia contabiliza a receita de chamadas de longa distância, (1) originadas e terminadas em uma linha fixa, (2) originadas e terminadas em uma linha móvel, ou (3) originadas em uma linha móvel e terminadas em uma linha fixa, como receita de serviços de telefonia fixa de longa distância.

A receita operacional bruta de serviços de longa distância de telefonia fixa aumentou 107,1% em 2012, devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta de longa distância em R\$1.902 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 29,5% na receita operacional bruta de serviços de longa distância de telefonia fixa gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido a uma queda de 28,8% na quantidade total de minutos de ligações de longa distância, principalmente como resultado de (1) de campanhas de desconto agressivas lançadas por nossos concorrentes, que resultaram em uma diminuição na quantidade total de minutos de ligações de longa distância, (2) efeitos da diminuição de 3,4% no número de clientes de telefonia fixa, que apresentam maior probabilidade de escolher nossos serviços de telefonia fixa de longa distância do que os clientes de outras provedoras de serviços de telefonia fixa, e (3) aumento na proporção de nossos clientes de telefonia fixa que assinam planos alternativos que incluem minutos de longa distância de telefonia fixa, como parte da tarifa de assinatura mensal, resultando em uma diminuição na quantidade de minutos que registramos como serviços de telefonia fixa de longa distância.

Receita operacional bruta de ligações de longa distância fixo/móvel

A Companhia contabiliza a receita chamadas de longa distância originadas em uma linha fixa e terminadas uma linha móvel, como receita dos serviços de telefonia de longa distância fixo/móvel.

A receita operacional bruta dos serviços de telefonia de longa distância de fixo para móvel, que são cobrados pela tarifa de VC-2 ou VC-3, aumentou 114,8% em 2012, devido à consolidação dos resultados da TMAR e suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta dos serviços de telefonia de longa distância de fixo para móvel em R\$443 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 14,0% na receita operacional bruta dos serviços de telefonia de longa distância de fixo para móvel gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente como resultado de uma redução de 18,6% na quantidade total de minutos de ligações de fixo para móvel cobrados pela tarifa de VC-2 ou VC-3, principalmente como resultado de (1) campanhas de descontos agressivos realizado em 2012 por nossos concorrentes, e (2) dos efeitos da diminuição de 3,4% no número de clientes de telefonia fixa, que apresentam maior probabilidade de escolher nossos serviços de telefonia fixa de longa distância para ligações de longa distância de celular para celular do que os clientes de outras provedoras de serviços de telefonia fixa.

Receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa

A receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa aumentou 153,7% em 2012, devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa em R\$763 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 3,9% na receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

De nossa receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia fixa, 38,8% em 2012 e 21,2% em 2011 representaram tarifas de interconexão incorridas por nossas subsidiárias de telefonia móvel para o uso de nossa rede de telefonia fixa para completar ligações móvel/fixo e foram eliminados na consolidação de nossas demonstrações financeiras.

Receita operacional bruta de serviços de comunicação de dados

A receita operacional bruta de serviços de comunicação de dados aumentou 69,2% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta de comunicação de dados em R\$3.700 milhões, e (2) um aumento de 4,1% na receita operacional bruta de serviços de comunicação de dados gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

A receita operacional bruta de comunicação de dados gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, aumentou 10,2%, principalmente como resultado de (1) um aumento de 24,5% na receita operacional bruta de serviços IP, principalmente como resultado do aumento na demanda por esses serviços, particularmente de entidades públicas, bancos e empresas de cartões de crédito, e (2) um aumento de 14,8% na receita operacional bruta de serviços SLD, principalmente como resultado de um aumento na demanda por esses serviços, incluindo pedidos de aumento de capacidade por nossos clientes, particularmente de entidades públicas e instituições financeiras.

De nossa receita operacional bruta de serviços de comunicação de dados, 13,8% em 2012 e 16,0% em 2011 representaram tarifas pagas por nossas subsidiárias de telefonia móvel e foram eliminados na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

A receita operacional bruta de assinaturas de ADSL gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, caiu 0,8%, principalmente devido a uma queda de 2,0% em nossa receita bruta média por assinante, como resultado de promoções que lançamos durante 2012,

em um esforço para expandir nossa base de clientes de banda larga, cujos efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de 8,3% na quantidade média de assinaturas ADSL na Região II, para cerca de 2.240.000 ao longo de 2012, em relação a 2.032.000 em 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, nossa base de clientes ADSL representava 33,4% do total de linhas fixas em serviço, em comparação com 29,8% do total de linhas fixas em serviço na Região II em 31 de dezembro de 2011.

Receita operacional bruta de venda de cartões pré-pagos de telefonia pública.

A receita operacional bruta de venda de cartões pré-pagos de telefonia pública diminuiu 15,4% em 2012, principalmente como resultado de um declínio de 57,1% na receita operacional bruta de venda de cartões pré-pagos gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido a: (1) a redução do número de telefones públicos que atuamos, e (2) o declínio no número de créditos de telefones públicos utilizados como resultado de uma tendência geral de redução do uso de cartões de telefone público, substituídos por aparelhos celulares, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta de venda de cartões pré-pagos de telefonia pública em R\$65 milhões.

Deduções da receita bruta

ICMS e outros impostos indiretos

O ICMS e outros impostos sobre os serviços de telefonia fixa aumentaram 119,5% em 2012, devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou o ICMS e outros impostos indiretos em R\$3.763 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 11,4% em tais impostos gerados por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido a queda na receita operacional bruta dos principais serviços de telefonia fixa.

A Companhia é obrigada a contribuir para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras - FUNTTEL. No caso do FUST, a contribuição é de 1,0% da receita bruta gerada pela prestação de serviços de

telecomunicações, líquida dos tributos (1) Programa de Integração Social - PIS, (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e (3) Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS. A contribuição para o FUNTTEL é de 0,5% da receita bruta gerada pela prestação de serviços de telecomunicações, líquida dos impostos PIS, COFINS e ICMS.

Descontos e devoluções

Os descontos oferecidos em nossos serviços de telefonia fixa são geralmente aplicados a serviços de comunicação de dados, tarifas mensais de assinatura e serviços de rede inteligente (tais como identificador de ligações, transferência de ligações e teleconferência).

Os descontos sobre nossos serviços de telefonia fixa e comunicação de dados aumentaram 10,1% em 2012, devido a um aumento de 13,3% nos descontos gerados por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente como resultado de um aumento nos descontos oferecidos para serviços de banda larga devido ao aumento da concorrência de outros provedores e como parte dos nossos esforços para promover a migração dos nossos clientes da banda larga para assinaturas de bandas mais largas.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 124,9%, para R\$18.098 milhões em 2012, em relação a R\$8.048 milhões em 2011, devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional líquida deste segmento em R\$10.536 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 5,8% na receita operacional líquida gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

Receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel

O quadro abaixo apresenta os componentes da receita operacional bruta e da receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel, bem como a variação percentual a partir do mesmo período no exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação %
(em milhões de Reais, exceto porcentagens)			
Serviços de telefonia móvel.....	R\$8.973	R\$1.658	441,2
Remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel.....	5.745	1.203	377,5
Venda de aparelhos e acessórios.....	661	16	4,030,3
Total da receita operacional bruta	15.379	2.877	434,5
ICMS e outros impostos indiretos	(2.672)	(492)	443,1
Descontos e devoluções.....	(1.723)	(379)	354,7
Receita operacional líquida do segmento de telefonia móvel	R\$10.983	R\$2.006	447,5

A receita operacional bruta do nosso segmento de telefonia móvel aumentou 446,1% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta desse segmento em R\$12.049 milhões, e (2) um aumento de 15,7% na receita operacional bruta gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

Receita operacional bruta dos serviços de telefonia móvel

A receita operacional bruta de serviços móveis aumentou 446,0% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou a receita operacional bruta de serviços móveis em R\$7.090 milhões, e (2) um aumento de 18,5% na receita operacional bruta de serviço móvel gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

O número médio de clientes de telefonia móvel pré-pago aumentou 472,1%, para 40,7 milhões durante 2012 em relação a 7,1 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação da TMAR e de suas controladas, como parte da reorganização societária. O número médio de clientes de telefonia móvel pré-pago na Região II aumentou 10,7%, para 7,9 milhões ao longo de 2012, em relação a 7,1 milhões em 2011, principalmente como resultado do lançamento de novas promoções que incluem bônus de minutos para ligações de longa distância, pacotes de serviços de dados e créditos para utilização de mensagens de texto. O número médio de clientes de telefonia móvel pós-pago, incluindo clientes de nossos planos "Oi Controle", aumentou 558,4% para cerca de 6,9 milhões ao longo de 2012 em relação a 1,1 milhões em 2011, principalmente como resultado da aquisição da TMAR e suas subsidiárias, como parte da reorganização societária. O número médio de clientes de telefonia móvel pós-pago na Região II, incluindo clientes de nossos planos "Oi Controle", aumentou 40,6% para cerca de 1.477.000 ao longo de 2012, em relação a 1.050.000 em 2011, principalmente como resultado do sucesso comercial e iniciativas operacionais com foco no aumento das vendas de nossos serviços premium, tais como serviços de dados e de valor adicionado, que estão disponíveis assinantes dos nossos planos "Oi Conta", "Oi Smartphone" e "Oi Conta Total ". Em 31 de dezembro de 2012, os clientes pré-pagos representavam 83,6% da nossa base de clientes de telefonia móvel e os clientes pós-pagos representavam 16,4% da nossa base de clientes de telefonia móvel. Nossa receita líquida mensal média por usuário (calculada com base na receita média mensal para cada período de doze meses dividida pela base de clientes média mensal para o mesmo período) aumentou 2,9%, para R\$21,6 durante 2012 em relação a R\$21,0 em 2011.

A receita operacional bruta de assinatura gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, que inclui receita operacional bruta de comunicação de dados móveis, aumentou 25,0%, principalmente como resultado de um aumento de 40,6% no número de clientes pós-pagos. Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma queda de 13,4% em nossa taxa de assinatura mensal média.

A receita operacional bruta de minutos faturados gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, que são a quantidade de minutos em ligações locais usada por clientes do serviço pré-pago mais a quantidade de minutos em ligações locais usada por clientes do serviço pós-pago que excedem a franquia mensal do respectivo plano, aumentou 11,4%, principalmente como resultado de um aumento de 10,7% no número médio de clientes pré-pagos.

A receita operacional bruta das receitas de serviços adicionais gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, aumentou 22,5%, principalmente como resultado de (1) um aumento de 14,6% no número médio de nossos assinantes de telefonia móvel, e (2) um

aumento no número médio de mensagens de texto enviado por nossos clientes de telefonia móvel, como resultado de nossa estratégia de oferecer pacotes de mensagens de texto, como parte das compras de créditos adicionais pelos nossos clientes pré-pagos.

Receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel

A receita operacional bruta de remuneração pelo uso de rede de telefonia móvel aumentou 377,6% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou a receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel em R\$4.393 milhões e (2) aumento de 12,3% na receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente como resultado de 14,6% aumento do número de clientes de telefonia móvel, cujos efeitos foram parcialmente compensados por clientes de outros provedores de serviços de telefonia móvel aproveitando as promoções oferecidas por esses provedores, que incluem pacotes de minutos e serviços SMS para tráfego "on net".

Da receita operacional bruta da remuneração pelo uso da rede de telefonia móvel, 59,4% em 2012 e 45,2% em 2011 representaram tarifas de interconexão incorridas pela Oi e suas subsidiárias de telefonia fixa pelo uso da rede de nossas subsidiárias móveis para concluir ligações de fixo para móvel, as quais foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

Receita de venda de aparelhos e acessórios

A receita operacional bruta de venda de aparelhos e acessórios aumentou para R\$661 milhões em 2012 em relação a R\$16 milhões em 2011, principalmente como resultado da introdução em 2012 da nossa estratégia de venda de aparelhos de alto valor, tais como smart phones, com desconto, como parte de nossos esforços para captar clientes de alto valor e manter os clientes já existentes.

Deduções da receita bruta

ICMS e outros impostos indiretos

O ICMS e outros impostos sobre nossos serviços de telefonia móvel aumentaram 443,1% em 2012, devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou os impostos em R\$2.111 milhões, e (2) um aumento de 13,9% nesses impostos gerados por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido ao aumento da receita operacional bruta do nosso segmento de serviços de telefonia móvel em 2012.

Descontos e devoluções

Os descontos oferecidos em nossos serviços de telefonia móvel geralmente consistem de abatimentos nas vendas de cartões de telefone pré-pagos (comissões típicas de aproximadamente 10,0% em relação ao valor nominal vendido), além de descontos em ligações locais de telefonia fixa, ligações de longa distância e serviços de rede inteligente (como identificador de ligações, transferência de ligações e teleconferência).

Os descontos sobre nossos serviços de telefonia móvel aumentaram 354,7% em 2012, devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou os descontos em R\$1.286 milhões, e (2) um aumento de 15,4% em descontos gerados por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente como resultado de nossa estratégia de aumentar os descontos para manter e aumentar a nossa participação no mercado à medida que aumenta a concorrência no preço.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do nosso segmento de serviços de telefonia móvel aumentou 447,5%, para R\$10.983 milhões em 2012 em relação a R\$2.006 milhões em 2011, devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou receita operacional líquida deste segmento em R\$ 8.651 milhões, e (2) um aumento de 16,3% na receita operacional líquida gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

Custo dos bens e/ou serviços aumentou 176,3% em 2012, principalmente devido a: (1) aumento de 176,0% no custo dos bens e/ou serviços de telefonia fixa e comunicação de dados e (2) um aumento de 330,0% no custo dos bens e/ou serviços de nosso segmento de serviços de telefonia móvel.

Desse custo do nosso segmento de serviços de telefonia fixa e comunicação de dados, 26,5% em 2012 e 13,4% em 2011 representaram tarifas de interconexão pagas pela Oi fixa para o uso da rede móvel da TNL, PCS e Oi Movel para completar chamadas fixo/móvel. Essas tarifas foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

Desses custos do segmento de serviços de telefonia móvel, 16,9% em 2012 e 22,0% em 2011 representaram (1) tarifas de interconexão incorridas pela TNL, PCS e Oi móvel pelo uso da nossa rede de telefonia fixa da Oi fixa para concluir ligações de móvel/fixo e (2) as tarifas incorridas pela Oi movel para serviços EILD. Essas tarifas foram eliminadas na consolidação das nossas demonstrações financeiras.

O quadro abaixo apresenta os componentes do custo dos bens e/ou serviços vendidos, bem como a variação percentual a partir do período correspondente no exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação %
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Interconexão	R\$3.915	R\$1.711	128,8%
Depreciações e amortizações	2.639	843	213,3%
Manutenção da rede	2.029	687	195,6%
Aluguéis e seguros	1.294	504	156,3%
Pessoal.....	577	375	53,9%
Custo de aparelhos e acessórios	508	24	2.016,7%
Taxa de renovação de contratos de concessão.....	121	49	146,9%
Outros custos dos bens e/ou serviços vendidos	1.587	394	303,3%

Exercício findo em 31 de dezembro		
2012	2011	Variação %
(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
Total dos custos dos bens e/ou serviços vendidos.....	R\$12.670	R\$4.587 176,3%

Custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmento de telefonia fixa

O custo dos bens e/ou serviços do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 176,0% em 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou o custo dos bens e/ou serviços desse segmento em R\$7.565 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 8,7% no custo dos bens e/ou serviços gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido:

- redução de 10,0% nos custos de interconexão gerados por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, para R\$1.650 milhões em 2012 em relação a R\$1.834 milhões em 2011, principalmente como resultado de (1) uma redução no tráfego fixo-móvel e redução no tráfego de longa distância de telefonia fixa e (2) uma redução de 3,4% no número médio de linhas em serviço;
- redução de 19,7% nos custos com alugueis e seguros para R\$525 milhões em 2012 em relação a R\$654 milhões em 2011, principalmente como resultado do nosso programa de redução de custos, maximização de sinergias com nossas principais subsidiárias;
- redução de 42,4% em outros serviços de terceiros de manutenção de rede para R\$ 94 milhões em 2012 em relação a R\$163 milhões em 2011, principalmente como resultado de nosso programa contínuo de redução de custos.

O lucro bruto do nosso segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 72,3% para R\$6.816 milhões em 2012 em relação a R\$3.960 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida desse segmento, o lucro bruto caiu para 37,7% em 2012 em relação a 49,2% em 2011.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmento de telefonia móvel

O custo dos bens e/ou serviços vendidos do segmento de telefonia móvel aumentou 330,0% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou o custo dos bens e/ou serviços desse segmento em R\$4.257 milhões, e (2) um aumento de 4,6% no custo dos bens e/ou serviços gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas.

O aumento no custo dos bens e/ou serviços gerado por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, deveu-se principalmente a um aumento de 6,7% nas despesas de interconexão para R\$561 milhões em 2012 em relação a R\$526 milhões em 2011, principalmente como resultado de um aumento no número total de minutos utilizados por clientes de telefonia móvel para fazer chamadas para clientes de outras operadoras móveis para as quais pagamos tarifas de interconexão à taxa VU-M, como resultado de aumento de 14,6% no número médio de nossos assinantes móveis. Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por (1) redução de 64,6% nos outros serviços de terceiros de manutenção de rede para R\$12 milhões em 2012 em relação a R\$ 34 milhões em 2011, principalmente como resultado de nosso programa contínuo de redução de custos, e (2) um declínio de 7,8% nas despesas de depreciação e amortização de R\$214 milhões em 2012 em relação a R\$232 milhões em 2011.

O lucro bruto do nosso segmento de telefonia móvel aumentou 668,2%, para R\$ 5.355 milhões em 2012 em relação a R\$697 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida desse segmento, o lucro bruto aumentou para 48,8% em 2012 em relação a 34,7% em 2011.

Lucro bruto

Como resultado do acima exposto, nosso lucro bruto consolidado aumentou 168,2%, atingindo R\$12.491 milhões em 2012 em relação a R\$4.659 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro bruto diminuiu para 49,6% em 2012 em relação a 50,4% em 2011.

Despesas operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram em 316,9% ao longo de 2012, principalmente devido a: (1) aumento de 197,1% nas despesas com vendas do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados, e (2) um aumento de 376,9% nas despesas com vendas do segmento de telefonia móvel.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

As despesas com vendas do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentaram 197,1% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou as despesas com vendas desse segmento em R\$1.748 milhões, e (2) um aumento de 20,9% nas despesas com vendas geradas por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido:

- um aumento de R\$175 milhões em comissões de vendas de R\$176 milhões em 2012 em relação a R\$1 milhão em 2011, principalmente como resultado de (1) o reposicionamento de nossos serviços de apoio a vendas, principalmente relacionado com a nossa criação de estruturas regionais de canais de distribuição, e (2) um aumento nas comissões pagas relativas a vendas do nosso serviço "Oi Velox", como resultado do aumento de 8,3% na média do número de assinaturas de ADSL;
- um aumento de 72,4% nas despesas com pessoal, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, para R\$205 milhões em 2012 em relação a R\$119 milhões em 2011, principalmente como resultado do aumento do número de funcionários de apoio a vendas nas estruturas regionais de canais de distribuição e ao aumento nas vendas porta-a-porta composta de nossos funcionários; e
- um aumento de 18,3% nas despesas de call Center, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, para R\$402 milhões em 2012 em relação a R\$ 340 milhões em 2011, principalmente como resultado da renegociação de alguns acordos coletivos de trabalho e despesas relacionadas com o serviço de campanhas de qualidade realizados para apoiar o nosso serviço de banda larga.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 61,9% na provisão para créditos de liquidação duvidosa gerada por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, para R\$ 99 milhões em 2012 em relação a R\$260 milhões em 2011,

principalmente como um resultado de nosso programa para melhorar nossas práticas de faturamento e cobrança e redução de perdas com clientes, especialmente com nossos clientes corporativos.

Como percentual da receita operacional líquida desse segmento, as despesas com vendas aumentaram para 16,3% em 2012 em relação a 12,3% em 2011.

Segmento de telefonia móvel

As despesas com vendas do segmento de telefonia móvel aumentaram 376,9% em 2012, principalmente devido a: (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou as despesas com vendas desse segmento em R\$1.512 milhões, e (2) um aumento de 29,7% nas despesas com vendas geradas por nossas operações. O aumento nas despesas com vendas geradas por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido ao aumento de R\$ 100 milhões em serviços de terceiros, incluindo comissões de vendas, call center e despesas de cobrança, de R\$373 milhões em 2012 em relação a R\$273 milhões em 2011, principalmente como resultado de (1) aumento das comissões pagas referentes às nossas vendas de serviços móveis, como resultado do aumento de 14,6% no número médio de assinantes de telefonia móvel, e (2) um aumento de R\$ 23 milhões nas despesas de publicidade e propaganda de R\$83 milhões em 2012 em relação a R\$ 60 milhões em 2011, principalmente como resultado de um aumento nos gastos em nossas campanhas publicitárias para apoiar os nossos principais serviços móveis.

Como percentual da receita operacional líquida desse segmento, as despesas com vendas aumentaram para 18,9% em 2012 em relação a 21,7% em 2011.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 107,1% em 2012, devido principalmente a um aumento de 82,4% nas despesas gerais e administrativas do segmento de telefonia fixa e um aumento de 294,8% nas despesas gerais e administrativas do segmento de telefonia móvel.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

As despesas gerais e administrativas do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentaram 82,4% em 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou as despesas gerais e administrativas desse segmento em R\$1.138 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 13,0% nas despesas gerais e

administrativas geradas por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido a uma queda de 25,9% nas despesas com serviços de terceiros, para R\$557 milhões em 2012 em relação a R\$ 752 milhões em 2011, principalmente como resultado do reposicionamento de nossos serviços de apoio a vendas, principalmente relacionadas com criação de estruturas regionais de canais de distribuição.

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas gerais e administrativas caíram para 12,0% em 2012 em relação a 14,8% em 2011.

Segmento de telefonia móvel

As despesas gerais e administrativas do segmento de telefonia móvel aumentaram 294,8% em 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou as despesas gerais e administrativas desse segmento em R\$521 milhões, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 14,3% nas despesas gerais e administrativas geradas por nossas operações, sem os efeitos da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, principalmente devido a uma redução de 53,3% nas despesas com serviços de terceiros, para R\$ 55 milhões em 2012 em relação a R\$118 milhões em 2011, principalmente como resultado de nosso programa contínuo de redução de custos, cujos efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de 191,3% nas despesas de depreciação e amortização para R\$67 milhões em 2012 em relação a R\$23 milhões em 2011.

Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, as despesas gerais e administrativas caíram para 6,1% em 2012, em relação a 8,4% em 2011.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais.

As outras receitas operacionais aumentaram 256,2%, para R\$1.996 milhões em 2012 em relação a R\$560 milhões em 2011, principalmente como resultado de:

- aumento de 342,4% nas despesas recuperadas de R\$693 milhões em 2012 em relação a R\$157 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou nossas recuperação de despesas em R\$407 milhões;

- aumento de 1.718,6% na receita de venda de imóveis, instalações e equipamentos de R\$390 milhões em 2012 em relação a R\$21 milhões em 2011, principalmente como resultado de nossa estratégia de monetizar ativos não estratégicos;
- aumento de 230,8% nas receitas de aluguéis de infraestrutura para R\$398 milhões em 2012 em relação a R\$120 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou nossas receitas de aluguéis de infraestrutura, relacionadas com aluguel de espaço físico e aluguel de torres, em R\$261 milhões.
- aumento de 164,7% na receita de multas de R\$240 milhões em 2012 em relação a R\$91 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou nossa receita de multas em R\$144 milhões.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 79,7%, para R\$1.880 milhões em 2012 em relação a R\$1.046 milhões em 2011, principalmente como resultado de:

- aumento de 189,7% em despesas de tributos para R\$894 milhões em 2012 em relação a R\$309 milhões em 2011, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou os nossas despesas com tributos em R\$558 milhões, e (2) aumento nas despesas de PIS e COFINS devido ao aumento distribuições de juros sobre o capital próprio de nossas subsidiárias; e
- aumento de 1.311,3% nas despesas com participações de empregados e administradores para R\$387 milhões em 2012 em relação a R\$27 milhões em 2011, principalmente como resultado de (1) consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, o que aumentou nossas despesas com participações de empregados e administradores em R\$215 milhões, e (2) o aumento do desempenho dos indicadores utilizados para estimar esta provisão.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 29,8% nas provisões para contingências de R\$401 milhões em 2012 em relação a R\$571 milhões em 2011, principalmente como resultado de: (1) redução de R\$53 milhões relacionada com os efeitos da conclusão da padronização da

metodologia de cálculo que utilizamos para as provisões para contingências trabalhistas para ser consistente com os procedimentos adotados pela TMAR, e (2) a redução da provisão para contingências, como parte de nossa eficiência na revisão e controle das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos tributos

Como resultado do acima exposto, nosso lucro operacional consolidado antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos aumentaram 203,7%, atingindo R\$4.760 milhões em 2012 contra R\$1.567 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos aumentou para 18,9% em 2012 em relação a 17,0% em 2011.

Segmento de telefonia fixa e comunicação de dados

O resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos do segmento de telefonia fixa e comunicação de dados aumentou 23,2%, para R\$1.870 milhões em 2012 em relação a R\$1.519 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos caiu para 10,3% em 2012 em relação a 18,9% em 2011.

Segmento de telefonia móvel

O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos do nosso segmento de telefonia móvel aumentou 5.074,9%, para R\$2.503 milhões em 2012 em relação a R\$48 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida deste segmento, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos aumentou para 22,8% em 2012, em relação a 2,4% em 2011.

Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 61,8%, para R\$2.275 milhões em 2012 em relação a R\$1.406 milhões em 2011, principalmente devido à:

- ganhos cambiais sobre operações em moeda estrangeira de R\$650 milhões em 2012 e inexistentes em 2011, principalmente como resultado do aumento de nossas dívidas em moeda estrangeira, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, e de 8,9% de desvalorização do Real em relação ao Dólar durante 2012;
- aumento de 539,5% em outras receitas financeiras de R\$243 milhões em 2012 em relação a R\$ 38 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária, que aumentou as outras receitas financeiras em R\$252 milhões;
- aumento de 34,2% nas receitas de rendimentos de aplicações financeiras de curto prazo de R\$515 milhões em 2012 em relação a R\$384 milhões em 2011, principalmente como resultado de um aumento no volume médio de nossas aplicações financeiras, principalmente devido à consolidação dos resultados da TMAR e de suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012, devido à reorganização societária; e
- dividendos recebidos de R\$99 milhões em 2012, como resultado do nosso investimento na Portugal Telecom.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 84,3% nas receitas de juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas de R\$48 milhões em 2012 em relação a R\$307 milhões em 2011, principalmente como resultado da liquidação dos saldos com partes relacionadas, como parte de a reorganização societária.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 203,9%, atingindo R\$4.490 milhões em 2012 em relação a R\$1.478 milhões em 2011, principalmente devido à:

- perdas cambiais sobre operações em moeda estrangeira no valor de R\$2.077 milhões em 2012, principalmente como resultado da consolidação da dívida denominada em moeda estrangeira da TMAR e de suas controladas, como resultado da reorganização societária, e pela desvalorização de 8,9% do Real frente ao Dólar ao longo de 2012 e desvalorização de 10,7% do Real em relação ao euro durante 2012;

- um aumento de 313,5% nas despesas de juros sobre debêntures para R\$753 milhões em 2012 em relação a R\$182 milhões em 2011, principalmente como resultado da consolidação das debêntures emitidas pela TMAR e suas subsidiárias, como resultado da reorganização societária;

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados pelos nossos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos com receita de R\$942 milhões em 2012 em relação a uma despesa de R\$ 49 milhões em 2011, principalmente como resultado do aumento de operações de derivativos utilizados para mitigar risco cambial, como resultado da consolidação da dívida denominada em moeda estrangeira da TMAR e de suas controladas, devido à reorganização societária.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou 55,0%, de R\$759 milhões em 2012 em relação a R\$490 milhões em 2011. A alíquota efetiva foi de 29,9% em 2012 e de 33,0% em 2011. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social.....	34,0%	34,0%
Efeitos tributários do método da equivalência patrimonial	0,2	--
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	(6,1)	--
Efeitos tributários sobre juros sobre o capital próprio.....	0,2	--
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes.....	0,5	(1,0)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	--	--
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos.....	1,6	--
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos	(0,3)	0,0
Alíquota efetiva	<u>29,9%</u>	<u>33,0%</u>

A alíquota efetiva foi de 29,9% em 2012, principalmente como resultado do incentivo fiscal referente ao lucro na exploração reconhecido no resultado da controlada TNL PCS, no âmbito de obtenção do Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, como resultado da redução na base de cálculo dos lucros auferidos nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva em 6,1%. Esse efeito foi parcialmente compensado por: (1) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 1,6%, e (2) efeitos fiscais relacionados a adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos da exclusão permanente (adições) e dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 0,5%.

A alíquota efetiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 33,0% devido aos efeitos tributários de lucros não tributáveis, que reduziram a alíquota efetiva em 1,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido consolidado aumentou 77,5%, para R\$1.785 milhões em 2012 em relação a R\$1.006 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido caiu para 7,1% em 2012 em relação a 10,9% em 2011.

h.2) Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação Dez/13 x Dez/12
	2013	%	2012	%	
ATIVO					
Circulante	17.687	25,2%	21.138	30,6%	-16,3%
Caixa e equivalentes de caixa	2.425	3,5%	4.408	6,4%	-45,0%
Aplicações financeiras	493	0,7%	2.426	3,5%	-79,7%
Instrumentos financeiros	452	0,6%	640	0,9%	-29,4%

derivativos					
Contas a receber	7.097	10,1%	7.018	10,1%	1,1%
Estoques	433	0,6%	385	0,6%	12,5%
Tributos correntes a recuperar	907	1,3%	1.727	2,5%	-47,5%
Outros tributos	1.474	2,1%	1.557	2,3%	-5,3%
Depósitos judiciais	1.316	1,9%	2.068	3,0%	-36,4%
Valores a receber na venda da GlobeNet	1.776	2,5%	-	-	-
Ativo relacionado aos fundos de pensão	10	0,0%	9	0,0%	11,1%
Demais ativos	1.305	1,9%	900	1,3%	45,0%
Não circulante	52.409	74,8%	48.012	69,4%	9,2%
Créditos com partes relacionadas	-		-		-
Aplicações financeiras	99	0,1%	64	0,1%	54,7%
Instrumentos financeiros derivativos	1.621	2,3%	349	0,5%	364,5%
Tributos diferidos a recuperar	8.274	11,8%	8.316	12,0%	-0,5%
Outros tributos	891	1,3%	738	1,1%	20,7%
Ativo financeiro disponível para venda	914	1,3%	906	1,3%	0,9%
Depósitos judiciais	11.051	15,8%	9.722	14,1%	13,7%
Ativo relacionado aos fundos de pensão	60	0,1%	74	0,1%	-18,9%
Ativos mantidos para venda	242	0,3%	95	0,1%	154,7%
Demais ativos	377	0,5%	271	0,4%	39,1%
Investimentos	174	0,2%	179	0,3%	-2,8%
Imobilizado	24.786	35,4%	23.103	33,4%	7,3%
Intangível	3.919	5,6%	4.195	6,1%	-6,6%
TOTAL DO ATIVO	70.096	100,0%	69.150	100,0%	1,4%

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2013	%	2012	%	Dez/13 x Dez/12
PASSIVO					

Circulante	15.540	22,2%	17.093	24,7%	-9,1%
Salários, encargos sociais e benefícios	651	0,9%	773	1,1%	-15,8%
Fornecedores	4.732	6,8%	4.658	6,7%	1,6%
Empréstimos e financiamentos	4.159	5,9%	3.114	4,5%	33,6%
Instrumentos financeiros derivativos	410	0,6%	309	0,4%	32,7%
Tributos correntes a recolher	432	0,6%	1.066	1,5%	-59,5%
Outros tributos	2.112	3,0%	2.248	3,3%	-6,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio	231	0,3%	655	0,9%	-64,7%
Autorizações e concessões a pagar	457	0,7%	1.059	1,5%	-56,8%
Programa de refinanciamento fiscal	100	0,1%	100	0,1%	-
Provisões	1.224	1,7%	1.569	2,3%	-22,0%
Provisões para fundos de pensão	184	0,3%	104	0,2%	76,9%
Demais obrigações	848	1,2%	1.438	2,1%	-41,0%
Não Circulante	43.031	61,4%	40.948	59,2%	5,1%
Empréstimos e financiamentos	31.695	45,2%	30.233	43,7%	4,8%
Instrumentos financeiros derivativos	157	0,2%	205	0,3%	-23,4%
Outros tributos	1.747	2,5%	2.239	3,2%	-22,0%
Autorizações e concessões a pagar	1.027	1,5%	1.099	1,6%	-6,6%
Programa de refinanciamento fiscal	1.020	1,5%	985	1,4%	3,6%
Provisões	4.393	6,3%	4.850	7,0%	-9,4%
Provisões para fundos de pensão	459	0,7%	767	1,1%	-40,2%
Demais obrigações	2.533	3,6%	570	0,8%	344,4%
Patrimônio líquido	11.524	16,4%	11.109	16,1%	3,7%
Capital social	7.471	10,7%	7.309	10,6%	2,2%
Custo de emissão de ações	-57	-0,1%	-57	-0,1%	-
Reservas de capital	3.978	5,7%	4.303	6,2%	-7,6%
Reservas de lucro	2.324	3,3%	1.331	1,9%	74,6%
Ações em tesouraria	-2.105	-3,0%	-2.104	-3,0%	-
Outros resultados abrangentes	-92	-0,1%	-67	-0,1%	37,3%
Outros	4	0,0%	3	0,0%	33,3%

Dividendos adicionais propostos	-	-	391	0,6%	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	70.096	100,0%	69.150	100,0%	1,4%

Nota: As informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2012. Para descrição mais detalhada, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não-circulante) possuía saldo de R\$3.017 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$3.881 milhões ou 56,3% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$7.035 milhões, que inclui redução de R\$1.973 milhões nos saldos de aplicações financeiras, (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$3.435 milhões e (3) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$3.568 milhões, (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$5.976 milhões, (iii) depósitos e bloqueios judiciais no montante de R\$735 milhões; (iv) pagamento de dividendos e JCP no montante de R\$1.280 milhões e (v) pagamento de autorizações e licenças regulatórias no montante de R\$711 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$1.506 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.031 milhões em relação ao mesmo período de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado da depreciação de 14,6% do Real frente ao Dólar no decorrer do exercício.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.097 milhões mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Tributos correntes a recuperar

A conta tributos correntes a recuperar possuía saldo de R\$907 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$819 milhões ou 47,5% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados principalmente pela redução de R\$557 milhões nas antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar, compensados com os saldos dos referidos impostos a pagar no passivo.

Outros tributos - Ativo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$2.365 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$70 milhões em relação ao mesmo período de 2012, principalmente como resultado do aumento nos saldos de ICMS a recuperar decorrente de créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$8.274 milhões em 31 de dezembro de 2013, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$12.367 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$577 milhões ou 4,9% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$376 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$158 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$42 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativo financeiro disponível para venda

A conta de ativo financeiro disponível para venda corresponde à participação da TMAR no capital social da Portugal Telecom, registradas a valor justo, com a ganhos e perdas reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2013 a conta manteve-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$24.786 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.683 milhões ou 7,3% em relação a 31 de dezembro de 2012, representado principalmente por (1) adições no montante de R\$5.802 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) depreciações no montante de R\$3.191 milhões e (3) baixas de R\$747 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.919 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$276 milhões e em relação a 31 de dezembro de 2012, representado principalmente por: (1) adições no montante de R\$812 milhões e (2) amortizações no montante de R\$1.087 milhões.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$4.732 milhões em 31 de dezembro de 2013, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$4.159 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.045 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$5.946 milhões; (ii) captações de R\$800 milhões; (iii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$175 milhões e (iv) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$5.877 milhões.

Empréstimos e financiamentos – não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$31.695 milhões em 31 de dezembro de 2013, um acréscimo de R\$1.462 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) captações de R\$2.636 milhões, principalmente relacionadas a 10ª emissão de debêntures no montante de R\$1.500 milhões desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$873 milhões; (2) variação monetária e cambial sobre as dívidas no montante de R\$4.773 milhões; e (3) transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$5.946 milhões.

Tributos correntes a recolher

A conta tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$432 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$634 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados principalmente pela redução nos saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher compensados com os saldos dos referidos impostos a recuperar no ativo.

Outros tributos - Passivo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$3.859 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$628 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados, principalmente, pela redução de R\$640 milhões nos tributos de Pis e Cofins e R\$153 milhões em ICMS.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$1.484 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$674 milhões ou 31,2% em relação a 31 de dezembro de 2012, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$1.120 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$35 milhões que estão relacionados às atualizações monetárias e pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.616 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$803 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) pela redução de R\$316 milhões nas provisões trabalhistas, como resultado da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto; e (ii) baixa por pagamento e/ou encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis no montante de R\$1.431 milhões, compensado pela constituição de novas provisões no montante de R\$698 milhões e atualização monetária sobre as provisões no montante de R\$246 milhões.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$11.524 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$415 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (1) resultado do exercício corrente de R\$1.493 milhões, (2) resgate de ações bonificadas no montante de R\$162 milhões, (3) aprovação do dividendo adicional proposto no montante de R\$391 milhões, e (4) dividendos atribuídos a reserva de investimentos no montante de R\$500 milhões.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2012	%	2011	%	Dez/12 x Dez/11
ATIVO					
Circulante	21.138	30,6%	12.246	38,6%	72,6%
Caixa e equivalentes de caixa	4.408	6,4%	6.005	18,9%	-26,6%
Aplicações financeiras	2.426	3,5%	1.084	3,4%	123,8%
Instrumentos financeiros derivativos	640	0,9%	7	0,0%	9.042,9%
Contas a receber	7.018	10,1%	2.010	6,3%	249,2%
Estoques	385	0,6%	13	0,0%	2.861,5%
Tributos correntes a recuperar	1.727	2,5%	353	1,1%	389,2%
Outros tributos	1.557	2,3%	783	2,5%	98,9%
Depósitos judiciais	2.068	3,0%	1.651	5,2%	25,3%
Ativo relacionado aos fundos de pensão	9	0,0%	50	0,2%	-82,0%
Demais ativos	900	1,3%	289	0,9%	211,4%
Não circulante	48.012	69,4%	19.418	61,4%	147,3%
Créditos com partes relacionadas	-		2.218	7,0%	-
Aplicações financeiras	64	0,1%	13	0,0%	392,3%
Instrumentos financeiros derivativos	349	0,5%	-	-	-
Tributos diferidos a recuperar	8.316	12,0%	4.982	15,8%	66,9%
Outros tributos	738	1,1%	179	0,6%	312,3%
Ativo financeiro disponível para venda	906	1,3%	-	-	-
Depósitos judiciais	9.722	14,1%	4.955	15,6%	96,2%
Ativo relacionado aos fundos de pensão	74	0,1%	143	0,5%	-48,3%
Ativos mantidos para venda	95	0,1%	-	-	-
Demais ativos	271	0,4%	42	0,1%	545,2%

Investimentos	179	0,3%	8	0,0%	2.137,5%
Imobilizado	23.103	33,4%	5.794	18,3%	298,7%
Intangível	4.195	6,1%	1.085	3,4%	286,6%
TOTAL DO ATIVO	69.150	100,0%	31.664	100,0%	118,4%

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2012	%	2011	%	Dez/12 x Dez/11
PASSIVO					
Circulante	17.093	24,7%	8.619	27,2%	98,3%
Salários, encargos sociais e benefícios	773	1,1%	130	0,4%	494,6%
Fornecedores	4.658	6,7%	1.841	5,8%	153,0%
Empréstimos e financiamentos	3.114	4,5%	1.144	3,6%	172,2%
Instrumentos financeiros derivativos	309	0,4%	26	0,1%	1088,5%
Tributos correntes a recolher	1.066	1,5%	179	0,6%	495,5%
Outros tributos	2.248	3,3%	1.445	4,6%	55,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio	655	0,9%	308	1,0%	112,7%
Autorizações e concessões a pagar	1.059	1,5%	132	0,4%	702,3%
Programa de refinanciamento fiscal	100	0,1%	39	0,1%	156,4%
Provisões	1.569	2,3%	1.283	4,0%	22,3%
Provisões para fundos de pensão	104	0,2%	78	0,2%	33,3%
Demais obrigações	1.438	2,1%	2.015	6,4%	-28,6%
Não Circulante	40.948	59,2%	12.456	39,3%	226,9%
Empréstimos e financiamentos	30.233	43,7%	6.962	22,0%	334,3%
Instrumentos financeiros derivativos	205	0,3%	-	-	-
Outros tributos	2.239	3,2%	503	1,6%	345,1%

Autorizações e concessões a pagar	1.099	1,6%	544	1,7%	102,0%
Programa de refinanciamento fiscal	985	1,4%	407	1,3%	142,0%
Provisões	4.850	7,0%	3.132	9,9%	54,9%
Provisões para fundos de pensão	767	1,1%	546	1,7%	24,3%
Demais obrigações	570	0,8%	362	1,1%	57,5%
Patrimônio líquido	11.109	16,1%	10.589	33,4%	4,9%
Capital social	7.309	10,6%	3.731	11,8%	95,9%
Custo de emissão de ações	(57)	-0,1%	-	-	-
Reservas de capital	4.303	6,2%	4.368	13,8%	-1,5%
Reservas de lucro	1.331	1,9%	891	2,8%	49,4%
Ações em tesouraria	(2.104)	-3,0%	(150)	-0,5%	1302,7%
Outros resultados abrangentes	(67)	-0,1%	-	-	76,3%
Outros	3	0,0%	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	391	0,6%	1.749	5,5%	-77,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	69.150	100,0%	31.664	100,0%	118,4%

Nota: As informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2012. Para descrição mais detalhada, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

A comparação dos saldos patrimoniais da Companhia foi influenciado de forma significativa pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da TMAR em subsidiária integral da Companhia. Desta forma, os saldos patrimoniais apresentados de 2012 compreendem os saldos patrimoniais consolidados das referidas empresas e os saldos patrimoniais apresentados de 2011 compreendem os saldos patrimoniais da antiga BrT.

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não-circulante) possuía saldo de R\$6.898 milhões em 31 de dezembro de 2012, redução de R\$204 milhões ou 2,9% em relação ao mesmo período de 2011. Os efeitos dessa variação estão representados

principalmente como resultado de: (1) caixa gerado pelas atividades operacionais R\$3.909 milhões; (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$7.067 milhões; (3) ao caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação de R\$4.930 milhões, (4) recursos obtidos na venda de bens de R\$716 milhões e (5) desembolsos relacionados a: (i) pagamento de dividendo e JCP de R\$2.405 milhões, (ii) pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de R\$4.980 milhões; (iii) depósitos e bloqueios judiciais de R\$1.662 milhões; (iv) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível de R\$5.330 milhões; (v) reembolso de ações e bonificação de ações decorrentes da reorganização societária nos montantes de R\$2.008 milhões e R\$1.156 milhões, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros e derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$475 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$494 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado da desvalorização de 8,9% do Real frente ao Dólar no decorrer do exercício, pela consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012, o contas a receber possuía saldo de R\$7.018 milhões, um aumento de R\$5.009 milhões ou 249,2% em relação ao mesmo período de 2011. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pela consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Tributos correntes a recuperar

A conta tributos correntes a recuperar possuía saldo de R\$1.726 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$1.374 milhões ou 388,7% em relação ao mesmo período de 2011. Esta variação é composta por um acréscimo de R\$880 milhões no valor do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar e de R\$494 milhões no valor de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte, ambos oriundo, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Outros tributos - Ativo - circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2012 a conta de outros tributos possuía saldo de R\$2.295 milhões, um aumento de R\$1.333 milhões em relação ao mesmo período de 2011, devido ao aumento de R\$1.104 milhões em ICMS a recuperar decorrente de créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado e R\$112 milhões em Pis e Cofins ambos oriundos, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$8.316 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$3.334 milhões ou 66,9% em relação ao mesmo período de 2011. Esta variação é composta, basicamente, por um aumento de R\$2.129 milhões no valor do imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, R\$831 milhões no imposto de renda sobre prejuízos fiscais e R\$423 milhões na contribuição social sobre base negativa, principalmente como resultado da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$11.791 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$5.185 milhões ou 78,5% em relação ao mesmo período de 2011. Tal acréscimo estão relacionados a depósitos judiciais tributários, trabalhistas e civis, oriundos, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Ativo financeiro disponível para venda

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta era de R\$906 milhões, oriundo da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$23.103 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$17.309 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, representado principalmente por (1) adições no montante de R\$5.209 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) depreciações no montante de R\$2.496 milhões e (3) aumento por reorganização societária de R\$15.012 milhões, relacionado à consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$4.195 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$3.110 milhões em relação ao mesmo período de 2011, representado principalmente por: (1) adições no montante de R\$1.267 milhões e (2) amortizações no montante de R\$725 milhões e (3) aumento por reorganização societária de R\$2.695 milhões, relacionado à consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$4.659 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$2.818 milhões ou 153,1% em relação ao mesmo período de 2011. Este aumento é oriundo, basicamente, ao aumento do saldo de fornecedores das seguintes naturezas: (i) materiais de infraestrutura e rede de R\$523 milhões, (ii) aluguel de poste e direito de passagem de R\$418 milhões, (iii) repasses de R\$476 milhões, (iv) serviços de R\$439 milhões, (v) manutenção da planta de R\$350 milhões e (vi) aparelhos e "simcards" de R\$228 milhões. Os efeitos desses aumentos estão relacionados a consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Empréstimos e financiamentos - circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a dívida da Companhia aumentou significativamente devido a Reorganização Societária, ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, causando um acréscimo no montante de R\$ 21.102 milhões no consolidado. As dívidas originárias da Reorganização Societária são compostas por "Senior Notes" em moeda estrangeira, Debêntures Privadas e Debêntures Públicas e empréstimos do BNDES em TJLP.

A conta de empréstimos e financiamento, no circulante, possuía saldo de R\$3.114 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$1.970 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. Tal aumento foi motivado principalmente pela transferência de empréstimos do não circulante para o circulante.

Empréstimos e financiamentos – não circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a dívida da Companhia aumentou significativamente devido a 27 de fevereiro de 2012, causando um acréscimo no montante de R\$ 21.102 milhões no consolidado. As dívidas originárias da Reorganização Societária são compostas por "Senior Notes" em moeda estrangeira, Debêntures Privadas e Debêntures Públicas e empréstimos do BNDES em TJLP.

A conta de empréstimos e financiamento possuía saldo de R\$30.232 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$23.271 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Tal acréscimo, além do impacto oriundo da Reorganização Societária mencionada no parágrafo supracitado, foi influenciado pela: (i) contratação de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014, (ii) emissão de "Senior Notes" no valor de R\$ 2.741 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais.

Tributos correntes a recolher

A conta tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$1.066 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$887 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Esta variação é composta por um acréscimo de R\$589 milhões no valor do imposto de renda a pagar e de R\$298 milhões no valor de contribuição social a pagar, oriundo, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Outros tributos - Passivo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$4.487 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$2.538 milhões em relação ao mesmo período de 2011, devido, principalmente, ao aumento de R\$1.020 milhões em Pis e Cofins, R\$510 milhões em ICMS, R\$401 milhões em ICMS convênio nº 69/1998 e R\$493 milhões em Fust/Funttel/Rádiodifusão oriundo, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$2.158 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$1.482 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento de R\$1.344 milhões em Autorizações de SMP e R\$137 milhões em Concessões do STFC, oriundo, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$1.085 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R\$639 milhões em relação ao mesmo período de 2011, oriundo, principalmente, da consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$6.420 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$2.004 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) novas provisões no montante de R\$399 milhões e atualização monetária sobre as provisões no montante de R\$233 milhões (ii) baixa por pagamento e/ou encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis no montante de R\$1.150 milhões e (3) aumento de R\$2.522 milhões de corrente da reorganização societária pela consolidação da TMAR e suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$11.109 milhões em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$559 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011. Tal variação decorre, principalmente, pelos aumentos do patrimônio líquido de R\$4.186 milhões proveniente da Reorganização Societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012 e de R\$1.784 milhões do lucro líquido do exercício, bem como, pelas reduções do patrimônio líquido devido a: (i) aprovação do dividendos adicionais propostos do exercício de 2011 de R\$1.749 milhões, (ii) resgate de ações bonificadas de R\$492 milhões, (iii) pagamento de dividendos intermediários de R\$508

milhões, (iv) pagamento do direito de retirada dos acionistas dissidentes de R\$2.008 milhões, referente a Reorganização Societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, e (v) dividendos obrigatórios declarados de R\$446 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

As atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R\$6.770 milhões em 2013, R\$6.495 milhões em 2012 e R\$2.089 milhões em 2011.

Durante o ano 2013, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.976 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia, a aquisição de concessão da rede 4G e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$735 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. As atividades de investimento geraram caixa de R\$ 4 milhões referentes às vendas de ativos não estratégicos da Companhia.

Durante o ano 2012, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.330 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, basicamente, relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia, a aquisição de concessão da rede 4G e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$1.662 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2011, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$884 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, basicamente, relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$1.224 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

As atividades de financiamento consumiram caixa líquido de R\$2.299 milhões em 2013, R\$975 milhões em 2012 e R\$2.919 milhões em 2011.

Durante o ano 2013, as principais fontes de financiamento foram de (1) R\$1.500 milhões captado por meio de debêntures não conversíveis emitidas em março de 2013, (2) US\$96 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, e (3) US\$ 27 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR celebrado com SEK em julho de 2011. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2013, utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montantes de R\$3.568 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$711 milhões, (3) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$1.280 milhões, e (4) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$174 milhões.

Durante o ano de 2012, nossas principais fontes de empréstimos foram (1) a emissão 5,75% Senior Notes, no montante total de US\$1.500 milhões, com vencimento em 2022, (2) a emissão de debêntures não conversíveis, no montante de R\$2.000 milhões, com vencimento em 2020, e (3) limite de crédito no valor total de R\$5.400 milhões, celebrado com o BNDES, sendo utilizado pela Companhia o valor R\$2.000 milhões. Além disso, no exercício de 2012, consolidamos um caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$4,930 milhões, resultado da Reorganização Societária. Para mais informações sobre a Reorganização Societária, bem como os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 8.4. e 10.1.(f), respectivamente, deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2012, utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos e financiamentos e derivativos da Companhia no montante de R\$4.980 milhões, (2) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$2.405 milhões, (3) pagamento aos acionistas da TNL e da TMAR que exerceram o direito de retirada em relação à Reorganização Societária, no montante de R\$2.008 milhões, e (4) resgate de classe B e classe de ações preferenciais C emitidas como bonificação aos acionistas de nossas ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$1.156 milhões.

No ano de 2011, as principais fontes de financiamento da Companhia foram (1) a emissão de debêntures não conversíveis, no valor total de R\$2.350 milhões, com vencimento em 2018, (2) a emissão de 9,75% Senior Notes, no valor total R\$1.100 milhões, com vencimento em 2016, e (3) a emissão de debêntures não conversíveis, do valor total de R\$1.000 milhões, com vencimento em 2017. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2011, utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos e financiamentos, derivativos e contratos de arrendamento da Companhia no valor R\$1.096 milhões, (2) o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$462 milhões, e (3) o pagamento de taxas relacionadas com as nossas licenças e concessões no valor de R\$80 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I e II e telefonia móvel nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Companhia e pelo número "31" no caso da TMAR;
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G lançada em abril/13 em 6 cidades;
- Serviços de transmissão de dados, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e

- Operação do portal da internet iG.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

Por ser uma empresa brasileira com substancialmente todas as operações realizadas no Brasil, a Companhia é afetada pelas condições econômicas do país. A taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 0,9% em 2012 e 2,7% em 2011 (expectativa de crescimento em 2013 é de 2,28%, segundo relatório focus publicado em 03 de Janeiro de 2014). Enquanto os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações, a Companhia acredita também que a demanda por esses mesmos serviços seja relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e que o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão no Brasil devido às atuais condições econômicas internacionais não seria relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Segundo informações disponibilizadas pela ANATEL, o número de linhas fixas no Brasil aumentou de 42,0 milhões em 2010 para 44,5 milhões em abril de 2013, e o número de assinantes de telefonia móvel no Brasil aumentou de 203,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para 271,1 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, o número assinantes de telefonia móvel no Brasil aumentou a uma taxa média de 10,13% ao ano enquanto o número de linhas fixas em serviço no Brasil cresceu a uma taxa média de 1,75% ao ano.

Como operadora com concessão pública para serviços de telefonia fixa e operadora de serviços de telefonia móvel, a Companhia é o principal alvo e a principal beneficiária dessa tendência.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o número dos nossos assinantes de telefonia móvel cresceu a uma taxa -1,99% ao ano, de 49,2 milhões em dezembro de 2012 para 50,2 milhões em dezembro de 2013, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu a uma taxa média de 6,0% ao ano, de 18,6 milhões em dezembro de 2012 para 17,5 milhões em dezembro de 2013.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa manteve-se estável com tendência de queda. A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia estabilizou-se nos últimos anos, apresentando sensível diminuição no número de linhas fixas em serviço reduziu, aproximadamente, 1.117 mil entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2013. Por sua vez que o número de clientes que desativaram seus serviços de telefonia fixa superou novas ativações entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2011 e 2012, o número de linhas fixas em serviço reduziu em 555 mil.

A Companhia procura reverter uma tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, celular e banda larga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço permaneça estável ou diminua muito pouco nos próximos anos. Em dezembro de 2013, 42% dos clientes que possuíam linhas fixas também assinavam serviços ADSL.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi. A Companhia registrou melhora na perda de receita com assinatura em decorrência da estratégia lançada em 2006 de adequação das ofertas ao perfil dos clientes e fidelização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2013 os assinantes dos planos alternativos de telefonia fixa representavam 80,9% das linhas fixas da Companhia em serviço em comparação a 82,0% em 31 de dezembro de 2012 e 77,7% em 31 de dezembro de 2011. Os Diretores da Companhia acreditam que os planos de telefonia fixa contribuem para o aumento da receita de telefonia fixa local.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou de 15% nos últimos três exercícios sociais.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter crescido de 49,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 50,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi o sucesso de suas promoções, campanhas de marketing e lançamentos de novos serviços.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o índice médio de cancelamento no segmento de telefonia móvel da Companhia, que representa o número de assinantes cujo serviço é desconectado durante determinado mês (churn), voluntária ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no início de cada mês, foi de 4,2% por mês. Assim, (1) incorremos despesas de vendas com marketing e esforços de vendas designados para reter os atuais clientes de telefonia móvel e atrair novos clientes, e (2) os descontos oferecidos em atividades promocionais levam a despesas frente às nossas receitas operacionais brutas do nosso segmento de telefonia móvel. Além disso, a pressão da concorrência nos levou a introduzir planos segundo os quais as taxas mensais e por minuto, cobradas por nós eram diminuídas, reduzindo assim nossa receita média por cliente da Companhia.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel continue a crescer em termos de base de cliente, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado. Contudo, devido à saturação do mercado, os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do segmento de telefonia móvel na Região II da Companhia ocorra a índices menores que aqueles historicamente alcançados.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2013, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 5,9 milhões, o que representa um aumento de 3,5% em relação a 31 de dezembro de 2012.

A base da Companhia de clientes de serviços de banda larga aumentou de aproximadamente 5,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 5,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Os Diretores da Companhia acreditam que esse crescimento seja o resultado (1) das promoções e campanhas de marketing da Companhia, (2) do crescimento do número de lares que possuem computadores, e (3) de uma mudança nas preferências dos consumidores que levou a um aumento do número dos clientes de telefonia fixa da Companhia que valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga. Esperamos que o número de clientes de telefonia fixa que assinam nossos serviços de banda larga continue a aumentar no curto prazo.

Efeitos da expansão de serviços de transmissão de dados móveis

Durante o ano de 2013, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G, passando de 692 para 891 municípios cobertos, ampliando com isso a população urbana coberta de 73% para 76%. Em abril de 2013 também lançamos a tecnologia 4G em 6 cidades e terminamos o ano com 24 municípios cobertos, com uma população urbana coberta de 27%. Com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, damos um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base em 14% de 2012 para 2013 (valores da UN Varejo). Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago. Com isso tivemos um aumento de usuários únicos mensais de 40% entre 2012 e 2013 e a receita líquida cresceu 87% em 2013.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi WiFi em 2013, atingindo mais de 500 mil hotspots em todo o Brasil.

O custo dessas autorizações e licenças de frequência de rádio foi de R\$ 708 milhões, valor que pagaremos à ANATEL em parcelas até 2023. No ano de 2013, a Companhia investiu R\$ 648 milhões na infraestrutura de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G e WiFi. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de frequência de rádio 3G, a Companhia tem que cumprir determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital a serem realizados até 2016. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

Adicionalmente, a Companhia investiu, em 2013, R\$ 369 milhões para aquisição de licença de prestação de serviços de rede móvel em LTE e já iniciou a sua implantação. O núcleo móvel existente foi atualizado com objetivo de oferecer serviços 4G a partir da Copa das Federações, evento promovido pela FIFA.

De modo a acelerar a implantação, essa implantação inicial considera uma configuração de compartilhamento de radio (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B será compartilhada com outra operadora.

Em abril de 2013, a Oi lançou também planos de Internet Móvel e Internet para o Celular para uso na rede 4G nas seis cidades-sede da Copa das Confederações (Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o serviço de 4G da Oi alcançou a cobertura de 24 municípios. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e chip que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- **Convergência tecnológica e de serviços:** a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço a oferecer vários serviços em outros setores da indústria, tais como os serviços de banda larga oferecidos pelas operadoras de televisão a cabo e operadoras de telefonia móvel (através da tecnologia 3G e 4G), além da rede Oi WiFi, assim como os serviços de telefonia fixa transmitidas por operadoras de telefonia móvel.
- **Consolidação:** a consolidação invadiu o setor de telecomunicações em toda a América Latina, incluindo o Brasil. Essa consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.
- **Oferta de serviços convergentes:** as operadoras de serviços de telecomunicações começaram a oferecer pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas para serviços de telefonia fixa local, de longa distância, telefonia móvel prestados pela Companhia, bem como interconexão com a sua rede de telefonia fixa, e serviços EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa ou móvel. As tarifas estabelecidas ou aprovadas pela ANATEL pelos serviços prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos pelos serviços de telefonia sobre as tarifas aprovadas pela ANATEL. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos de telefonia fixa local é reajustado pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós e pelo setor de telefonia fixa local como um todo. De janeiro a dezembro de 2013, o índice de serviços de telecomunicações (IST) foi apurado em 5,01 %.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional

Os diretores da Companhia entendem que se o Brasil tornar a enfrentar quadro de inflação substancial, os custos e despesas da Companhia tendem a aumentar e suas margens operacionais e de liquidez a diminuir. Entretanto, não houve impactos relevantes de inflação nos preços dos nossos principais insumos e produtos nos últimos anos, tendo em vista que no ambiente competitivo onde a Companhia atua, a concorrência por planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram aumento de descontos em alguns de nossos produtos e serviços.

A concorrência com planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram também um aumento em algumas despesas de comerciais e custos de obtenção de clientes.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Praticamente todos os custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio em suas operações.

Em 31 de Dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$ 34.347 milhões, representando um aumento de 4,99% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, no qual o valor da dívida bruta consolidada era de R\$ 32.871 milhões. O aumento no nível de endividamento da Companhia, resultado do processo de reestruturação societária, contribuiu para tal aumento, o que elevou as despesas financeiras refletido em sua demonstração de resultados (para maiores informações vide item "10.1" deste Formulário de Referência).

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1", "5.1" e "5.2" deste Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo a mais relevante as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

GlobeNet

Os diretores esclarecem que, conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Companhia celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS"), sujeito, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo "GlobeNet", representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica, bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Companhia e suas controladas.

A referida transação estava sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Conforme divulgado no comunicado ao mercado de 23 de dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação, segundo o qual a Companhia transferiu a totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação, no valor de R\$ 1.776 milhões, ocorreu em janeiro de 2014.

O resultado da venda do investimento registrado em outras receitas operacionais foi de R\$1.497 milhões.

Reorganização Societária

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Companhia) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passou a concentrar todas as participações acionárias da época nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;

- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Companhia;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Companhia; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Companhia e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Companhia, separadamente.

Para descrição mais detalhada da reorganização societária, vide item "6.5" deste Formulário de Referência.

Além disso, é importante destacar que a Companhia vem passando por um processo de união da suas atividades com as atividades da Portugal Telecom, conforme descrito de forma pormenorizada no item "8.4" deste Formulário de Referência. Para maiores informações do impacto financeiro decorrente desta união, ver item "10.11" deste Formulário de Referência

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, que tivessem causado impacto ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam as mudanças significativas nas práticas contábeis, bem como apresentam os efeitos significativos de tais alterações para a Companhia:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras, desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, têm sido preparadas de acordo com as práticas definidas nas normas contábeis emitidas pelos Comitês mencionados acima.

A Companhia aplicou nas suas informações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 as novas normas e interpretações contábeis que têm data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, inclusive o CPC 19 (R2) e o CPC 33 (R1), conforme descritos abaixo.

Os diretores informam que na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

Consolidado				
Saldos	Negócios			Saldos
originalmente	Ganhos	e	em	ajustados
apresentados	perdas		conjunto	em
31/12/2012	atuariais (i)		(ii)	31/12/2012
Ativo circulante	21.145		(7)	21.138
Caixa e equivalentes de caixa	4.413		(5)	4.408

Aplicações financeiras	2.426			2.426
Instrumentos financeiros derivativos	640			640
Contas a receber	7.018		(1)	7.018
Estoques	385			385
Tributos correntes a recuperar	1.726			1.726
Outros tributos	1.557			1.557
Depósitos e bloqueios judiciais	2.068			2.068
Ativo relacionado aos fundos de pensão	9			9
Demais ativos	901		(1)	900
Ativo não circulante	47.932	79	1	48.012
Aplicações financeiras	64			64
Instrumentos financeiros derivativos	349			349
Tributos diferidos a recuperar	8.211	107	(2)	8.316
Outros tributos	738			738
Ativo financeiro disponível para venda	906			906
Depósitos e bloqueios judiciais	9.723		(0)	9.723
Ativo relacionado aos fundos de pensão	101	(27)		74
Ativos mantidos para venda	95			95

Demais ativos	319		(48)	271
Investimentos	81		99	180
Imobilizado	23.110		(7)	23.103
Intangível	4.237		(42)	4.196
Ativo total	69.077	79	(6)	69.150
Passivo circulante	17.096		(3)	17.093
Salários, encargos sociais e benefícios	774		(1)	773
Fornecedores	4.659		(1)	4.658
Empréstimos e financiamentos	3.114			3.114
Instrumentos financeiros derivativos	310			310
Tributos correntes a recolher	1.066			1.066
Outros tributos	2.248			2.248
Dividendos e juros sobre o capital próprio	655			655
Autorizações e concessões a pagar	1.059			1.059
Programa de refinanciamento fiscal	100			100
Provisões	1.569			1.569
Provisões para fundos de pensão	104			104
Demais obrigações	1.439		(1)	1.438

Passivo não circulante	40.664	287	(3)	40.948
Empréstimos e financiamentos	30.232			30.232
Instrumentos financeiros derivativos	205			205
Outros tributos	2.239			2.239
Autorizações e concessões a pagar	1.099			1.099
Programa de refinanciamento fiscal	985			985
Provisões	4.851		(1)	4.850
Provisões para fundos de pensão	480	287		767
Demais obrigações	572		(2)	570
Patrimônio líquido	11.317	(207)		11.109
Capital social	7.309			7.309
Custo de emissão de ações	(57)			(57)
Reservas de capital	4.303			4.303
Reservas de lucro	1.331			1.331
Ações em tesouraria	(2.105)			(2.105)
Outros resultados abrangentes	140	(207)		(67)
Variação de porcentagem de participação	4			4
Dividendos adicionais propostos	391			391

Passivo total	69.077	79	(6)	69.150
----------------------	---------------	-----------	------------	---------------

Conciliação do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	11.317
Participações dos não controladores originalmente apresentada	<u> </u>
Patrimônio líquido total	11.317
Ajustes:	
Ganhos e (perdas) atuariais (i)	(207)
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	<u> </u>
	(207)
Atribuído a:	
Controlador	(207)
Não controladores	<u> </u>
Patrimônio líquido ajustado	11.109
Atribuído a:	
Controlador	11.109
Não controladores	

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos		Saldos
	originalmente		ajustados
	apresentados	Negócios em	em
em	conjunto (ii)	em	
31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	
Receita de venda de bens e/ou serviços	25.169	(8)	25.161
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(12.673)	3	(12.670)
Resultado bruto	12.496	(5)	12.491
Despesas/Receitas operacionais	(7.736)	5	(7.731)
Despesas com vendas	(4.847)	7	(4.841)
Despesas gerais e administrativas	(2.998)	5	(2.993)
Outras receitas operacionais	1.996	(13)	1.983
Outras despesas operacionais	(1.886)	6	(1.880)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	4.760		4.760
Resultado financeiro	(2.216)		(2.216)
Receitas financeiras	2.275		2.275
Despesas financeiras	(4.491)		(4.491)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.545	(1)	2.544
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(760)	1	(759)
Corrente	(934)	1	(933)
Diferido	174		174
Resultado líquido das operações continuadas	1.785		1.785

Lucro consolidado do exercício	1.785	1.785
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.785	1.785
Atribuído a sócios não controladores		

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Efeito total das mudanças	Saldos dos ajustados em
Fluxos de caixa	31/12/2012	CPC's	31/12/2012
Atividades operacionais	3.859	51	3.910
Atividades de investimentos	(6.439)	(56)	(6.495)
Atividades de financiamentos	974		974

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do "método corredor" no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

Os saldos iniciais de 01 de janeiro de 2012 não estão sendo reapresentados dada a imaterialidade dos valores decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1), em conformidade com o parágrafo 40ª do CPC 26 (R2).

Reapresentação das Demonstrações Financeiras - DFPs de 31 de dezembro de 2012

Os diretores informam que a Companhia em virtude da Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, descrita no item 6.5 deste formulário de referência, através das incorporações da Coari e da TNL e de seus respectivos acervos líquidos, reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.). A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente.

Posteriormente, a Companhia formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da administração, melhor representasse a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.), considerando a configuração societária do Grupo Oi, cujo controlador final é a Telemar Participações S.A., levando em consideração que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não preveem o tratamento contábil para transações de reestruturação societária de empresas sob controle comum. Este tratamento contábil, ora adotado, enfoca a reorganização societária sob a ótica da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.) que é a entidade remanescente e, por conseguinte, não contempla a atribuição de mais valia para seus próprios ativos líquidos, enquanto o outro tratamento contábil anteriormente adotado, ora alterado, enfocava a reorganização societária sob a ótica da Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL) e, conseqüentemente, contemplava a atribuição de mais valia aos ativos líquidos próprios da Brasil Telecom S.A.

Em 24 de abril de 2013, a CVM em reunião do seu Colegiado deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na Telemar Participações S.A., empresa controladora da Companhia, entendendo que a alternativa ora adotada aparenta ser a mais adequada ao caso concreto, representando uma informação mais relevante e confiável para o investidor. Tal fato foi comunicado através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013.

Conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil.

Os efeitos decorrentes da reapresentação das referidas demonstrações foram os seguintes:

	Consolidado		
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO:	77.791	(8.714)	69.077
Tributos diferidos a recuperar – Não circulante	4.076	4.135	8.211
Ativos mantidos para venda - Não circulante	113	(18)	95
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	24.819	(1.709)	23.110
Intangível	15.359	(11.122)	4.237
Total Ativo Não circulante	56.646	(8.714)	47.932
PASSIVO:	57.965	(204)	57.760
Dividendos e juros sobre o capital social – Circulante	626	30	655
Total Passivo Circulante	17.067	30	17.096
Tributos diferidos – Não circulante	234	(234)	-
Total Passivo Não circulante	40.898	(234)	40.664

Consolidado**(em milhões de Reais, exceto porcentagens)**

	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.827	(8.510)	11.317
Reservas de capital	13.731	(9.428)	4.303
Reservas de lucro	384	947	1.331
Dividendos adicionais propostos	421	(30)	391
RESULTADO ACUMULADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012:			
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(13.966)	1.293	(12.673)
Despesas gerais e administrativas	(3.069)	71	(2.998)
Outras despesas operacionais	(1.958)	72	(1.886)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.109	1.436	2.545
IR / CS diferido	662	(488)	174
Lucro líquido do exercício	837	947	1.785
Lucro atribuído aos controladores	837	947	1.785
Lucro básico e diluído por ação (R\$):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Reorganização Societária	13.614	(9.428)	4.186

Consolidado**(em milhões de Reais, exceto porcentagens)**

	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	837	947	1.785
Dividendos declarados	(417)	(30)	(446)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.109	1.436	2.545
Depreciação e amortização	4.592	(1.364)	3.228
Perda na baixa de ativo permanente	339	(72)	267
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Outras receitas	1.897	72	1.969
Receitas	35.396	72	35.468
Valor adicionado bruto	20.948	72	21.020
Depreciação e amortização	(4.592)	1.364	(3.228)
Retenções	(5.394)	1.364	(4.031)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	15.554	1.436	16.990
Valor adicionado total a distribuir	17.829	1.436	19.265
Impostos e taxas - Federais	(1.611)	(488)	(2.099)
Impostos e taxas	(9.071)	(488)	(9.559)
Lucros retidos	(421)	(947)	(1.368)
Remuneração de capitais próprios	(837)	(947)	(1.785)
Valor adicionado distribuído	(17.829)	(1.436)	(19.265)

	Consolidado		
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro do exercício	837	947	1.785
Total do resultado abrangente do exercício	978	947	1.925
Resultado abrangente atribuído ao controlador	978	947	1.925

Adicionalmente, o formulário de referência, o Relatório da Administração, e as Outras informações que a Companhia considera relevantes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reapresentadas espontaneamente para demonstrar os saldos contábeis e as divulgações ajustadas após as correções mencionadas na tabela acima.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores esclarecem que os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis estão apresentados no item 10.4 (a).

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Ênfase

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório de revisão dos auditores independentes da KPMG sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contém os seguintes parágrafos de ênfase e outros assuntos:

(1) Quanto a reapresentação dos valores correspondentes. Conforme mencionado na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(2) Quanto as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

(1) quanto ao exame das Demonstrações Individual e Consolidada do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Ênfases

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório dos auditores independentes da KPMG sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contém os seguintes parágrafos de ênfase e outros assuntos:

(1) quanto ao fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, esclarecendo que, no caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo.

(2) chamam a atenção para o fato da Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve a reestruturação societária realizada em 27 de fevereiro de 2012 a qual, acarretou em um aumento em R\$4.146.035 mil no patrimônio líquido da Companhia, que a partir de 28 de fevereiro de 2012, as transações da Telemar Norte Leste S.A. e suas controladas passaram a integrar o resultado do exercício da Companhia e que as demonstrações financeiras devem ser lidas considerando esses aspectos.

Outros assuntos

(1) quanto ao fato de que os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes.

(2) quanto ao exame das Demonstrações Individual e Consolidada do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Ênfases

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, continha as seguintes ênfases e parágrafo de outros assuntos:

(1) Ênfase quanto ao fato que, adotadas no Brasil. No caso da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

(2) Ênfase quanto ao fato que, conforme descrito na nota explicativa 31, os acionistas da Companhia, da Tele Norte Leste Participações S.A. (controladora da Telemar Norte Leste S.A.), da Telemar Norte Leste S.A. (controladora da Coari Participações S.A.) e da Coari Participações S.A. (controladora da Companhia) aprovaram na assembleia geral realizada em 27 de fevereiro de 2012 a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da Telemar Norte Leste S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Coari Participações S.A., seguida de incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. pela Coari Participações S.A. e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Companhia, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e a ter a sua denominação social alterada para Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.).

(3) Parágrafo de outros assuntos relacionado ao exame das demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria e, na opinião dos auditores independentes, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - International Financial Reporting Standards emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia testa, no mínimo anualmente eventuais perdas no ágio de acordo com as políticas contábeis praticadas.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

Abaixo os Diretores da Companhia comentam sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, mais especificamente, o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las e as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia afirmam que o monitoramento do ambiente de controle interno da Companhia é um processo anual e planejado com o objetivo de comprovar a confiabilidade dos relatórios da Companhia, bem como da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

Os Diretores da Companhia informam que esse monitoramento é baseado em metodologia de gerenciamento de riscos e controles internos, em conformidade com padrões internacionais como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o ERM (Enterprise Risk Management) e da ISO 31000.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que, sob sua supervisão, a Administração avalia a eficácia do controle interno da Companhia em todos os seus processos de suporte para a elaboração e divulgação de informações financeiras, com base em critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e no Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT) do IT Governance Institute.

Por fim, como resultado da avaliação descrita acima, os Diretores da Companhia concluíram que, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha a eficácia de seu ambiente de controles, garantindo segurança satisfatória sobre a elaboração e a divulgação de informações financeiras.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia mantém um processo sistemático de acompanhamento e tratamento das recomendações emitidas pelo auditor independente. A auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não reportou existência de fraqueza material, sendo reportada deficiência significativa quanto à falta de análise de conciliação dos saldos de fornecedores.

10.7. Comentários dos diretores sobre destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Abaixo os Diretores da Companhia comentam aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia, adicionalmente, destacam que a Companhia não realizou nenhuma emissão pública nos 3 últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente, exceto as emissões descritas abaixo:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 a Companhia realizou as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários descritas abaixo e os recursos resultantes dessas ofertas foram utilizados conforme descrito abaixo, sempre de acordo com a destinação originalmente prevista:

8ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia

Os recursos captados foram destinados para (i) capital de giro, (ii) reestruturação e alongamento do perfil de endividamento da Companhia e (iii) realização do plano de investimentos – CAPEX de Companhia.

7ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia

Os recursos captados foram destinados para (i) capital de giro; (ii) amortização das dívidas com vencimento em 2011; e (iii) alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

6ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia

Os recursos captados foram destinados para pagamento das dívidas de curto prazo da Companhia, além de propósitos corporativos gerais.

5ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia

Os recursos captados foram destinados para refinanciamento das dívidas com vencimento em 2010.

Senior Notes emitidas em Fevereiro de 2012

Os recursos captados foram destinados para com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais.

Senior Notes emitidas em Setembro de 2011

Os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos ou nas escrituras de emissão.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos ou nas escrituras de emissão.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, referindo-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, acompanhadas das notas explicativas:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item “10.8”

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia informam que o orçamento de capital consolidado esta sob aprovação do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2014.

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos de comunicação de dados para as Redes Determinística e IP para suportar o atendimento de clientes corporativos e padronização dos serviços de dados;
- Ampliação do backbone para suporte à expansão do serviço 3G e 4G, além de novos serviços.
- Implantações e adequações de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (last mile) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, Service Level Agreement);

Dentre os investimentos relevantes para o período, destacam-se a ampliação dos serviços de banda larga, com tecnologias ADSL+ e VDSL, além do atendimento regulatório ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de massificar a oferta de acessos banda larga no país.

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Companhia enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (Next Generation Networks).

Para tanto, faz-se necessário promover a modernização de sua planta comutada.

A Companhia tem em andamento o programa de remoção e substituição de centrais de pequeno porte, ao mesmo tempo em que está investindo na implantação de solução NGN seja para atender a demanda de tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP, seja para ofertar serviços diferenciados, como funcionalidades IPCentrex e VoBB (Voice over BroadBand), além de promover significativamente a convergência fixo-móvel.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP Multimedia Systems - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços melhorando significativamente automação e provisionamento de velocidade para os clientes.

Nesta área, destacam os Diretores da Companhia os projetos de caráter regulatório: Escolas conectadas; PGMU Individual / Coletivo; e Ruralcel

Redes de Transporte

Os Diretores da Companhia informam que a expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento necessária para o plano de expansão dos serviços e a adequada capacidade para o escoamento do tráfego da planta existente. Destacam-se os projetos: (i) Expansão backbone nacional, estaduais e satélite; (ii) Adequação rede de sincronismo e enlaces de sinalização; (iii) Adequação do tráfego de interconexão; e (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas.

A rede de transporte foi preparada para suportar taxas de linha de 100Gbps em nossos sistemas ópticos DWDM e também interfaces de 100 Gbps nos roteadores de backbone IP. Uma camada de comutação óptica baseado em tecnologia OTN foi implementada, a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Expansão da plataforma para disponibilizar nas posições de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede), em tempo real, todos os eventos de falhas de transmissão, infra-estrutura, dados integrados e correlacionados, com o objetivo de buscar continuamente a redução dos alarmes de diversos sistemas de gerência e domínios, sendo os eventos apresentados correlacionados com a causa raiz;

Expansão de capacidade dos servidores de gerência que atendem aos clientes corporativos tendo em vista seu crescimento e visando controlar a eficiência na prestação de serviço pro-ativo, evitando a evasão da receita e insatisfação dos clientes;

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Garantir a atendimento às demandas de novas unidades residenciais em construção e atendimento ao crescimento da demanda em bairros existentes;
- Padronização das instalações para evitar ações de fraude e melhoria de qualidade;
- Substituição de TUPs para melhorar qualidade de atendimento das localidades remotas e reduzir fraudes;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Execução de manutenção preventiva em seções de serviço que apresentam elevado índice de defeitos, com substituições de elementos de rede com vida útil comprometida.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps.

Rede Móvel

Os Diretores da Companhia informam que as expansões do 3G incluem a melhoria de cobertura nas áreas onde atualmente já existe cobertura de serviços 3G da Companhia, além de novos municípios em toda região II. A Companhia planeja implantar novas Estações Rádio Base (ERB), além de ampliar transmissores (TRXs), que proporcionarão melhoria de qualidade na rede, permitindo a obtenção de baixos índices de congestionamentos de chamadas, em atendimento às metas estabelecidas pelo órgão regulador. Decorrente do atendimento às obrigações junto a Anatel e da aquisição do direito de uso do 3G, a Companhia planeja implantar novas ERBs, que atenderão novos municípios.

Dentre os projetos relevantes, os Diretores da Companhia destacam: ampliação da funcionalidade HSPA+ nos elementos de acesso, permitindo aumento da velocidade de acesso em áreas estratégicas; e a introdução da evolução da tecnologia de acesso. Adicionalmente, a Companhia adquiriu licença de prestação de serviços de rede móvel em LTE e já iniciou a sua implantação. O núcleo móvel existente foi atualizado de modo a acelerar a implantação e ser capaz de oferecer serviços 4G durante a Copa das Federações, evento promovido pela FIFA. Essa implantação inicial será em uma configuração de compartilhamento de radio, (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B será compartilhada.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de longo prazo realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos.

Os Diretores da Companhia explicam que a Companhia, a Telemar Norte Leste S.A., a TNL PCS S.A. e a Oi Móvel (atual denominação social da 14 Brasil Telecom Celular S.A.) possuem linhas de financiamento de parte do CAPEX para o triênio 2012-2014 contratadas com o BNDES, no valor total de até R\$5.418 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 o montante da dívida junto ao BNDES de todos os Contratos vigentes era de R\$ 5.916 milhões, sendo que o total desembolsado era de R\$2.873 milhões, correspondentes ao Contrato firmado em dezembro de 2012.

Em relação às fontes de financiamento dos investimentos em rede móvel, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e financiamentos de longo prazo.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia comentam que a Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$ 6.614 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$6.477 milhões em 2012 e R\$1.297 milhões em 2011. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2013	2012	2011
	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	1.740	1.365	443
Serviços de instalação	411	1.318	115
Redes e sistemas móveis	1.147	1.081	96

Transmissão de voz	908	645	144
Serviços de tecnologia da informação	378	392	60
Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	539	322	11
Edificações e benfeitorias	542	244	6
Cabos submarinos	25	152	15
Equipamentos de sistema de gerenciamento de rede	202	142	13
Backbone	71	36	25
Equipamentos de serviço de internet	07	19	12
Outros	644	761	357
Total dos investimentos de capital	6.614	6.477	1.297
Saídas de caixa para quitar passivos anteriormente registrados	638	(1.147)	(413)
Total dos investimentos de capital de acordo com o fluxo de caixa (aquisição de ativo imobilizado e intangível)	5.976	5.330	884

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, em 2012 e 2011 incluíram o seguinte:

- Dando continuidade ao processo de integração das redes móvel da Companhia (Região II) com a rede da TMAR (Região I), de melhoria da qualidade e ampliação de cobertura, a Companhia direcionou investimentos de R\$ 1,1 bilhão em 2013, de R\$ 1 bilhão em 2012 e R\$ 96 milhões em 2011 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$ 1,6 bilhões em 2013, de R\$ 1,3 bilhões em 2012 e R\$ 443 milhões em 2011 em comunicação de dados;
- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2013, 2012 e 2011 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes, R\$ 1,2 bilhão em 2013 totalizando R\$ 892 milhões em 2012 e R\$ 109 milhões em 2011.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Pesquisa e desenvolvimento

O setor de telecomunicações é afetado principalmente pela revolução digital, iniciada com a popularização da internet, que demanda novos mercados e novos padrões de concorrência, e exige das empresas atenção especial para a inovação tecnológica.

Nesse contexto, a Companhia, ao longo dos últimos anos, vem procurando diferenciar-se e manter-se na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2013, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu Ecossistema de Inovação por meio do Programa Inova, investindo em 2013 um montante total de R\$ 123.795.723,87 em projetos de P&D. O Programa Inova é estruturado em três Fábricas de inovação. A Fábrica Incremental tem como objetivo fomentar e desenvolver a cultura de inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). A Fábrica Planejada tem como objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). Já a Fábrica Exploratória tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias e modelos de negócio que possam ser implementados no longo prazo.

Para o ano de 2014, a Oi está trabalhando com uma estimativa de volume de projetos inovadores similar à carteira de 2013. Abaixo uma lista dos projetos da carteira 2014 que já foram identificados e estão em desenvolvimento na Companhia. Essa lista está em constante atualização conforme a identificação e desenvolvimento de novos projetos inovadores ao longo do ano:

- **Oi Mais Qualidade**

Desenvolvimento de um aplicativo mobile, exclusivo para colaboradores da Oi, onde eles poderão relatar através da câmera do celular, problemas encontrados em elementos de planta externa como: TUPs, emendas, caixas, cabo, URA, em conjunto com um Portal Web (Dashboard) que possibilitará a tramitação da ocorrência gerada pelo aplicativo, entre as áreas responsáveis pelo tratamento da mesma. O Dashboard também servirá como ferramenta de gestão e controle das atividades das áreas responsáveis, permitindo a extração de diversos tipos de relatórios.

- **Desenvolvimento de aplicativos para IPTV**

Desenvolvimento de aplicativos inovadores para a plataforma de IPTV com objetivo de explorar novas funcionalidades e interatividades para o novo conceito de TV. Alguns aplicativos previstos para 2014 são: Hoje em Dia (programa da Rede Record), Oi Guru (horóscopo), entre outros.

- **Projeto Exploratório de Aplicações com NFC**

Pesquisa e Desenvolvimento de uma solução com o objetivo de realizar uma prova de conceito baseada na utilização da tecnologia NFC na funcionalidade de meio de pagamento.

- **Oi Qualidade (ex Oi Spot): Aplicativo verificador de cobertura e qualidade da Rede Móvel da Oi**

Aprimorar o aplicativo inovador e colaborativo de utilização amigável que permita aos clientes da Oi reportar suas percepções sobre as interrupções e degradações do Serviço Móveis Pessoal (SMP) percebidas em seus dispositivos móveis continuamente e on line. Os dados coletados serão plotados em um painel georreferenciado fornecendo subsídios valiosos às áreas de operação e de planejamento de engenharia que os utilizarão de forma estratégica na eliminação de áreas de sombra na cobertura da rede e na otimização dos projetos de dimensionamento das células que em consequência, propiciarão um serviço muito melhor à base de clientes Oi. O objetivo do projeto em 2014 é automatizar ao máximo suas funcionalidades de forma a transformá-lo em um aferranet efetiva totalmente integrada aos processos atendimento, reparo e planejamento da rede móvel da Oi.

- **Desenvolvimento de um sistema unificado de cadastro e registro de solicitações de clientes**

O escopo do projeto é desenvolver uma plataforma única (CRM¹ Unificado) de Cadastro, Registro de Solicitações e atendimento aos clientes que integre todas as funcionalidades de Produtos / serviços, Cadastro e Solicitações (Order Entry) e que proporcione uma visão única e consolidada do cliente em todas as redes e todas as geografias de atuação da Oi contemplando a migração dos clientes dos sistemas legados para a nova plataforma. É também objetivo do projeto mapear e desenhar os processos do projeto do novo sistema unificado de relacionamento com o cliente – CRM unificado e Registro de Solicitações, que atenderá todos os canais de relacionamento da Oi (Locais e Remotos). O escopo contemplará a análise dos processos vigentes e a criação de novos que atendam a realidade e requisitos dos novos sistemas e explorem as possibilidades disponíveis com a nova arquitetura com base nas melhores práticas aplicadas no mercado de telecomunicações e atendimento a clientes. Este projeto por sua magnitude, complexidade e alto custo passou por reavaliação profunda em 2013 sendo retomado no final do ano.

¹ **CRM** - Customer Relationship Management (Gestão de Relacionamento com o Cliente). Define toda uma classe de ferramentas que automatizam as funções de contacto com o cliente, essas ferramentas compreendem sistemas informatizados e fundamentalmente uma mudança de atitude corporativa, que objetiva ajudar as companhias a criar e manter um bom relacionamento com seus clientes armazenando e inter-relacionando de forma inteligente, informações sobre suas atividades e interações com a empresa.

Novos projetos da carteira 2014

- **Gigabit Passive Optical Network - GPON**

O projeto de pesquisa tem como objetivo o desenvolvimento de uma solução mais eficiente e adequada para o backhaul fixo/móvel da planta de telecomunicações da Oi, através da tecnologia GPON, onde deverão ser agregados funções de sincronismo e transporte de E1s. Desta forma, a solução deverá prover uma unidade eficiente de agregação dos sites 2G/3G/LTE e será uma alternativa de custo competitivo para prover às torres de telefonia celular uma conectividade bastante adequada, com um baixo custo por bit transportado.

- **Optical Terminator Network Switch – OTN Switch**

O projeto de pesquisa tem como objetivo o desenvolvimento de uma solução OTN Switch na camada de Backbone da Rede de Transporte para aumentar a oferta de serviços com altas taxas entregadas diretamente ao cliente. O perfil dos serviços ofertados, por exemplo internet ultra banda larga, IPTV e internet móvel de quarta geração gera altos tráfegos agregados na camada de Backbone da Rede. Os equipamentos OTN Switch tem capacidade desde 2T com evoluções para mais de 20T. Suportam interfaces de última geração de 100G com evoluções previstas para 400G. A granularidade atual é desde ODU-0 (1G) até ODU-4 (100G).

- **DTH Híbrido**

O projeto tem como objetivo desenvolver recursos interativos para a OI TV em um modelo híbrido envolvendo o DTH e a banda larga da companhia. Desta forma, a Oi poderá oferecer serviços over the top, vídeo sob demanda, games, push notifications entre outros.

Estão previstos o desenvolvimento de aplicativos TV como Facebook, You Tube, Instagram, feed de notícias entre outros.

- **Velox Start**

Desenvolvimento de uma solução que possibilite um processo simplificado, homogêneo, integrado e flexível para a instalação/setup do Velox (Banda Larga Fixa da Oi) com suporte interativo na auto Instalação, que contempla o desenvolvimento de um Portal de boas vindas para novos clientes Velox, personalizado e regionalizado, viabilizando um canal de comunicação digital com o cliente no momento da instalação.

- **Oi Carteira**

Desenvolvimento de um sistema de pagamentos móvel que incluirá um cartão pré-pago móvel associado a um físico que permitirá realizar depósitos, compras, saques, transferências, recarga de minutos e pagamento de contas. O sistema consistirá de um Aplicativo e um Portal para aparelhos móveis com o propósito de centralizar os produtos de automação bancária da Oi (cartão de crédito Oi, cartão pré-pago Oi). Pelo Celular o cliente Ourocard poderá realizar compras na rede Cielo e auto-recarga de créditos Oi através do próprio aparelho móvel.

- **Casa Conectada**

Pesquisa e Desenvolvimento de um portfólio de soluções, em parceria com um ICT, com o objetivo de realizar provas de conceito baseadas na utilização das várias tecnologias aplicáveis na implementação de funcionalidades de domótica.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma Não Auditadas Referentes ao Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 e à Demonstração dos Resultados Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 e Relatório de Asseguração Razoável dos Auditores Independentes

Com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão do resultado da Companhia após a conclusão da Oferta, apresentamos as 'Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas Referentes ao Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 e à Demonstração dos Resultados Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 e Relatório de Asseguração Razoável dos Auditores Independentes' ("Informações Financeiras *Pro forma*").

As Informações Financeiras Pro Forma se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Companhia em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, e de acordo com o IFRS emitidos pelo IASB, e nas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Portugal Telecom, elaboradas de acordo com o IFRS emitidos pelo IASB.

As Informações Financeiras Pro Forma foram compiladas, elaboradas e formatadas unicamente para ilustrar os efeitos no balanço patrimonial consolidado da Companhia e no resultados consolidados da Companhia. Caso a combinação de negócios com a Portugal Telecom e o aumento de capital decorrente da Oferta Global tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2013 para fins do balanço patrimonial consolidado pro forma e em 1º de janeiro de 2013 para fins de demonstração de resultados consolidados pro forma.

Destacamos que são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nem como a demonstração de resultados consolidada efetiva, caso a combinação de negócios e o aumento de capital decorrente da Oferta Global acima mencionados tivessem ocorrido em 31 de dezembro de 2013 para fins do balanço patrimonial consolidado pro forma e em 1º de janeiro de 2013 para fins de demonstração de resultados consolidados pro forma. Levando-se em conta os comentários acima, as Informações Financeiras Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Administração da Companhia, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia e da Portugal Telecom, que fizeram parte das Informações Financeiras Pro Forma, incluindo suas notas explicativas, abaixo descritas:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 18 de fevereiro de 2014, não contém ressalva.
-
- As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, auditadas de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas de Portugal, cujo relatório dos auditores independentes, datado de 19 de fevereiro de 2014, não contém ressalva.
-

As Informações Financeiras Pro Forma foram compiladas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras "Pro Forma" emitida pelo CPC, aprovada pela CVM e com o objetivo de ilustrar como os aspectos relevantes da combinação de negócios e do aumento de capital decorrente da Oferta Global da Companhia poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013, caso tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2013, e os resultados consolidados das suas operações para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, caso tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2013, e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

A aquisição dos Ativos PT será contabilizada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis sobre “Combinação de Negócios” CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R). As Informações Financeiras Pro Forma são baseadas em estimativas preliminares, com base nas informações disponíveis, premissas e hipóteses, e serão revistas quando qualquer informação adicional se tornar disponível. Os ajustes reais para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia após o conclusão da Oferta Global dependerá de uma série de fatores. Portanto, os ajustes reais podem divergir dos ajustes pro forma apresentados nas Informações Financeiras Pro Forma e tais diferenças podem ser significativas.

Para fins da compilação, elaboração, formatação e apresentação das Informações Financeiras Pro Forma, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas e suposições:

- As Informações Financeiras Pro Forma são fornecidas exclusivamente como uma ilustração e não representam quais seriam efetivamente a posição patrimonial e financeira e os resultados operacionais consolidados da Companhia e a conferência da totalidade dos ativos operacionais da Portugal Telecom, exceto (i) as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A.; e (ii) passivos da Portugal Telecom, na data contribuição, no âmbito da Oferta Global tivesse ocorrido na respectiva data presumida, e não indicam necessariamente a posição patrimonial e financeira e os resultados operacionais consolidados da Companhia.
- A eventual redução nos futuros custos operacionais decorrente de sinergias, se houver, não é reconhecida nas Informações Financeiras Pro Forma.
- A combinação de negócios é contabilizada pelo método de aquisição.
- Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Para maior compreensão, a Companhia apresenta abaixo: **(a)** balanço patrimonial consolidado pro forma levantado em 31 de dezembro de 2013; e **(b)** a demonstração do resultado consolidado pro forma não auditada para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

a. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO PRO FORMA NÃO AUDITADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aumento de capital

Oi S.A. Balço Consolidado Pro Forma em 31 de dezembro de 2013	Consolidado Oi S.A.	Valor contábil dos Ativos PT	Alocação do valor justo dos Ativos PT	Aumento de capital em numeração	Pro Forma consolidado Oi S.A.
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	2.425	616			3.041
Aplicações financeiras	493	2.978			3.470
Instrumentos financeiros derivativos	452				452
Contas a receber	8.872	3.809			12.682
Depósito judicial	1.316	-			1.316
Demais ativos	4.129	751	-	-	4.880
Total ativo circulante	17.687	8.155	-	-	25.842
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	99				99
Instrumentos financeiros derivativos	1.621				1.621
Tributos diferidos	8.274	1.161	(1.859)		7.577
Ativos financeiros disponíveis para venda	914		(914)		-
Depósito judicial	11.051	-			11.051
Investimentos	174	1.738	1.441		3.352
Imobilizado	24.786	9.103	2.098		35.987
Goodwill	-	-	11.307		11.307
Intangível	3.919	2.338	4.540		10.798
Demais ativos	1.570	12	-	-	1.582
Total ativo não circulante	52.409	14.353	16.613	-	83.374
ATIVO TOTAL	70.096	22.508	16.613	-	109.216
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante					
Contas a pagar	5.383	3.004			8.387
Empréstimos e financiamentos	4.159	5.430		(7.650)	1.938
Instrumentos financeiros derivativos	410	-			410
Provisões	1.224	289			1.513
Demais obrigações	4.365	1.130	-	-	5.495
Total do passivo circulante	15.540	9.853	-	(7.650)	17.743
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	31.695	19.152			50.847
Instrumentos financeiros derivativos	157				157
Provisões	4.393	7	65		4.465
Demais obrigações	6.787	3.582	-	-	10.369
Total do passivo não circulante	43.031	22.741	65	-	65.838
Total do passivo	58.572	32.594	65	(7.650)	83.581
Patrimônio líquido					
Atribuível aos acionistas controladores	11.524	(10.821)	16.187	7.650	24.541
Atribuível aos acionistas não controladores	-	735	360		1.095
Total do patrimônio líquido	11.524	(10.086)	16.548	7.650	25.636
Total do passivo e do patrimônio líquido	70.096	22.508	16.613	-	109.216

b. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO PRO FORMA NÃO AUDITADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oi S.A.				
Demonstração dos Resultados Consolidados Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Consolidado Oi S.A.	Receitas e despesas dos Ativos PT	Alocação do valor justo dos Ativos PT	Pro Forma consolidado Oi S.A.
Receita de vendas e/ou serviços	28.422	8.247		36.669
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.259)	(5.083)	(454)	(20.796)
Lucro bruto	13.163	3.164	(454)	15.872
Receitas (despesas) operacionais:				-
Resultado de equivalência patrimonial	(18)	1.263	(168)	1.078
Despesas com vendas	(5.554)	(674)		(6.228)
Despesas gerais e administrativas	(3.519)	(1.348)	(116)	(4.983)
Outras receitas operacionais	3.128	125		3.253
Outras despesas operacionais	(1.913)	(115)		(2.028)
	(7.876)	(748)	(284)	(8.908)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	5.287	2.415	(738)	6.964
Resultado financeiro:				-
Receita financeira	1.375	428		1.804
Despesa financeira	(4.650)	(1.392)		(6.042)
Lucro antes das tributações	2.012	1.452	(738)	2.726
Imposto de renda e contribuição social:				-
Corrente	(418)	(194)		(612)
Diferido	(101)	(17)	166	48
Lucro líquido	1.493	1.241	(572)	2.162
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.493	1.078	(530)	2.041
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	163	(42)	122
Lucro aplicável a cada classe de ações:				
Ações ordinárias	469			668
Ações preferenciais	1.024			1.372
Lucro por ação (em Reais):				
Ações ordinárias - básico	0,91			0,37
Ações ordinárias - diluído	0,91			0,37
Ações preferenciais e ADSs - básico	0,91			0,37
Ações preferenciais e ADSs - diluído	0,91			0,37
Outras informações financeiras proforma:				
EBITDA	9.583	4.382	(168)	13.779
CAPEX	6.250	1.690	-	7.940

ANEXO IV

(PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014)

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas o Orçamento de Capital da Oi S.A., para o exercício social de 2014, no montante de R\$ 4.999.807.358,33 (quatro bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital:	R\$ 4.999.807.358,33
Fontes de financiamento:	
Reserva de Retenção de Lucros até	R\$ 1.493.015.161,92
Recursos próprios/terceiros	R\$ 3.506.792.196,41

O fluxo de investimentos (Capex) está composto conforme demonstrado a seguir:

Oi Consolidada	R\$
Telefonia Fixa	3.133.230.802
Telefonia Móvel	1.818.548.056
Outros	48.028.500
Total	4.999.807.358

A retenção do saldo remanescente do lucro líquido é necessária para a garantia da realização do orçamento de capital citado, bem como à manutenção do caixa da Companhia em um nível adequado para a continuidade de suas operações.

ANEXO V
(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM
Nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício de 2013, a companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.493.015.161,92.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Os dividendos propostos pela Administração relativos ao exercício de 2013 perfazem o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e os mesmos já foram distribuídos a título de dividendos intermediários, à conta de reserva de lucro, e imputados aos dividendos obrigatórios, sendo R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e por ação preferencial, conforme Aviso aos Acionistas de 18 de setembro de 2013

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

33,5%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Conforme deliberação do Conselho de Administração realizado em 18 de setembro de 2013, a Companhia pagou dividendos intermediários no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente a R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e a R\$ 0,304872909998 por ação preferencial, à conta de reserva de lucro, constante das Demonstrações Financeiras da Companhia em 2012, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos relativos ao exercício de 2013 já foram distribuídos, conforme Aviso aos Acionistas de 18 de setembro de 2013.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$	R\$ por ação
2013	1.493.015.161,92	0,91
2012 (*)	1.784.889.993,94	1,09
2011	1.005.731.443,81	0,61
2010	1.971.024.029,29	3,34

(*) Após uma consulta formulada pela Companhia à Comissão de Valores Mobiliários a respeito do tratamento contábil da mais valia decorrente da aquisição da Companhia pela TMAR em virtude da operação de Reorganização Societária ocorrida no exercício de 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras de tal exercício foram reapresentadas em 30 de abril de 2013, após apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, refletindo a apuração de um lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.889.993,94.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	ON	PN
2013	0,30	0,30
2012	4,07	4,07
2011	0,92	0,92
2010	0	0

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em virtude da soma do saldo da reserva legal e do montante das reservas de capital excede 30% do capital social, a administração da Companhia não está propondo a constituição de reserva legal referente ao exercício de 2013, conforme faculta o §1 do Art. 193 da Lei 6.404/76.

A memória de cálculo do referido limite está apresentada a seguir:

Reserva de capital	2013
Especial de ágio na incorporação	767.725.515,05
Especial de incorporação - Acervo líquido	2.309.295.884,35
Juros sobre obras em andamento	745.756.369,11
Correção monetária especial Lei 8200/91	31.287.185,88
Doações e subvenções para investimento	123.557.822,32
	4.302.535.985,85
Reserva de lucros	
Reserva legal	383.527.038,25
	383.527.038,25
Reserva de Capital + Reserva Legal	4.686.063.024,10
Capital Social	7.471.208.836,63
	30%
	2.192.625.669,62

Comentários sobre a memória de cálculo acima e as respectivas reservas:

Reserva Especial de ágio na incorporação e Reserva Especial de incorporação - Acervo líquido:

As referidas reservas representam a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassou a importância destinada à formação do capital social, nos termos do §1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, tendo sido originadas das reorganizações societárias realizadas nos anos de 2009 e 2012.

Juros sobre obras em andamento ("JOA")

Trata-se de reserva de capital de natureza regulatória, prevista na Resolução ANATEL Nº 102, de 24.02.1999, que dispõe sobre o plano de contas adotado pelas empresas de telecomunicações, formada por juros sobre obras em andamento, os quais representam acréscimos efetivos dos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em sua operação.

Correção monetária especial Lei 8.200/91

Trata-se de reserva de capital prevista em legislação especial, tendo por origem a correção monetária especial das contas do Ativo Permanente, com base em índice que reflete a variação geral de preços, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.200/91.

Doações e subvenções para investimento

Com o advento da Lei 11.638/07, doações e subvenções para investimento recebidas não mais são apresentadas como reservas de capital. Conforme facultado pela Instrução CVM nº 469/08, o saldo classificado na referida reserva existente no início do exercício social de 2008 foi mantido até a sua total utilização.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Tendo em vista que a soma do saldo da reserva legal e dos montantes das reservas de capital excede 30% do capital social, não está sendo constituída reserva legal referente ao exercício de 2013, conforme já explicitado no item 8.a. acima e de acordo com o §1 do Art. 193 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Às ações preferenciais é assegurada prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Dividendo mínimo e não cumulativo das ações preferenciais no montante de R\$ 307.572.559,38.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendo mínimo e não cumulativo das ações preferenciais, por ação, no montante de R\$ 0,26.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito a receber o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício na forma do disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R\$ 1.493.015.161,92.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas o Orçamento de Capital da Oi S.A., para o exercício social de 2014, no montante de R\$ 4.999.807.358,33 (quatro bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital:	R\$ 4.999.807.358,33
Fontes de financiamento:	
Reserva de Retenção de Lucros até	R\$ 1.493.015.161,92
Recursos próprios/terceiros	R\$ 3.506.792.196,41

O fluxo de investimentos (Capex) está composto conforme demonstrado a seguir:

Oi Consolidada	R\$
Telefonia Fixa	3.133.230.802
Telefonia Móvel	1.818.548.056
Outros	48.028.500
Total	4.999.807.358

A retenção do saldo remanescente do lucro líquido é necessária para a garantia da realização do orçamento de capital citado, bem como à manutenção do caixa da Companhia em um nível adequado para a continuidade de suas operações.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO VI
ITEM 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração praticada pela Companhia para seus administradores tem como objetivos:

- atrair, reter e motivar administradores diferenciados para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;
- fornecer a seus administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados;
- alinhar os interesses dos administradores aos interesses de longo prazo dos acionistas da Companhia; e
- ser simples, transparente e de fácil entendimento aos acionistas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do Conselho de Administração e respectivos comitês, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

O modelo de governança da Companhia e de suas controladas prevê um Conselho de Administração com atuação forte e alinhada aos interesses dos acionistas no curto, médio e longo prazo, e aportam valor à empresa pela combinação dos diferentes expertises, experiências e foco de atuação.

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal representam os interesses dos acionistas da Companhia e são profissionais diferenciados nos seus respectivos campos de atuação. Em função desta qualificação recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado.

No intuito de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo, e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado o Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia. Tal Programa consiste na transferência, de ações preferenciais pela Companhia aos beneficiários do programa, como consequência do cumprimento de metas anuais previamente estipuladas, ao longo dos anos de 2012 a 2015, metas essas alinhadas com o Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal, é determinada com base nos resultados de pesquisa de mercado realizada com empresas de porte e estrutura de capital similares, além de considerar o tempo de dedicação ao respectivo órgão da administração.

É praticada exclusivamente remuneração fixa para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A Companhia aplica a mesma filosofia e estratégia de remuneração para Diretores Estatutários e Não Estatutários, que é oferecer uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante, gerando uma oportunidade de ganho total diferenciada em função dos resultados do negócio no curto e longo prazo e do desempenho individual dos executivos, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

Para atingir este objetivo, a Companhia adota uma abordagem segmentada por níveis organizacionais, definindo uma estratégia específica para cada linha de remuneração, de forma a equilibrar o impacto de cada elemento de remuneração às práticas de mercado e objetivos do negócio, garantindo a competitividade da remuneração total frente ao mercado.

A remuneração praticada para Diretores Estatutários é composta pela parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios) e remuneração variável (incentivo de curto e de longo prazo) e, para Diretores Não Estatutários, também é considerada a parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore) e de remuneração variável (incentivo de curto prazo), conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração.

b. Composição da remuneração

A política de remuneração da Companhia segue a mesma filosofia para todas as suas controladas e prevê a mesma composição para todas elas.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração Fixa

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta, exclusivamente, por remuneração fixa. Já a remuneração da Diretoria é composta por remuneração variável e remuneração fixa. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Salário ou pró-labore: tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função.

A estratégia da Companhia consiste em posicionar o salário base dos executivos em linha com a mediana do mercado de forma a equilibrar os custos fixos e garantir a competitividade para esta parcela de remuneração.

A Companhia utiliza a metodologia Hay de avaliação de cargos como ferramenta para estabelecer tanto o equilíbrio interno, definindo níveis que agrupam funções de porte, complexidade e impacto no negócio similares, quanto para estabelecer parâmetros precisos de comparação com o mercado.

As faixas salariais são definidas em função das referências de mercado com amplitudes (mínimas e máximas) que permitem reconhecer o desempenho dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Benefícios diretos e indiretos: a Companhia tem uma política de benefícios que visa oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, auxílio farmácia, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, plano de previdência privada entre outros, que somados a remuneração fixa e variável tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente no mercado.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia oferece a todos os seus empregados a possibilidade de participar do plano de previdência privada, sendo de livre-escolha do colaborador esta opção, visando aumentar a atratividade do seu pacote de remuneração.

Outros (INSS): Mensalmente a Companhia contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto a futura aposentadoria, necessidade de pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros.

Remuneração Variável

A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo e, para Diretores Não Estatutários, é baseada no incentivo de curto prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem remuneração exclusivamente remuneração fixa.

Incentivos de Curto Prazo (“Bônus”): têm como objetivo incentivar e premiar em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos.

Além de reconhecer e premiar, o plano de incentivos de curto prazo funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados que assegurem a excelência da execução do plano de negócios.

A estratégia da Companhia é posicionar a oportunidade de ganho do programa no terceiro quartil de mercado para resultados em linha com o plano de negócios, podendo gerar uma oportunidade adicional de ganho superior em função de resultados superiores do negócio e do desempenho individual dos executivos.

Os níveis de premiação alvo para resultados esperados, bem como os máximos, são definidos por nível organizacional em função dos valores e mix de remuneração praticados pelo mercado.

O plano prevê que anualmente após a aprovação do plano de negócios, sejam definidos os indicadores chave de resultados, financeiros e/ou de excelência operacional, os quais serão mensurados para efeito de remuneração.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"): O programa de opções de ações, regulamentado pelo Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") em vigor até 2011 foi extinto em função da reorganização societária. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas dos programas anteriores a 2012 foram canceladas. Para mais informações quanto à reorganização societária aprovada, favor consultar verificar no item 6.5 deste Formulário de Referência.

No intuito de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo, e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado o Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia. Tal Programa consiste na transferência, de ações transferência das ações apenas ocorrerá em 2016 e está condicionada ao cumprimento de metas atreladas ao Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, se houver. A Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80. Em 03 de dezembro 2013, o Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, tendo em vista a nova configuração societária que poderá resultar da

implementação da operação de união de atividades da Companhia e da Portugal Telecom, a Companhia está avaliando reformular seu plano de Remuneração Baseada em Ações.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

(em percentagem)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária
	2013			
Remuneração fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável - ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012			
Remuneração fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável - ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011			
Remuneração fixa	100,00	100,00	43,85	53,00

Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	26,41	47,00
Remuneração Variável - ILP	0,00	0,00	29,74	0,00

Considerando como Remuneração Fixa (Salário/Pró-Labore, benefício direto e indireto, benefício pós-emprego e outros (INSS)).

Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política de remuneração prevê a seguinte metodologia de cálculo para:

Remuneração fixa: para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa é calculada a partir do valor do salário mensal x 13,33 que considera como remuneração fixa o 13º salário e o 1/3 de adicional de férias. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração. Para os Conselhos de Administração e Fiscal, é calculada a partir do honorário x 12. A remuneração fixa poderá ser ajustada de acordo com o resultado das pesquisas salariais realizadas, sem possuir obrigatoriedade, regra específica ou percentual fixos, porém objetivando manter a estratégia de competitividade da Cia.

Ressaltamos que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Remuneração variável: A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo e, para Diretores Não Estatutários, é baseada no incentivo de curto prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem remuneração exclusivamente remuneração fixa.

Benefícios Diretos e Indiretos: Considera todo o pacote de benefícios, sendo sua metodologia de cálculo e critérios de reajuste orientados conforme aprovação anual em acordo coletivo. Maior detalhamento dos benefícios oferecidos pode ser consultado no quadro 14.3 (b).

Benefícios Pós-Emprego: Mensalmente a Companhia contribui com valor equivalente ao contribuído pelo empregado ao plano de previdência privada, além de pagar integralmente as taxas de administração e seguro definidas pelo plano. O plano não prevê reajustes ao longo de sua vigência.

Outros (INSS): A parcela de INSS é calculada em função da remuneração recebida pelo colaborador. Nesta parcela estão inclusas as demais obrigações como SAT-Seguro de Acidente ao Trabalho, Incra e Sebrae conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social. Não existe regra de reajuste interno, seguindo apenas as normas e regras estabelecidas pelo Governo Federal.

Incentivos de Curto Prazo (“Bônus”): a parcela do Bônus é calculada a partir do alvo de remuneração variável (bônus target), que representa o valor pago no caso de resultados 100% em linha com as metas definidas para o ano. Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação dos incentivos de curto prazo são o Valor Econômico Adicionado (“EVA”), receita, EBITDA, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Incentivos de Longo Prazo (“Remuneração Baseada em Ações”): Vigente para os exercícios anteriores a 2012, considerou o valor justo atualizado das concessões de opção de compra de ações ordinárias e preferenciais outorgadas, calculado através da metodologia “Black & Scholes”, na data da outorga dos planos, considerando parâmetros abaixo para precificação:

- o preço de exercício da opção;
- o prazo de vida da opção;
- o preço corrente de ação correspondente;
- a volatilidade esperada no preço de ação;
- os dividendos esperados sobre as ações (se cabível); e
- a taxa de juros livre de risco para o prazo de vida da opção.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável é definida em função das referências de mercado que permitem reconhecer a senioridade dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

A Companhia utiliza pesquisas de remuneração executiva realizadas por consultorias independentes para determinação dos níveis de competitividade para as diversas linhas de remuneração (salários, benefícios, incentivos de curto prazo e longo prazo).

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores financeiros. Já os Diretores, que são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores financeiros, conforme descrito abaixo. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus)

Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação dos incentivos de curto prazo são o EVA – Valor Econômico Adicionado, receita, EBITDA entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração. O resultado é determinado com base nos indicadores de EVA, Receita Líquida, Dívida Bruta, EBITDA e Churn (perda da base de clientes).

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações)

O indicador de desempenho deste plano, durante sua vigência, considerou a valorização do preço das ações da Companhia no mercado, desta forma esteve diretamente relacionado a valorização e expansão da Companhia. O programa de bonificação de longo prazo, além da valorização do preço das ações da Companhia no mercado, considera como indicadores de desempenho o indicador de OFCF – Operating Free Cash Flow e o EVA – Valor Econômico Adicionado.

Não existem indicadores de desempenho vinculados para a determinação do salário base, benefícios e qualquer outra componente de remuneração.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores financeiros. Já os Diretores, que são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores financeiros, conforme descrito abaixo. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): tem como objetivo incentivar e premiar, em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos. O plano de incentivos de curto prazo (ICP) funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados (KPIs) que irão garantir a excelência da execução do plano de negócios.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações): tem como objetivo estimular a expansão da Companhia e o atendimento às metas Corporativas de longo prazo, proporcionando aos executivos uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com aqueles dos acionistas. Além disto, o programa de ILP possibilita à Companhia atrair e reter profissionais de primeira linha, oferecendo-lhes a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia oferece uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante. A oportunidade de ganho total diferenciada ocorre em função dos resultados do negócio no curto, médio e longo prazo e do desempenho individual dos executivos nesses resultados, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

Nesse sentido, a remuneração variável de incentivo de curto prazo alinha-se aos interesses da Companhia de curto prazo enquanto a remuneração variável de longo prazo está alinhada aos interesses da Companhia de médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não existem parcelas de remuneração recebidas por administradores e demais pessoas citadas no caput item "13.1" deste Formulário de Referência em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos, não obstante as parcelas de remuneração não relacionadas ao cargo no emissor conforme detalhamento do quadro "13.15" deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	17,00	10,00	5,00	32,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.865.770,59	9.913.250,88	571.918,32	18.350.939,79
Benefícios direto e indireto		162.678,99		162.678,99
Participações em comitês				
Outros		1.846.516,03		1.846.516,03
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		9.150.693,12		9.150.693,12
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		490.979,66		490.979,66
Cessação do cargo				
Baseada em ações	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente,	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente,	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente,	

conforme estabelecido Ofício- conforme estabelecido Ofício- conforme estabelecido Ofício-
Circular CVM/SEP/Nº01/2014 Circular CVM/SEP/Nº01/2014 Circular CVM/SEP/Nº01/2014

Observação

Total da remuneração	7.865.770,59	21.564.118,68	571.918,32	30.001.807,58
-----------------------------	---------------------	----------------------	-------------------	----------------------

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,00	5,83	4,83	26,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.785.587,12	7.986.393,13	439.000,00	13.210.980,25
Benefícios direto e indireto	-	567.240,69		567.240,69
Participações em comitês	-		-	
Outros	-	1.487.605,14	-	1.487.605,14
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável	-		-	
Bônus	-	00,00	-	00,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	- 164.516,14	-	164.516,14
Cessação do cargo	-	-	-	-

Baseada em ações	-	-	-	
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	
Total da remuneração	4.785.587,12	10.205.755,10	439.000,00	15.430.342,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,50	8,00	4,25	25,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.201.739,85	8.134.078,23	273.535,23	11.609.353,31
Benefícios direto e indireto	-	782.001,93	-	782.001,93
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	2.082.957,89	-	2.082.957,89
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	288.397,58	-	288.397,58
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	-
Total da remuneração	3.201.739,85	11.287.435,62	273.535,23	14.762.710,70

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,58	4,92	4,75	14,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	143.420,00	1.104.646,89	207.500,00	1.455.566,89
Benefícios direto e indireto	-	215.417,86	-	215.417,86
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	297.481,41	-	297.481,41
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	1.015.156,44	-	1.015.156,44
Participação de resultados	-	-	-	-

Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	67.877,40	-	67.877,40
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	1.143.000,00	-	1.143.000,00
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	
Total da remuneração		143.420,00	3.843.580,00	207.500,00
				4.194.500,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

As tabelas abaixo indicam a remuneração variável relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

Exercício Social encerrado em dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16	5,83	4,83	26,67
Em relação ao Bonus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	18.745.656,00	-	18.745.656,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	9.372.828,00	-	9.372.828,00
Valor efetivamente reconhecido	-	0,00	-	0,00
Em relação a Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,50	8,00	4,25	25,75
Em relação ao Bonus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	17.906.568,00	-	17.906.568,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.953.284,00	-	8.953.284,00
Valor efetivamente reconhecido	-	0,00	-	0,00
Em relação a Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2011

	Conselho de	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
--	--------------------	------------------	------------------------	--------------

	Administração			
Número de Membros	4,58	4,92	4,75	14,25
Em relação ao Bonus:				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	-	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido	-	1.015.156,44	-	1.015.156,44
Em relação a Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto	-	0,00	-	0,00
Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	0,00	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0,00	-	0,00

Informamos ainda que para o exercício de 2011 não existiu previsão para valores máximos ou no caso de atingimento das metas estabelecidas, pois os mesmos foram definidos após a avaliação de resultados estabelecidos para o plano.

Os membros do Conselho de Administração e Fiscais não são elegíveis à remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente informamos que:

a) Termos e condições gerais

O programa de opções de ações, regulamentado pelo Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") em vigor até 2011 foi extinto em função da reorganização societária. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas dos programas anteriores a 2012 foram canceladas.

Com o objetivo de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, assegurando ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2012, o Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia ("ILP"), que consiste na transferência, de ações preferenciais pela Companhia aos beneficiários do programa, como consequência do cumprimento de metas anuais previamente estipuladas, ao longo dos anos de 2012 a 2015, metas essas alinhadas com o Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015.

O plano de remuneração tem caráter de longo prazo e está baseado no conceito de que o resultado de longo prazo é alcançado através da execução dos planos de negócios anuais de forma consistente e sustentável.

Conforme o Comunicado ao Mercado divulgado no dia 09 de julho de 2012, participam do ILP os diretores estatutários aprovados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis ao ILP.

O respectivo plano é composto de duas parcelas: parcela "A" e parcela "B", com indicadores e ciclos de mensuração distintos conforme descrito abaixo:

Parcela A

A parcela "A" corresponde ao valor de partida, equivalente a 2 (dois) targets *pro rata tempore* definidos para o grupo no qual o beneficiário estiver elegível no Programa de Bônus Executivo da Companhia.

A efetiva transferência das ações da parcela "A" está condicionada ao atingimento das metas estratégicas de longo prazo estabelecidas para o plano, de modo que a eventual transferência de ações ocorrerá, de uma só vez, ao final do período de vigência do ILP, em 2016, caso todas as metas sejam atingidas.

Parcela B

A parcela "B" é definida anualmente, durante o ciclo 2012-2015, conforme *matching* (1 para 1) do valor efetivamente pago no programa de Bônus Executivo do período.

A efetiva transferência das ações da parcela "B" está condicionada ao atingimento das metas estratégicas de longo prazo estabelecidas para o plano, de modo que a eventual transferência de ações ocorrerá, de uma só vez, ao final do período de vigência do ILP, em 2016, caso todas as metas sejam atingidas.

A soma das parcelas "A" e "B" representa o valor total a ser utilizado como referência para se apurar o número máximo de ações a que poderá fazer jus cada beneficiário, caso cumprida a totalidade das metas estratégicas.

A transferência das ações apenas ocorrerá em 2016 e está condicionada ao cumprimento de metas atreladas ao Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, se houver. A Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80, o que ainda está em curso.

Metas Estratégicas

O atingimento das metas estratégicas é condição *sine qua non* para a definição da quantidade de ações reservadas a ser liberada para os beneficiários.

No caso do atingimento total das duas metas estratégicas, será transferida ao participante a integralidade das parcelas "A" e "B". No caso de atingimento de apenas uma das duas Metas estratégicas, serão transferidas ao participante ações da Companhia em quantidade equivalente a 50% do valor total das parcelas "A" e "B". Caso nenhuma das duas metas sejam alcançadas não haverá transferência de ações.

Ajustamentos

Embora as ações reservadas não sejam de propriedade dos beneficiários até a apuração das metas estratégicas, o plano prevê que os ganhos auferidos por um acionista ao longo do período de apuração (2012-2015) sejam incorporados ao plano. Desta forma, o valor equivalente à distribuição de resultados aos acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio ("JCP") ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos), serão convertidos em ações e reservados para cada participante, tomando-se por base o preço da ação na data de aprovação da referida distribuição pelo órgão societário competente.

b) Principais objetivos do plano

O ILP tem o objetivo de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O ILP estimula o atingimento das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para os anos de 2012 a 2015, através da transferência, em 2016, de ações de emissão da Companhia aos beneficiários do programa, sempre condicionada ao cumprimento das metas estipuladas no ILP, o que será aferido ao final do período de vigência da Política. Desta forma, o ILP promove o engajamento e comprometimento de seus executivos a longo prazo, uma vez que proporciona aos beneficiários uma participação no crescimento da Companhia e a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O ILP é parte de um conjunto de instrumentos de remuneração, retenção e alinhamento dos Executivos da Companhia. Este plano é classificado como um incentivo de longo prazo, parte integrante da remuneração variável dos Executivos, pois a transferência das ações de emissão da Companhia para o beneficiário está condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas para os anos de 2012 a 2015, o que será aferido ao final do período de vigência da política.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O ILP é baseado no atingimento das metas contidas no Plano de Negócios da Companhia para os anos de 2012 a 2015, através da transferência, em 2016, de ações de emissão da Companhia aos beneficiários do programa, sempre condicionada ao cumprimento das metas estipuladas no plano. Com isso, o ILP oferece aos beneficiários do ILP a oportunidade de serem recompensados através da geração de valor para os acionistas, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

f) Número máximo de ações abrangidas

A estimativa base da Companhia é de que aproximadamente 47 milhões de ações preferenciais, correspondente a 2,58% do total de ações que compõem o capital social serão transferidas aos beneficiários do ILP.

Porém, em razão da estrutura de remuneração aprovada para o ILP, que estabelece que parte das ações a serem transferidas seja calculada com base na cotação média dos 30 pregões anteriores à data do efetivo pagamento do Bônus Executivo referentes a cada um dos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, não há como se precisar antecipadamente o número total de ações que poderão ser efetivamente transferidas aos beneficiários, ainda que se suponha o atingimento de todas as metas da Companhia.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas uma transferência de ações condicionada ao cumprimento de metas estratégicas previamente estabelecidas para o plano de negócios.

h) Condições de aquisições de ações

A transferência das ações apenas ocorrerá em 2016 e está condicionada ao cumprimento de metas atreladas ao Plano de Negócios da Companhia para o período 2012-2015.

O atingimento das metas estratégicas é condição *sine qua non* para a definição da quantidade de ações reservadas a ser liberada para os beneficiários.

No caso do atingimento total das duas metas estratégicas, será transferida ao participante a integralidade das parcelas "A" e "B". No caso de atingimento de apenas uma das duas Metas estratégicas, serão transferidas ao participante ações da Companhia em quantidade equivalente a 50% do valor total das parcelas "A" e "B". Caso nenhuma das duas metas sejam alcançadas não haverá transferência de ações.

As metas estratégicas e seus respectivos pesos para efeito do pagamento das parcelas A e B foram definidos conforme abaixo:

a) O OFCF (*Operating Free Cash Flow*), com peso de 50% do total de ações reservadas, é constituído pelo resultado da equação que considera o EBITDA (Resultado antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) de cada ano, menos os investimentos realizados (CAPEX Econômico) mais as receitas obtidas com as vendas de ativos, desde que aprovadas para este fim. A meta é atingir o alvo de geração de caixa operacional livre no período 2012-2015.

b) EVA, com peso de 50% do total de ações reservadas, é uma estimativa de Lucro Econômico depois de subtrair todas as despesas operacionais, inclusive o custo do Capital empregado na operação. Já o Delta EVA mede a variação entre o EVA do ano corrente e do ano anterior. A meta é atingir o alvo de variação do EVA no período 2012-2015.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Parcela A: A quantidade de ações reservadas para esta parcela tem como base o valor médio da cotação da ação OiBR4 no período compreendido entre os dias 09 e 30 de abril de 2012 ajustado pela distribuição de dividendos ocorrida em maio de 2012.

Parcela B: quantidade de ações reservadas para esta parcela terá como base o preço do fechamento médio diário dos 30 (trinta) pregões anteriores à data do efetivo pagamento de Bônus Executivo em cada ano. Caso ocorra distribuição de resultados aos acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio ("JCP"), ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos, durante o período dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de pagamento do Bônus Executivo Anual (Parcela B), o preço da ação será calculado tomando-se por base o fechamento médio diário ajustado (ex-dividendos) deste período.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica. Por se tratar de transferência de ações de emissão da Companhia, o ILP não possui prazo para exercício das ações. A efetiva transferência de ações está condicionada ao cumprimento das metas estratégicas e, se houver, ocorrerá ao final do período de vigência da política, em 2016.

k) Restrições à transferência das ações

A transferência das ações aos beneficiários do plano, caso ocorra, será somente efetuada em 2016 e está condicionada ao cumprimento, ao longo dos anos de 2012 a 2015, de metas previamente estipuladas e alinhadas com o Plano de Negócios de 2012 a 2015.

l) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A ocorrência de qualquer evento que implique na mudança ou dispersão do controle acionário da Companhia existente na data da aprovação do Plano poderá ocasionar a suspensão, alteração ou extinção do mesmo.

m) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário deverá permanecer no pleno exercício de suas funções, de maneira ininterrupta, até o dia 31 de dezembro de 2015.

Caso o beneficiário por interesse próprio venha a se desligar dos quadros de empregados da Companhia por sua iniciativa ou for desligado por iniciativa da Companhia, antes de 31 de dezembro de 2015, não será devida a entrega do eventual saldo de ações referente ao ILP, mesmo que pro rata mês.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal somente detêm ações em relação à Companhia, não possuindo participação acionárias nas controladas.

Ações emitidas pela Companhia – 31 de dezembro de 2013

Acionistas	ON	PN
Conselho de Administração	19.105	80.918
Diretoria Estatutária	14.464	198
Conselho Fiscal	11.593	24.197
Total	45.162	105.313

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item não aplicável, tendo em vista que: (i) o programa de opções em vigor até 2011, que envolvia ações da Tele Norte Leste Participações S.A., foi extinto; e (ii) até o presente momento não foi realizada a transferência de ações no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia, conforme descrito no item "17.3" deste Formulário de Referência.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável. O programa de opções de ações, regulamentado pelo Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") em vigor até 2011 foi extinto em função da reorganização societária. Neste sentido, todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas dos programas anteriores a 2012 foram canceladas. Adicionalmente, não são elegíveis aos programas de opções de ações membros do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. O programa em vigor até 2011 com administradores elegíveis foi o programa de opções que envolvia ações da Tele Norte Leste Participações S.A., antiga controladora indireta da Companhia, incorporada e sucedida universalmente pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012. Adicionalmente, não são elegíveis aos programas de opções de ações membros do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável. O programa em vigor até 2011 com administradores elegíveis foi o programa de opções que envolvia ações da Tele Norte Leste Participações S.A., antiga controladora indireta da Companhia, incorporada e sucedida universalmente pela Companhia em 27 de fevereiro de 2012, as quais os números do quadro 13.2 se referem e cujo detalhamento pode ser encontrado em seu Formulário de Referência. Informamos ainda que, o programa de opções de ações, regulamentado pelo Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") em vigor até 2011 foi extinto em função da reorganização societária. Neste sentido todas as opções de compra de ações que haviam sido outorgadas e não exercidas dos programas anteriores a 2012 foram canceladas. Adicionalmente, não são elegíveis aos programas de opções de ações membros do Conselho Administrativo ou Conselho Fiscal.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é patrocinadora dos planos de previdência Fundados/Alternativo, BRTPREV e TCSPREV. No entanto, nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal pertencem ao referidos planos e os mesmos estão fechados para novas adesões desde 31 de dezembro de 2009. As informações apresentados no quadro 13.2 deste Formulário de Referência referem-se a planos de previdência patrocinados por outras empresas do grupo conforme planos citados na seção 14 deste Formulário de Referência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A eficácia do presente item encontra-se suspensa em relação aos associados do IBEF, em razão de liminar deferida pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no âmbito da Medida Cautelar 17350, número único 0168534-66-2010.3.00.0000 ajuizada pelo IBEF.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há qualquer remuneração baseada em contratos para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	2012	2011
Conselho de Administração	95,38%	65,60%	0,00%
Diretoria Estatutária	40,21%	0,00%	20,00%
Conselho Fiscal	39,77%	31,37%	15,38%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.117.833	-	-	2.117.833
Controladas da Companhia				
Sociedades sob controle comum				

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.985.750	-	-	1.985.750
Controladas da Companhia	43.537	3.110.534	-	3.154.071
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.720.572	5.814.068	170.699	8.705.339
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	26.285	26.285

13.16 - Outras informações relevantes

Complemento ao item 13.2

Com relação ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), foi atribuída alocação para os administradores, contudo, isso não gerou um impacto contábil para a Companhia.

ANEXO VII
ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Conselho de Administração

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	64	Presidente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração; de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Riscos e Contingências; de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
299.637.297-20	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
José Augusto da Gama Figueira	66	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
242.456.667-49	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.	57	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração; de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
277.764.336-91	Administrador	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	55	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
269.960.226-49	Engenheiro Civil	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Sergio Franklin Quintella	79	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não ocupa outros cargos ou exerce outras funções na companhia.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
003.212.497-04	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Bruno Gonçalves Siqueira	28	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária,	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.

			a ser realizada em 30/04/2014		
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
075.851.006-39	Economista e Contabilista	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Renato Torres de Faria	52	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
502.153.966-34	Engenheiro de Minas	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Carlos Fernando Horta Bretas	54	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
463.006.866-04	Engenheiro Civil	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Rafael Cardoso Cordeiro	33	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Riscos e Contingências; de Engenharia e

					Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
037.496.966-32	Engenheiro Civil	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
André Sant'Anna Valladares de Andrade	29	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
062.413.616-78	Engenheiro de Produção	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Alexandre Jereissati Legey	44	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
954.529.077-34	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	67	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
000.365.013-87	Economista	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Carlos Jereissati	42	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
146.626.458-67	Administrador de empresas	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Cristina Anne Betts	44	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
144.059.448-14	Administradora	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Fernando Magalhães Portella	62	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
748.442.108-15	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
-------------	--------------	------------------------------------	------------------------	-------------------------	---

Sergio Bernstein		Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	N/A
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
007.296.208-91	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Cristiano Yazbek Pereira	38	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
267.577.938-57	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Erika Jereissati Zullo	43	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
135.520.678-25	Administradora de empresas	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Shakhaf Wine	44	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração; de Finanças, Monitoramento e Orçamento; de Engenharia e Redes, Tecnologia e

					Inovação e Ofertas de Serviços
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
018.755.347-50	Economista	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Abilio Cesário Lopes Martins	42	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
228.574.248-76	Gestor de empresas	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	47	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
233.308.258-55	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
João Manuel de Mello Franco	67	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	N/A
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor

Fernando Marques dos Santos	61	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
280.333.617-00	Engenheiro	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Laura Bedeschi Rego de Mattos	38	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
253.585.728-64	Engenheira química	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
José Valdir Ribeiro dos Reis	68	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
185.233.158-53	Empresário	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Luciana Freitas Rodrigues	47	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
759.395.847-72	Bancária, estatística e atuária	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Marcelo Almeida de Souza	30	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
099.981.477-00	Administrador	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Ricardo Berretta Pavie	40	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
021.918.527-18	Administrador	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Carlos Augusto Borges	54	Membro efetivo do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
124.632.643-49	Economista	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Emerson Tetsuo Miyazaki	28	Membro suplente do Conselho de Administração	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		

703.190.571-00	Administrador	Sim	30/04/2014
----------------	---------------	-----	------------

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Cargo eletivo ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Allan Kardec de Melo Ferreira	67	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
054.541.586-15	Advogado	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Newton Brandão Ferraz Ramos	44	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
813.975.696-20	Contador	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Aparecido Carlos Correia Galdino	62	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
666.708.708-25	Administrador de empresas	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor

Sidnei Nunes	54	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Membro do Comitê de Riscos e Contingências
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
011.355.928-37	Administrador	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Umberto Conti	39	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data da Posse		
165.706.888-98	Economiário	Sim	30/04/2014		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Carmela Carloni Gaspar	31	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30/04/2014	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2015	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
000.454.351-38	Economista	Sim	30/04/2014		

12.7 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não serão eleitos novos membros dos comitês estatutários, nem tampouco de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.8 – Currículos dos indicados pelo Acionista Controlador para (re)eleição, como membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Conselho de Administração

José Mauro M. Carneiro da Cunha

Nascido em 4/12/1949, José Mauro M. Carneiro da Cunha é Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 2011) e membro titular do Conselho de Administração da Vale (desde 2010). Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Diretor-Presidente da Oi S/A (em 2013) (ii) Presidente do Conselho de Administração da (a) Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL") (de 2007 a 2012), (b) Telemar Norte Leste

S.A. (de 2007 a 2012), (c) Oi S.A. (desde 2009), (d) Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012), todas companhias abertas de telefonia, (iii) Presidente do Conselho de Administração da (a) Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012) e (b) Dommo Empreendimentos Imobiliários (desde 2007), anteriormente denominada Calais Participações S.A., ambas companhias abertas que desempenham a atividade de holding. É ainda (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (desde 2008), empresa produtora de energia hidroelétrica de capital fechado, e (ii) Membro suplente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A, companhia aberta de telefonia (desde 2008); (ii) Presidente do Conselho de Administração da TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012), empresa de telefonia, e (iv) Membro efetivo do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S/A (2007 a 2011), companhia aberta de transportes intermodais, na qual a Vale detém 31,3% do capital social; e (v) Membro Efetivo do Conselho de Administração da Lupatech S/A (de 2006 a 2012), companhia aberta que desenvolve produtos energéticos e desempenha atividades de controle de fluxo e metalurgia. Além das empresas mencionadas acima, foi (i) membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes companhias abertas: (a) Braskem S.A (2007 a 2010), empresa petroquímica, na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S/A (1997 a 2000), distribuidora de energia elétrica; (c) Aracruz Celulose S.A. (1997 a 2002), fábrica de papel; (d) Politeño Indústria e Comércio S/A (2003 a 2004), empresa petroquímica; (e) BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (2008 a 2009), instituição financeira; e (f) TNL (1999 a 2003), na qual atuou posteriormente como membro suplente do Conselho de Administração (2006). Graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, RJ, em dezembro/1971, tendo participado do Executive Program in Management na Anderson School Universidade da Califórnia (EUA) – Los Angeles, em dezembro/2002.

José Augusto da Gama Figueira

Nascido em 20/09/1947, é membro efetivo do Conselho de Administração da Telemar Participações S/A, empresa de participação societária em outras sociedades, desde 25/04/2008. Foi membro da Diretoria da Telemar Participações S/A nos períodos de junho a setembro de 1999 e de fevereiro de 2000 a novembro de 2009. Foi membro do Conselho de Administração da empresa de telecomunicações Telemar Norte Leste S/A desde agosto de 2001 até maio de 2012 e é Presidente do Instituto Oi Futuro desde agosto de 2001. Foi Diretor da CTX Participações S.A. de abril de 2008 a março de 2011. Foi Diretor da Pegasus, empresa do grupo Andrade Gutierrez, de julho de 1997 até agosto de 1999, e membro dos Conselhos Fiscais das empresas de telecomunicações Telest - Telecomunicações do Espírito Santo S.A., Telepisa - Telecomunicação do Piauí S.A., e da Teleamazon - Telecomunicação do Amazonas S.A. no período de abril a dezembro de 1999. Foi membro do Conselho de Administração das empresas de telecomunicações Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A. e TNL PCS S.A. e das empresas de participação em outras sociedades Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. e Coari Participações S.A. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1972 e pós-graduou-se (lato sensu) em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (1996-1997). José Augusto da Gama Figueira, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.

Nascido em 13 de fevereiro de 1956, é formado em Administração de Empresas, Contabilidade e Economia pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1978. Desenvolveu diversos projetos na área de gestão e reestruturação de empresas como: Braspérola, Portal Clicon, Cia AIX de Participações, Andrade Gutierrez, Brasil Ferrovias, Pontão Lar Shopping e Shopping Píer 21. Foi Presidente da UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S/A, FEM – Projetos, Construções e Montagens S/A e MRS Logística S/A. Atuou como Diretor do Ministério de Minas e Energia e Membro do Conselho Nacional de Desestatização, supervisionando as siderúrgicas estatais, a Companhia Vale do Rio Doce e o DNPM de março 1990 a outubro de 1993. Atua como Conselheiro de Administração nas empresas: Kepler Weber S/A, Contax Participações S.A. e ELBA Equipamentos e Serviços S.A. Atuou como Conselheiro de Administração nas empresas: Quattor Participações S.A e Controladas, Brasil Ferrovias e Controladas, Unipar e Controladas, Cosipa, CSN e CST. Companhias abertas nos últimos 5 anos. Foi Presidente, de outubro/07 a abril/11 do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A., empresa com participação da PREVI e do Banco do Brasil; Conselho de Administração, de junho/08 a abril/10, da Quattor Participações S.A. e Controladas, empresas com participação da Unipar e Petrobrás; Conselheiro de Administração, de abril/04 a junho/06, a Brasil Ferrovias S.A. e Controladas, empresas com participação da PREVI, FUNCEF e BNDES. Armando Galhardo Nunes Guerra Jr., nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro

Nascido em 24/10/1958, atua como Gerente Financeiro da Andrade Gutierrez Concessões SA, empresa do ramo de Concessões de Infraestrutura desde

Março/2003. Como representante da Andrade Gutierrez Concessões SA, foi Assessor da Diretoria Financeira da Sanepar, empresa do ramo de fornecimento, coleta e tratamento de água, de Janeiro/2000 a Fevereiro/2003. A Andrade Gutierrez SA integra o grupo econômico OI através da AG Telecom Participações SA, acionista da Telemar Participações SA. Atualmente, o Sr. Paulo Marcio de Oliveira Monteiro é suplente do Conselho de Administração da CCR S.A. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em Dezembro/1981, com Mestrado em Finanças pelo Instituto Tecnológico de Monterrey - ITESM, Cidade do México, em Dezembro/1998; com MBA pela Universidade de São Paulo - USP, em Abril/1998; e com pós graduação em Direção de Empresas pela Universidade Panamericana - IPADE, Cidade do México, em junho/1996. Paulo Márcio de Oliveira Monteiro, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Sergio Franklin Quintella

Nascido em 21/02/1935. Formado em Engenharia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro / Economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro / Engenheiro Econômico pela Escola Nacional de Engenharia. cursou no Exterior (Itália) Mestrado em Administração de Empresas (IPSOA) / (EEUU) MBA lato sensu em Administração de Empresas (Advanced Management Program) (Harvard Business School) / (EEUU) Administração de Empresas - Curso de Extensão em Finanças Públicas (Pennsylvania State University - Philadelphia). Exerceu atividades empresariais como Vice-Diretor Presidente da Montreal Engenharia de 1965 a 1991, foi Membro do Conselho de Administração da Sulzer de 1976 a 1979, foi Membro do Conselho de Administração da CAEMI de 1979 a 1983, foi Presidente da Internacional de Engenharia de 1979 a 1990, foi Membro do Conselho de Administração de Refrescos do Brasil S.A., de 1980 a 1985, foi Presidente da Companhia do Jari de 1982 a 1983, e é Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio desde 1990. Exerce atividades acadêmicas como Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE de 1991 a 2010; É Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio desde 1978; é Membro do Conselho de Desenvolvimento da Universidade Estácio de Sá desde 2002 e é Vice Presidente da Fundação Getúlio Vargas desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Petrobras desde 2009. Exerceu atividades públicas como Membro do Conselho de Administração do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de 1975 a 1980; foi Presidente da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas de 1975 a 1977; foi membro do Conselho Monetário Nacional de 1985 a 1990; foi Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de 1993 a 2005. Sergio Franklin Quintella, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Bruno Gonçalves Siqueira

Nascido em 07/07/1985, atua como analista de controladoria e contabilidade da Andrade Gutierrez Concessões S/A, empresa holding de participações societárias, desde 05/2010. Atua principalmente nas áreas contábeis, tributária, financeira e de relação com os investidores. De 09/2007 a 05/2010 atuou como analista das áreas de contabilidade e controladoria da AngloGold Ashanti Brasil Mineração S/A, multinacional que atua em toda a cadeia da produção de ouro. Graduado em Economia pela Faculdade IBMEC/MG em 2008 e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2009 e pós-graduado em Gestão com Ênfase em Finanças pela Fundação Dom Cabral em 2011. O Sr. Bruno Siqueira exerceu a função de Membro Suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S/A e atualmente exerce a função de Membro do Conselho Fiscal desta empresa. É membro suplente do Conselho da CTX Participações S.A. e da Telemar Participações S.A. desde 29/11/2013, da Dominó Holdings S.A. desde 30/04/2013 e membro suplente do Conselho Fiscal da CEMIG S.A., CEMIG GT e CEMIG D desde 30/04/2013. Bruno Gonçalves Siqueira, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Renato Torres de Faria

Nascido em 11/01/1962. Desde Maio de 2002 até a presente data: Diretor Financeiro e DRI da Andrade Gutierrez Concessões S.A.; Diretor e DRI da AG Participações S.A. É Vice Presidente da Andrade Gutierrez S.A. desde 2012. Além de exercer as atividades inerentes aos referidos cargos, exerce também as seguintes funções: Conselheiro de Administração da Dominó Holdings S.A., empresa veículo de investimento na Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Diretor Presidente e Conselheiro de Administração da Waterport., empresa que fornece água, coleta e tratamento de esgoto no Porto de Santos; Conselheiro de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; Conselheiros de Administração da Contax Participações S.A., empresa de contact center. Desde 2004 exerce a função de Diretor das empresas do ramo imobiliário da AGSA, entre elas Porto Real Resort e Marina Porto Real em Angra dos Reis - RJ, Parque Prado em Campinas - SP, Terminais Intermodais da Serra em Serra - ES, Flat Cidade Jardim em São

Paulo – SP, Busca Vida Resort em Salvador – BA, Terminal de Passageiros em Uberlândia – MG. Renato Torres de Faria, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Fernando Horta Bretas

Carlos Fernando Horta Bretas, casado, brasileiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, nascido em 07/05/1959, atua desde maio/1994 como de Gerente de Projetos da Andrade Gutierrez Concessões S/A. (AGC), empresa Holding e de Participações Societárias do Grupo Andrade Gutierrez. Atua na área financeira e de desenvolvimento e acompanhamento de projetos da AGC. Anteriormente atuou como engenheiro controller do escritório de Goiás (maio de 1988 até fevereiro de 1989) da Mendes Junior Edificações S/A, empresa de engenharia civil. Atuou também como engenheiro de produção desta mesma empresa durante o período de 1984 até 1988. Formado em Engenharia Civil no ano de 1984, com pós graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte, MBA em Finanças pela USP e MBA em Direito de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. e foi membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. até fev/2012. Carlos Fernando Horta Bretas, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Rafael Cardoso Cordeiro

Nascido em 13/09/1980, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2003, trabalha na Andrade Gutierrez Concessões S.A. desde 06/2002. Atua como gestor de ativos de telecomunicações da Andrade Gutierrez. De 05/2004 a 04/2005, foi engenheiro de projetos da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento, empresa do Grupo AG contratada pela CODESP para o desenvolvimento e implantação do novo sistema de água e esgoto da margem direita do porto de Santos. De 05/2005 a 04/2011 trabalhou nas áreas de tesouraria, operações financeiras estruturadas, relações com instituições financeiras, mercado de capitais, relação com investidores e análise econômico-financeira de novos projetos da Andrade Gutierrez Concessões. Atualmente, o Sr. Rafael Cordeiro é membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., Oi S.A., da Contax Participações S.A. e da CTX Participações S.A., da qual também é Diretor. De 2010 a 2012 foi membro do Conselho Fiscal da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, empresa do setor de energia. Rafael Cardoso Cordeiro, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

André Sant'Anna Valladares de Andrade

Nascido em 6/04/1984, graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais em dezembro de 2008. Desde janeiro de 2008 trabalha na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa *holding* de participações societárias focada no desenvolvimento/aquisição de concessões de infraestrutura. Participou do programa de *trainee* da empresa durante um ano e desde então atua como Analista de Projetos, com enfoque nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e *valuation* de empresas. André Sant'Anna Valladares de Andrade, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Alexandre Jereissati Legey

Nascido em 02 de janeiro de 1970, é diretor financeiro e diretor de relações com o mercado das empresas de participação societária em outras sociedades LF Tel S/A e Jereissati Telecom S/A desde 1998, empresas que participam do grupo de controle acionário da Telemar Participações S.A. e da CTX Participações S.A.. Foi diretor de novos negócios da Iguatemi Empresa de Shopping Center S/A, empresa administradora de shopping centers, pelo período de Janeiro de 2007 a Janeiro de 2008, onde atuou na prospecção, avaliação e viabilização dos novos shoppings desta empresa. Foi membro do Comitê de Finanças da empresa de telecomunicações Tele Norte Leste Participações S.A. desde sua instituição em 1999. Começou a carreira no Grupo Jereissati em 1993 e ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Companhia até 1996. Atualmente, é membro do Conselho de Administração das empresas de participação societária em outras sociedades Telemar Participações S.A., CTX Participações S.A., Privatinvest Participações S.A. e Alium Participações S.A., e da Contax Participações S.A., cuja atividade principal é participar de empresa que presta de serviços de Call Center. É Diretor Econômico-Financeiro e Diretor de Relações com o Mercado da Privatinvest Participações S.A. e Diretor-Superintendente e Diretor de Relações com o Mercado da

Alium Participações S.A., ambas empresas de participação societária em outras sociedades. Possui experiência na estruturação de operações de mercado de capitais e na área de fusões e aquisições, reestruturações societárias e avaliação de viabilidade econômico-financeira de investimentos. Formado em Engenharia Química em 1992 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) em 1998 pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT. Alexandre Jereissati Legey, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati

Nascido em 21/06/1946. É presidente dos Conselhos de Administração do Grupo Jereissati, desde 1970, o qual compreende as empresas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, Jereissati Telecom S.A, Grande Moinho Cearense S.A., Telemar Participações S.A., Contax Participações S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vidraria Santa Marina (Grupo Saint Gobain) e Presidente do Conselho Executivo da ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), e membro do Conselho Consultivo do SECOVI (Sindicado das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais em São Paulo). Foi membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. de 1998 a 2012, do qual foi presidente por 4 anos. É graduado em Economia, tendo cursado seus dois primeiros anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro e formado pela Universidade Mackenzie de São Paulo em 1968. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos Jereissati

Nascido em 04/09/1971, formou-se em Administração de Empresas pela escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV – SP em 1994, com cursos de especialização no exterior, destacando-se: Management for Success (University of Michigan Business School, 2002), Spring Convention (International Council of Shopping Centers, 1998, 1999 e, de 2002 a 2006, Real State Finance & Investment (Euromoney Training, 1998). Desde 1996 pertence aos quadros diretivos da empresa de administração de shopping centers, Iguatemi Empresa de Shopping Centers – IESC que atualmente preside. É membro do Conselho de Administração das empresas de participação em outras sociedades Jereissati Participações S.A., LF Tel S.A., La Fonte Telecom S.A., Telemar Participações S.A., CTX Participações S.A. e da Contax Participações S.A., cuja atividade principal é participar de empresa que presta de serviços de Call Center. Foi membro do Conselho de Administração da empresa de telecomunicações Tele Norte Leste Participações S.A. de 2008 a 2012. Foi Presidente e Vice-Presidente da ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers S/A (de 2002 a 2004 e 2005 a 2006) onde atualmente integra o Conselho Consultivo. Foi conselheiro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e é Membro do IBRAVO – Associação Brasil Voluntário desde 1995 e Associado do ICSC – International Council of Shopping Centers, desde 1994. Foi eleito em 2007 como “Young Global Leader” – Título concedido pelo World Economic Fórum. Carlos Jereissati, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Cristina Anne Betts

Nascida em 20/10/1969, é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1991), possuindo MBA pelo INSEAD, na França. É Vice-Presidente de Finanças da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. desde abril de 2008. Anteriormente, trabalhou na PriceWaterhouse (1992 – 1995), Banco Credit Suisse First Boston Garantia (1995 – 1999), Bain & Company (1999 – 2004) e Tam Linhas Aéreas S.A.; nesta ocupava a posição de Diretora de Planejamento Estratégico e Controladoria e responsável também pela área de Relações com Investidores (2004 a 2008). Foi membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. de 2009 a 2012. Cristina Anne Betts, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Fernando Magalhães Portella

Nascido em 15/05/1951, brasileiro, é Diretor Presidente da Jereissati Participações, holding do Grupo Jereissati. Foi Vice Presidente da instituição financeira Citibank Brasil de 1986 a 1992, partner da Gemini Consulting de 1992 a 1996. Foi ainda CEO do Grupo O Dia de Comunicação e Conselheiro da Associação Nacional de Jornais (ANJ) no período de 1996-2003, Presidente da Associação Brasileira de Marketing e Negócios entre janeiro de 1999 a

dezembro de 2000 e membro do Conselho Consultivo da Intermedica Empresa de Saúde S.A. entre junho de 2008 a fevereiro de 2010, e CEO da Organização Jaime Câmara de Julho de 2006 a Janeiro de 2011. É Diretor Presidente da Jereissati Participacoes (MLFT3/4) membro dos Conselhos de Administração, da Iguatemi Empresa de Shopping Center S.A., empresa administradora de shopping centers, da Portugal Telecom (PTC.LS), Oi S.A (OI BR3/4) e Grupo Coimex S.A. Formado em engenharia agrônômica pela UNESP em dezembro de 1975, possui Executive MBA pela Columbia University sendo Alumni pela Harvard Business School onde cursou The General Management Program de Fevereiro a Maio de 2000, e The Corporate Leader Program em março de 2006. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Sergio Bernstein

Nascido em 16/04/1937 é membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., empresa de participação societária em outras empresas. É engenheiro civil formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro e tem atuado como executivo em empresas nacionais há longo tempo. Iniciou sua carreira em 1961 como trainee de Finanças na General Eletric do Brasil, empresa diversificada que atua, no Brasil, nas áreas de tecnologia e serviços financeiros, tendo sido Diretor Controller por 6 anos e Vice-Presidente de Finanças por 4 anos. Foi posteriormente Vice-Presidente de Finanças do Grupo Jereissati, por 16 anos. Foi Presidente do Conselho Fiscal da empresa de telecomunicações Tele Norte Leste Participações S.A. e da empresa de participação societária em outras sociedades Coari Participações S.A..

Cristiano Yazbek Pereira

Nascido em 16/09/1975, nomeado membro do Conselho de Administração da Companhia em 2012, é responsável pela Estratégia Corporativa da Jereissati Participações S.A. desde julho de 2009. É membro do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. desde 2010. Foi membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. entre 2010 e 2012. Foi Superintendente da Telefônica nas áreas de Estratégia, Regulamentação e Comercial PME's na América Latina entre 2003 e 2009. Foi consultor da A.T. Kearney em 2001 e 2002 e consultor da Accenture em 2000. Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tem MBA Executivo pela BSP e formação executiva pela Harvard Business School, Rotman School of Management (University of Toronto) e ESADE (Barcelona). Cristiano Yazbek Pereira, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Erika Jereissati Zullo

Nascida em 17/10/1970, atua como Vice Presidente de Varejo da Iguatemi Empresas de Shoppings Centers, empresa de concepção, planejamento e administração de shoppings centers. É associada do ICSC – International Council of Shoppings Centers desde 1994. É associada do LMC (Luxury Marketing Council) e suplente da Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Center S/A) desde Junho de 1996. É formada em Administração de Empresas pela Universidade Makenzie em 1993, com pós graduação em Comunicação e Marketing pela ESPM em 1995 com curso de especialização no exterior, destacando-se Leasing I (International Council of Shopping Centers em 2003), Leasing II (International Council of Shopping Centers em 2004), Curso de Management (Michigan – USA) em 1998 e Curso de Varejo (NY/USA) em 1997. Erika Jereissati Zullo, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Shakhaf Wine

Nascido em 13/06/1969, atua como Presidente Executivo e Diretor Executivo da Portugal Telecom Brasil S.A., empresa de Telecomunicações; Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil S.A., empresa de Telecomunicações; Presidente Executivo da PT Multimídia.com Brasil Ltda. empresa de Telecomunicações; Presidente Executivo da Bratel Brasil S.A; Presidente Executivo da PTB2 S.A.; Diretor Estatutário da CTX Participações S.A.; Membro do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.; Membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A.; Diretor Vice-Presidente da PASA Participações S.A.; Diretor da EDSP75 Participações S.A.; Diretor Presidente da Marnaz Holdings S.A.; Diretor Presidente do Instituto Portugal Telecom Brasil. Foi Vice Presidente do Conselho de Administração da Vivo Participações S.A., empresa de Telecomunicações, de 2009 até Setembro de 2010 e Membro do Conselho de Administração do Universo Online S.A., empresa de Telecomunicações de 2009 a Janeiro de 2011. Anteriormente atuou como Presidente do Conselho de Administração da Mobitel S.A. empresa de Telecomunicações; Membro do Conselho de Administração da PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional S.A., empresa de Consultoria, de Maio de 2006 até Março de 2009.

Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da PT Participações SGPS S.A., empresa de Telecomunicações, de Março de 2008 até Março de 2009. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da PT Móveis - Serviços de Telecomunicações SGPS S.A., empresa de Telecomunicações, de Maio de 2006 até Março de 2009. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da PT Ventures SGPS S.A., empresa de Telecomunicações, de Maio de 2006 até Março de 2009. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A., empresa de Telecomunicações, de Março de 2004 até Outubro de 2006. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Celular Participações, S.A., empresa de Telecomunicações, de Março de 2004 até Fevereiro de 2006. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações S.A., empresa de Telecomunicações, de Julho de 2005 até Fevereiro de 2006. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações S.A., empresa de Telecomunicações de Março de 2004 até Fevereiro de 2006. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração do Banco1.net S.A., instituição financeira, de Abril de 2003 até Julho de 2004. Anteriormente, foi Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia.com Participações Ltda., empresa de Telecomunicações, de Abril de 2005 até Novembro de 2007. Anteriormente, foi Diretor de Banco de Investimento e responsável por relacionamento com clientes corporativos Europeus no grupo de Telecomunicações Globais da Merrill Lynch International, instituição financeira, de 1998 a 2003. Anteriormente, foi Diretor Associado Sênior nos departamentos de América Latina e Grupos de Telecomunicações de Deutsche Morgan Grenfell & Co., instituição financeira, de 1993 a 1998. Anteriormente, foi Trader de cambio interbancário e dealer do Banco Central do Brasil no Banco Icatu, instituição financeira, de 1991 a 1993. É formado em Economia pela PUC, Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro. Shakhaf Wine, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Abilio Cesário Lopes Martins

Nascido em 16/08/1971, atua como Membro do Conselho de Administração da PT Comunicações, TMN, e PT Prime; Presidente do Conselho de Administração da PT Contact; Membro do Conselho de Administração da PT Brasil; e Membro do Conselho de Administração da PT SGPS. Foi Administrador da Brasilcel de 2007 a 2010. Anteriormente atuou como Membro do Conselho de Administração da PT.Com de 2006 a 2008. Abilio Cesário Lopes Martins, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo

Nascido em 26/04/1966, Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo é Administrador Executivo, com o pelouro financeiro, da Portugal Telecom SGPS S.A., empresa portuguesa de telecomunicações, (desde Abril de 2006). É atualmente Presidente do Conselho de Administração de várias empresas PT: PT Centro Corporativo, S.A.; Portugal Telecom Imobiliária, S.A.; PT Prestações – Mandatária de Aquisições de Gestão de Bens, S.A.; Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.; PT ACS – Associação de Cuidados de Saúde; PT Ventures, SGPS S.A. e Presidente do Conselho de Administração da PT PAY; Presidente do Conselho de Administração da Timor Telecom, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.. É atualmente Vice-Presidente do Conselho de Administração da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA; Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS, S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, Consultoria Internacional, S.A.; da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS S.A. e da PT Participações, S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Blueclip – Serviços de Gestão, S.A.. É ainda Administrador da Africatel Holdings B.V. e da Unitel, SARL; Presidente do Conselho de Gerência da Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda; Presidente do Conselho de Gerência da Directel, LTI. Anteriormente foi Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas PT: PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. (de Maio 2008 a Fevereiro 2014); CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L. (Março 2011 a Outubro 2013); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. (de Julho 2008 a Março 2009); da Cabo TV Açoreana, S.A. (de Dezembro 2004 a Outubro 2007). Foi Vice-Presidente da PT Data Center (de Outubro 2011 a Janeiro 2014 e Presidente do Conselho de Gerência da PT Ásia, Ltda. Foi também Administrador das seguintes empresas PT: PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. (de Abril 2008 a Abril 2013); da PT Rede Fixa, SGPS, S.A. (de Novembro 2007 a Junho 2009). Foi também Administrador Financeiro da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS S.A.(de Junho 2002 a Abril 2006) e da TV Cabo Portugal, S.A. (de 2002 a 2006); Foi ainda Membro do Conselho de Administração da Telemig Celular, S.A. (de Agosto 2008 a Julho 2010); da Telemig Celular Participações, S.A. (de Agosto 2008 a Novembro 2009); da Vivo Participações, S.A. (de Julho 2006 a Julho 2010) e da Brasilcel (de Julho 2006 a Julho 2010). Luis Pacheco de Melo é licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, com MBA pelo IESE Barcelona. Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo, nos últimos cinco anos, não possui qualquer

condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

João Manuel de Mello Franco

Nascido em 29/11/1946, é administrador não executivo da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Presidente da Comissão de Auditoria. Eleito pela primeira vez para a Comissão de Auditoria em 2007, tendo sido Administrador não executivo desde 1998. O mandato anterior terminou em 31 de dezembro de 2011 e foi reconduzido em 2012. É membro da Comissão de Governo Societário desde 2005, tendo sido Presidente entre 2006 e 2009. É membro da Comissão de Avaliação desde 2008 e foi membro da Comissão de Vencimentos entre 2003 e 2008. Administrador não executivo da EDP Renováveis, S.A. desde 2008, sendo Presidente da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Presidente do Conselho Fiscal do Sporting Clube de Portugal e do Sporting SAD desde 2011 a 2013. Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária de 2001 a 2004. Administrador da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A. de 1997 a 2000. Presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A. de 2000 a 2001. Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LISNAVE de 1995 a 1997. Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi de 1994 a 1995. Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. de 1991 a 1994. Presidente do Conselho de Administração de TLP – Telefones de Lisboa e Porto, S.A. de 1989 a 1994. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Formação complementar em Gestão Estratégica e Alta Direção de Empresas (PADE). João Manuel de Mello Franco, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Fernando Marques dos Santos

Nascido em 25/10/1952, é Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), responsável pelas Áreas de Recursos Humanos; Secretaria de Gestão do Projeto AGIR; e Tecnologia da Informação e Processos de 1983 a 1989 atuou como gerente da Área de Projetos com agentes. Em 1989 tornou-se Chefe de Departamento na Área de Projetos com agentes. Em 1989 tornou-se Chefe de Departamento na Área de Crédito (Carteira de Enquadramento), onde permaneceu até 1994, quando se tornou Superintendente da Área de Crédito. Permaneceu neste cargo até 2003. Antes de ser nomeado Diretor do BNDES em 2012, esteve lotado no Gabinete da Presidência e na Vice Presidência do BNDES. Formado em engenharia mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Fernando Marques dos Santos, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Laura Bedeschi Rego de Mattos

Nascida em 01/10/1975. Mestre em Planejamento Energético pela COPPE (UFRJ), Pós-Graduada em Finanças pelo IBMEC – RJ e Engenheira Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui experiência de 12 anos em Estruturação de Operações nas modalidades de Renda Fixa e Renda Variável em organizações relevantes do setor financeiro (BNDESPAR, BNDES e FINEP). No BNDES desde 2002, possui experiência na estruturação de operações de *Project Finance* em Infra-estrutura e ocupou, por 5 anos, posição executiva, como Gerente e como Chefe de Departamento, no Departamento de Investimentos da Área de Mercado de Capitais. Neste Departamento foi responsável pelos investimentos em novas empresas da carteira da BNDESPAR. Ocupa atualmente a função de Chefe do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira de Ações da BNDESPAR. Neste departamento é responsável pela gestão das participações acionárias da BNDESPAR nos setores de logística, mineração, siderurgia, papel & celulose, telecomunicações, bens de capital, tecnologia da informação e fármacos. Desde dezembro de 2010 até fevereiro de 2014 foi suplente no Conselho de Administração da VALEPAR S/A, empresa controladora da VALE S/A. Desde fevereiro de 2014 é suplente no Conselho de Administração da VALE S.A.. Desde abril de 2011 é membro suplente no Conselho de Administração da América Latina Logística S/A. Desde dezembro de 2011 é membro suplente no Conselho de Administração da Fibria Celulose S/A. Laura Bedeschi Rego de Mattos, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

José Valdir Ribeiro dos Reis

Nascido em 18/08/1945, atua como Diretor Presidente da Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração da COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais, desde julho de 1997. Foi Diretor Presidente da

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, de 1993 a 1996. Anteriormente atuou como presidente do Conselho Deliberativo da Fenabb – Federação das AABBs - e vice-presidente da Confedbrás – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. Foi membro do Conselho de Administração da GTD Participações S.A., companhia aberta de participação em outras sociedades, de 1995 a 1996. Foi Presidente do Conselho de Administração da Fundação Tupy S.A., de 1996 a 2002. Foi membro do Conselho de Administração da Teka S.A., empresa da indústria têxtil, de 2002 a 2003. É formado em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais em 1977, com pós-graduação Administração Financeira pela AEUDF/ICAT - Brasília - DF e especialização em Desenvolvimento de Altos Executivos do Banco do Brasil. José Valdir Ribeiro dos Reis, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Luciana Freitas Rodrigues

Luciana Freitas Rodrigues, nascida em 03/07/1966, atua como Gerente de Núcleo na PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. Está na PREVI desde 2000. Foi membro do Conselho de Administração da Termopernambuco S.A. de abril de 2003 a abril de 2011, da COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte de abril de 2003 a abril de 2011, da ITAPEBI Geração de Energia S.A. de abril de 2003 a abril de 2011, da Neoenergia de abril 2003 a abril de 2011. Atua como membro do Conselho de Administração da Valepar S.A., sociedade holding que detém o controle direto da Vale S.A. desde abril de 2011. É formada em estatística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1987 e em ciências atuariais pela Universidade Estácio de Sá em 2006, com MBA em Finanças pelo IBMEC, MBA em Governança Corporativa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Previdência Complementar pelo IDEAS. Luciana Freitas Rodrigues, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Almeida de Souza

Nascido em 27/01/1983, atua como Gerente Executivo de Crédito Privado da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, Entidade Fechada de Previdência Complementar, desde 04/2012. Foi Gerente Executivo de Planejamento de Investimentos da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros de 01/2011 a 03/2012. Anteriormente atuou como Gerente do Setor de Crédito Privado da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros e Analista de Investimentos da ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, nos anos 2006, 2007 e 2008. Anteriormente, o Sr. Marcelo Almeida de Souza é Conselheiro suplente de Administração da Invepar - Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A.. Anteriormente, foi Conselheiro Fiscal da Invepar - Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A., de 11/2011 a 05/2012. É formado em Administração pela Universidade Gama Filho com Especialização em Finanças pela COPPEAD - UFRJ. Marcelo Almeida de Souza, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Ricardo Berretta Pavie

Nascido em 15/07/1973, Ricardo Berretta Pavie é Gerente Executivo de Novos Projetos da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, desde 2007. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes, Pós Graduado em Finanças pela *University of California* Los Angeles, Pós Graduado em Gestão de Negócios em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Finanças pelo IBMEC/RJ. Iniciou a carreira profissional no Banco Cindam (1993 a 1996) e, posteriormente, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas (2001 a 2007) e Vanguarda Agro (2007). É membro suplente, desde 2011, do Conselho de Administração da Sete Brasil e foi membro suplente do Conselho de Administração da Log In (05/2011 a 04/2012), membro titular do Conselho Fiscal da Vanguarda Agro (05/2011 a 10/2011), membro titular do Conselho Fiscal da Oi S.A. (04/2012 a 03/2013) e membro titular do Conselho Fiscal da Lupatech (05/2013 a 12/2013). Representa a Petros em diversos Congressos e Seminários nacionais e internacionais.

Carlos Augusto Borges

Nascido em 11/01/1959. Atualmente é Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da FUNCEF, desde 11/05/2011. Foi Vice-Presidente de Transferência de Benefício e Atendimento e Distribuição (VIBEN) e membro do Conselho Curador do FGTS, Vice-Presidente de Atendimento e Distribuição (VIGAT). Atuou como Diretor Responsável pela Ouvidoria perante o BACEN, Resolução BACEN Nº 3.477 de 26/07/2007 e Resolução do Conselho Diretor Nº 2533/07, foi Presidente do Comitê Estatutário de Prevenção a Lavagem de Dinheiro (PLD), Diretor Responsável pelo sistema RDR - Registro de

Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações, conforme Circular BACEN Nº 3289 de 31/08/2005. Diretor Responsável por Contas Depósito para Investimento, conforme Circular BACEN Nº 3248 de 30/07/2004, Diretor Representante perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsável pela distribuição de Cotas de Fundos do Investimento e Diretor Representante da CAIXA perante a FEBRABAN no Conselho do Auto Regulação. Foi membro Suplente do Conselho Deliberativo da FUNCEF no período de 12/07/2004 a 30/09/2008, membro titular do Conselho de Administração da CAIXA Seguradora S.A. de julho de 2007 a abril de 2011 e membro titular do Conselho de Administração da Empresa Hidrotérmica S.A. de outubro de 2010 a abril de 2011, membro titular do Conselho de Administração da Sete Brasil, de 20/05/2011 a 06/10/2011 e é membro titular do Conselho de Administração da VALEPAR desde 08/06/2011. Carlos Augusto Borges, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Emerson Tetsuo Miyazaki

Emerson Tetsuo Miyazaki, nascido em 13/12/1985, atua como Analista Sênior da Gerência de Participações da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF desde fevereiro de 2011. Foi Analista Financeiro da Norte Energia S.A., empresa responsável pela construção e operação da Usina de Belo Monte, onde atuou nas áreas de Planejamento Financeiro e Relações com Investidores de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011. Foi analista da Coordenação de Mercado de Capitais da FUNCEF, onde fez cobertura (buy side) de empresas listadas em bolsa de valores dos setores de bancos, financeiras, energia elétrica e varejo de abril de 2009 a janeiro de 2011. Foi Analista Financeiro da Brasil Telecom S.A. (Antiga denominação social da Oi S.A.) de novembro de 2007 a abril de 2009, onde atuou na Gerência de Captação e Administração de Recursos Financeiros. É formado em Administração pela Universidade de Brasília na turma do primeiro semestre de 2009. Emerson Tetsuo Miyazaki, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal

Allan Kardec de Melo Ferreira

Nascido em 19/11/1946, o Sr. Allan foi assessor interno da Construtora Andrade Gutierrez entre 1971 e 1993, onde foi responsável no período de 1971 a 1980 pelas áreas de licitação e contratos no Brasil e de 1980 a 1993 foi chefe do departamento jurídico internacional. Suas atividades incluem serviços de Consultoria em administração para diversas empresas nas áreas civil, comercial e tributária, participação em processo de reestruturação (fusões, cisões, alienações, venda de ativos) de sociedades de telecomunicações do Grupo Andrade Gutierrez e em vários processos de leilão realizados pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais, ou DNER-MG, Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, ou BHTRANS, Ministério das Comunicações e ANATEL. Foi membro do conselho fiscal da Telemar Participações S.A., Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A. e Coari Participações S.A. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1970), além de participar de vários cursos de extensão sobre Comércio Exterior, e principalmente Exportação de Serviços, na Fundação Centro de Comércio Exterior, ou FUNCEX, Fundação Dom Cabral, Ministério das Relações Exteriores e Construtora Andrade Gutierrez. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Newton Brandão Ferraz Ramos

Nascido em 30 de maio de 1969, atua como Controller na Andrade Gutierrez Concessões S.A., sociedade responsável pelo setor de concessões públicas do grupo Andrade Gutierrez. Nos últimos cinco anos, o Sr. Newton Brandão atuou também como membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, da CCR, da Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR, da Dominó Holdings e como membro suplente do Conselho de Administração da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, da CEMIG Geração e Transmissão S.A. e da CEMIG Distribuição S.A.. Formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1992 e pós-graduado em Administração pela FUMEC/MG em 1994. MBA em Finanças pela Fundação Dom Cabral em 2000. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Aparecido Carlos Correia Galdino

Nascido em 14/04/1951. O Sr. Galdino é formado em Administração de Empresas em 1978 pela Faculdades Integradas Princesa Isabel. Iniciou suas atividades profissionais em 1971 no Grupo Jereissati, tendo participado de todo o processo de evolução e crescimento até hoje. É Diretor Financeiro da La Fonte Participações S/A, empresa de participação societária em outras empresas, membro do Conselho Fiscal da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, empresa de administração de shopping centers, dos Conselhos de Administração da Jereissati Telecom S/A e da LF Tel S/A, empresas de participação societária em outras empresas e do Grande Moinho Cearense S/A, empresa de moagem de trigo para panificação e indústrias de massas e biscoitos. É membro do conselho fiscal das empresas de participação societária em outras sociedades, Telemar Participações S.A. e Contax Participações S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da Oi S.A. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Sidnei Nunes

Nascido em 28 de Setembro de 1959 e formado em Administração de Empresas (1982) e Ciências Contábeis (1984) pela Faculdade de Administração Paulo Eiró, com MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo - USP (1998). Trabalhou na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A de fevereiro de 1990 a março de 2008, exercendo o cargo de Controller de fevereiro de 1990 a maio de 1999 e como Diretor Financeiro de junho de 1999 a março de 2008. Atua desde abril de 2008 na Jereissati Participações S/A e na LF Tel S/A como Diretor Gerente e na La Fonte Telecom S/A como Diretor Financeiro. Tem como principais funções a gestão de finanças e controles, gestão contábil e fiscal das Empresas. Atua também como membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A desde 08 de novembro de 2006, eleito para o cargo de Conselheiro em 08 de Novembro de 2006, reeleito em 24 de abril de 2009 com mandato de 02 anos. É membro do Conselho de Administração desde 24 de abril de 2008 nas Empresas, Jereissati Participações S/A, La Fonte Telecom S/A, LF Tel S/A e Grande Moinho Cearense S/A; todas com mandato de 01 ano até abril de 2013. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Contax Participações S/A desde abril de 2009 até março de 2011, empresa cuja atividade principal é a prestação de serviço de call center. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Umberto Conti

Nascido em 12/09/1974, obteve os títulos de Bacharel em Geografia pela USP e em Tecnologia em Processamentos de Dados pela Universidade Mackenzie, com Pós Graduação em Finanças pelo IBMEC, trabalha na Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) desde 2006. Atualmente, ocupa o cargo de Gerente de Análise de Investimentos, responsável por elaborar as estratégias de investimentos em renda fixa, especificamente na área de operações estruturadas em crédito privado, tais como Debêntures, FIDC, CCB, CRI, FIM e de Investimento estruturado em Equity, realizados principalmente por meio de aquisição de cotas de fundos de participação (Private Equity). Anteriormente ao referido cargo, foi Consultor Especial da Presidência e Coordenador da área de Desenvolvimento de Novos Negócios. Atualmente, é membro do Comitê de Investimentos da FUNCEF, além de representá-la nos Comitês de Investimentos dos Fundos de Participações CRPVII e Terra Viva. Foi conselheiro administrativo titular da Bahema, Conselheiro Fiscal do Florestal S.A., além de suplente no Conselho de Administração da JBS S.A.. Atualmente é membro titular do conselho Fiscal da OI S.A.. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Carmela Carloni Gaspar

Nascida em 19/12/1982, atua como Analista Sênior da FUNCEF, Fundo de Pensão, desde dezembro de 2012. Foi Analista de Produtos do BANCOOB, banco cooperativo, de junho de 2012 a novembro de 2012. Anteriormente atuou como Gerente de Projetos da r8 Consultoria, empresa de Consultoria em Telecomunicações, de dezembro de 2009 a junho de 2012. Anteriormente atuou como Analista Sênior da Oi S.A., empresa de Telecomunicações, de fevereiro de 2009 a dezembro de 2009. Anteriormente atuou como Analista Sênior da Brasil Telecom, empresa de Telecomunicações, de dezembro de 2006 a fevereiro de 2009. É formada em Economia pela Universidade de Brasília em 2005, com MBA em Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, concluído em 2007 e está cursando MBA em Finanças no IBMEC Brasília, com previsão de conclusão em outubro de 2015. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Declaração Negativa de Eventos Condenatórios:

Todos os candidatos supracitados indicados para eleição ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal declaram que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos, não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relação Familiares

Administrador do emissor ou Controlada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor ou Controlada	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Pessoa relacionada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Membro efetivo do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor, Controlada ou Controlador	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Pai
Observação

Administrador do emissor ou Controlada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor ou Controlada		CNPJ
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Pessoa relacionada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor, Controlada ou Controlador		CNPJ
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Pai
Observação

Administrador do emissor ou Controlada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Membro efetivo do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor ou Controlada		CNPJ
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Pessoa relacionada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor, Controlada ou Controlador	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada

Filho

Observação**Administrador do emissor ou Controlada**

Nome	CPF	Cargo
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor ou Controlada	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Pessoa relacionada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor, Controlada ou Controlador	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Filha
Observação

Administrador do emissor ou Controlada

Nome	CPF	Cargo
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor ou Controlada	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Pessoa relacionada

Nome	CPF	Cargo
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Membro efetivo do Conselho de Administração
Nome Empresarial do emissor, Controlada ou Controlador	CNPJ	
Oi S.A.	76.535.764/0001-43	

Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Irmã
Observação

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Armando Galhardo Nunes Guerra Jr.	277.764.336-91	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Diretor sem designação Específica

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Alexandre Jereissati Legey	954.529.077-34	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
LF Tel S.A.	02.390.206/0001-09	Diretor Vice Presidente / Superintendente

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Alexandre Jereissati Legey	954.529.077-34	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Telecom S.A.	53.790.218/0001-53	Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Alexandre Jereissati Legey	954.529.077-34	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro suplente do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Bruno Gonçalves Siqueira	075.851.006-39	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A.	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Subordinação	Controlador direto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
LF Tel S.A.	02.390.206/0001-09	Membro do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
---------	------	--------------

Jereissati Telecom S.A. (Nova denominação de LA FONTE TELECOM S.A.)	53.790.218/0001-53	Membro do Conselho de Administração
---	--------------------	-------------------------------------

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Membro do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro suplente do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
LF Tel S.A	02.390.206/0001-09	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função

Jereissati Telecom S.A. (Nova denominação de LA FONTE TELECOM S.A.)	53.790.218/0001-53	Membro do Conselho de Administração
---	--------------------	-------------------------------------

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Jereissati	146.626.458-67	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Vice Presidente do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Fernando Marques dos Santos	280.333.617-00	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
BNDES Participações S.A.	00.383.281/0001-09	Diretor

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Cristiano Yazbek Pereira	267.577.938-57	Subordinação	Controlador Indireto	Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Telecom S.A. (Nova denominação de LA FONTE TELECOM S.A.)	53.790.218/0001-53	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função

Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Diretora
-------------------------------	--------------------	----------

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Fernando Magalhães Portella	748.442.108-15	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Diretor Presidente

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
José Augusto da Gama Figueira	242.456.667-49	Subordinação	Controlador direto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	299.637.297-20	Subordinação	Controlador direto	Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Laura Bedeschi Rego de Mattos	253.585.728-64	Subordinação	Controlador indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
BNDES Participações S.A.	00.383.281/0001-09	Funcionária

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Luciana Freitas Rodrigues	759.395.847-72	Subordinação	Controlador indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	33.754.482/000124	Funcionária

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	269.960.226-49	Subordinação	Controlador indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Rafael Cardoso Cordeiro	037.496.966-32	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro suplente do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Rafael Cardoso Cordeiro	037.496.966-32	Subordinação	Controlador indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A.	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Renato Torres de Faria	502.153.966-34	Subordinação	Controlador indireto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Renato Torres de Faria	502.153.966-34	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A.	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Shakhaf Wine	018.755.347-50	Subordinação	Controlador indireto	Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Shakhaf Wine	018.755.347-50	Subordinação	Controlador indireto	Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Bratel Brasil S.A.	12.956.126/0001-13	Diretor Presidente

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
------	----------	---	----------------------------	--------------

Carlos Fernando Horta Bretas	463.006.866-04	Subordinação	Controlador indireto	Membro suplente do Conselho de Administração
------------------------------	----------------	--------------	----------------------	--

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A.	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Aparecido Carlos Correia Galdino	666.708.708-25	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro efetivo do Conselho Fiscal

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Aparecido Carlos Correia Galdino	666.708.708-25	Subordinação	Controlador direto	Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Aparecido Carlos Correia Galdino	666.708.708-25	Subordinação	Controlador indireto	Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
LF Tel S.A.	02.390.206/0001-09	Membro efetivo do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Newton Brandão Ferraz Ramos	813.975.696-20	Subordinação	Controlador	Membro suplente do

			direto	Conselho Fiscal
--	--	--	--------	-----------------

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Telemar Participações S.A.	02.107.946/0001-87	Membro suplente do Conselho Fiscal

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Sidnei Nunes	011.355.928-37	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Membro suplente do Conselho Fiscal

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Emerson Tetsuo Miyazaki	703.190.571-00	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	00.436.923/0001-90	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Emerson Tetsuo Miyazaki	703.190.571-00	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	00.436.923/0001-90	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carlos Augusto Borges	124.632.643-49	Subordinação	Controlador	Membro efetivo do

			Indireto	Conselho de Administração
--	--	--	----------	---------------------------

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	00.436.923/0001-90	Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	233.308.258-55	Subordinação	Controlador Indireto	Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.	05.453.409/0001-87	Diretor Financeiro

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Abílio Cesário Lopes Martins	228.574.248-76	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.	05.453.409/0001-87	Membro do Conselho de Administração

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
André Sant'Anna Valladares de Andrade	062.413.616-78	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Andrade Gutierrez Participações S.A	04.031.960/0001-70	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Marcelo Almeida de Souza	099.981.477-00	Subordinação	Controlador	Membro Efetivo do

			Indireto	Conselho de Administração
--	--	--	----------	---------------------------

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	34.053.942/0001-50	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Umberto Conti	165.706.888-98	Subordinação	Controlador Indireto	Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	00.436.923/0001-90	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Ricardo Berretta Pavie	021.918.527-18	Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	34.053.942/0001-50	Funcionário

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
João Manuel de Mello Franco		Subordinação	Controlador Indireto	Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.	05.453.409/0001-87	Administrador

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Carmela Carloni Gaspar	000.454.351-38	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	00.436.923/0001-90	Funcionária